

Representações do feminino: Sufragistas sergipanas e os jogos de imagens (1920- 1932)

Luciana Gama de Andrade

2020

2021



Luciana Gama de Andrade

Representações do feminino: Sufragistas sergipanas e os jogos de imagens (1920-1932)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo(a)
Professor(a) Doutor(a) Jorge Fernandes Alves

e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Ilka Miglio de Mesquita

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Luciana Gama de Andrade

Representações do feminino: Sufragistas sergipanas e os jogos de imagens (1920-1932)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo(a)
Professor(a) Doutor(a) Jorge Fernandes Alves

e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Ilka Miglio de Mesquita

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Dedico este trabalho à minha família, aos meus amigos, que tanto contribuíram para este trabalho, e às sufragistas sergipanas citadas neste trabalho.

Sumário

Declaração de honra	3
Agradecimentos	4
Resumo.....	5
Abstract	6
Índice de Figuras	7
Índice de Quadros	9
Índice de Tabelas.....	10
Lista de abreviaturas e siglas	111
Introdução.....	12
Capítulo 1 - Poder, gênero e representação: trajetórias da construção social da realidade feminina	25
1.1. “A mulher é a escrava que é preciso frequentemente colocar no trono”	30
1. 2 - Feminismos no Brasil do início do século XX: entre personalidades, partidos e instituições.....	37
Capítulo 2 - As Evas e Marias do Brasil: recortes de raça e classe social no feminismo dos anos 20.....	45
2.1. O gérmen do PRF: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o Feminismo dos anos 20	54
Capítulo 3 - Sergipe: aspectos históricos e educacionais das emergências femininas.....	59
3.1 – Escola Normal: da maternidade espiritual ao celeiro intelectual feminino no século XX.....	63
3.2 - Século XX: modernização de Sergipe e a efervescência cultural.....	69
Capítulo 4 - Insurgências Femininas no Sergipe dos Anos 20.....	72
4.1 – Intelectualidade de Referência: Etelvina Siqueira e o pioneirismo feminino.....	74
4.2 - Quintina Diniz, a primeira voz parlamentar.....	80
4.3 - Cezartina Régis, a farmacêutica polivalente.....	84
4.4 - Articuladora do espaço público: a advogada feminista Maria Rita Soares.....	90
4.5 - A atuação política feminista em Sergipe	96
Capítulo 5 - <i>A Cruzada</i> : história, aspectos identitários e a análise do jornal.....	100
5.1 - Do <i>Recopilador Sergipano</i> a <i>A Cruzada</i> : caminhos jornalísticos de Sergipe.....	102
5.2 – Análise Categrial do jornal <i>A Cruzada</i> (1922-1926).....	105
5.3 - <i>A Cruzada</i> e suas características identitárias.....	107

5.3.1 - Caminhos da pesquisa: Matérias Jornalísticas.....	110
5.3.2 - Psique Feminina	115
5.3.3 - Expressão de Gênero	119
5.3.4 - Educação	126
5.4 - Considerações acerca do posicionamento do jornal.....	129
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	136

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito acadêmico.

[Aracaju, 2021]

[Luciana Gama de Andrade]

Agradecimentos

Agradecer é um momento tão importante quanto qualquer etapa deste trabalho do qual me orgulho. Rememorar o trajeto que me levou a este momento me fez lembrar pessoas tão queridas, sem as quais seria impossível tal vitória.

Primeiramente quero agradecer a Deus pela dádiva de uma vida tão abençoada. Nada seria possível sem esse ser de inteligência e amor que rege o Universo. Agradeço aos meus pais, que sempre fizeram de tudo que estavam ao alcance para fazer-nos felizes. Sem vocês os sonhos de estudar fora e conhecer o mundo não teriam sido possíveis. Obrigada por tanto amor e presença, ainda que estejamos distantes. Agradeço também ao meu irmão querido, tão presente em minha vida, tão carinhoso e que sempre me apoiou em todas as decisões. Agradeço, por fim, mas não menos importante à Tereza Emília, por sempre acompanhar meus passos, torcendo por mim e sendo ombro amigo nos momentos difíceis. Vocês são as pessoas que fazem tudo valer a pena!

Ter amigos é ter a certeza de que nunca se está só. E há alguns anos eu fui agraciada com Wendell e Rafaela. Não há nada que a gente não compartilhe. E há sempre a alegria pela vitória do outro. Até mesmo quando “competimos” nos ajudamos e nos unimos ainda mais. Agradeço a vida por unir nossos caminhos! Obrigada por vocês não terem soltado a minha mão quando eu fui embora. Amo vocês!

A experiência de morar no Porto me levou a conhecer pessoas lindas, que mudaram a minha vida! De tudo o que vivi, o mais marcante foi a importância da amizade e não poderei esquecer jamais de Mateus, Luciana e Márcio. Agradeço a vocês por cruzarem meu caminho!

O Porto me trouxe a experiência de conhecer o meio acadêmico em outro país. E fiquei muito feliz de conhecer colegas tão simpáticos e dispostos a ajudar. Agradeço a eles pelas experiências trocadas. Agradeço a Faculdade de Letras do Porto também pela vivência tão edificante, com professores que expandiram meus horizontes. De todos estes quero destacar o professor Jorge Alves, meu orientador. Um homem culto e simpático, que me ouviu, me acolheu e aceitou me orientar nesta elaboração desta dissertação tão importante pra mim. Serei eternamente grata!

No nosso trajeto acadêmico vamos sendo enriquecidos pelas experiências e trocas com pessoas. Muitos nos servem de exemplos construtivos não só para o meio profissional, mas também para a vida. E esta pessoa me acolheu e ensinou desde os tempos da graduação, quando eu tinha a vontade de fazer e andava pelos corredores da Universidade atrás de uma oportunidade. Ilka, muito obrigada por ter aparecido na minha vida. Tenho respeito e muita admiração por você e rememoro muitas vezes tudo o que você me ensinou para me tornar uma profissional melhor.

Por fim agradeço a quem já não está mais presente, mas que guiou meu caminho, me dando apoio e acreditando na minha capacidade, em momentos que eu mesma não acreditava. Obrigada, Eliane Sales Gama! Esta vitória também é sua, onde quer que você esteja!

Resumo

O século XX trouxe logo em seu início o movimento feminino, nascido dos esforços individuais do século XIX. Figuras femininas, diferentes da representação clássica, invadiram os espaços públicos e lutavam para garantir os direitos à educação, ao voto e ao trabalho. Tal articulação política nos fez indagar sobre quais motivos levaram as mulheres a questionar séculos de dominação e como as mulheres romperam as barreiras de acesso ao espaço público. Pensando no acesso à educação como hipótese para estas ações femininas, tivemos por objetivo compreender as mudanças nas representações femininas ocasionadas pelo movimento feminista e sua luta pela emancipação política. Para tanto delimitamos a pesquisa entre os anos 1920-1932 em Sergipe, um estado brasileiro. Para obter resultados analisamos as trajetórias de vida de algumas sufragistas sergipanas e extraímos posicionamentos do jornal católico *A Cruzada*. Utilizamos a análise categorial de Bardin (2010), colocando cada matéria jornalística nas categorias psique feminina, expressão de gênero e educação. Depois interpretamos as intenções dos seus escritores. Como resultado, corroboramos a hipótese da educação como motivo determinante para a resistência política. Compreendemos que neste momento estava em jogo muito mais do que o direito ao voto. Era uma primeira forma de organização feminina para se provarem capazes de reger seus destinos conquistar autonomia. Temos, portanto, jogos de imagens, em que de um lado temos as feministas e de outro os conservadores, todos tentando tornar realidade a representação feminina criada. Concluímos, por fim, que este foi um momento crucial para a História das Mulheres, pois abriu uma porta que nos permitiu conquistar mais direitos, mas que também nos ensinou que a luta para manutenção e ganho de direitos requer uma luta constante.

Palavras-chave: Representações, sufragistas, sergipanas, jogos, imagens

Abstract

The twentieth century brought the feminine movement, born out of the individual efforts of the 19th century. Female figures, different from classical representation, invaded public spaces and struggled to guarantee the rights to education, voting and work. Such political articulation made us wonder about the reasons that led women to question centuries of domination and how women broke the barriers of access to public space. Thinking about access to education as a hypothesis for these female actions, we aimed to understand the changes in female representations caused by the feminist movement and its struggle for political emancipation. To this end, we defined the research between the years 1920-1932 in Sergipe, a Brazilian state. To obtain results, we analyzed the life trajectories of some suffragists from Sergipe and extracted positions from the Catholic newspaper *A Cruzada*. We used Bardin's categorical analysis (2010), placing each journalistic article in the categories female psyche, gender expression and education. Then we interpreted the intentions of your writers. As a result, we corroborated the hypothesis of education as a determining reason for political resistance. We understand that at the moment much more than the right to vote was at stake. It was a first form of female organization to prove themselves capable of governing their destinies and gain autonomy. Therefore, we have games of images, in which on the one hand we have feminists and on the other we have conservatives, all trying to make the created female representation a reality. Finally, we concluded that this was a crucial moment for the History of Women, because it opened a door that allowed us to gain more rights, but that also taught us that the struggle to maintain and gain rights requires a constant struggle.

Key-words: Representations, Sufragists, sergipanas, games, images

Índice de Figuras

Figura 1 -Mulher do final do século XIX	36
Figura 2 - Mulheres dos anos 20 do século XX	36
Figura 3 - Leolinda em passeata.....	43
Figura 4 - Gilka Machado	43
Figura 5 - Quadro Iracema (1881), de José Maria de Medeiros	46
Figura 6 - Família do século XIX retratada por Debret	50
Figura 7 - Saartjie Baartman em exposição	51
Figura 8 - Bertha Lutz	57
Figura 9 - I Conferência pelo Progresso Feminino	57
Figura 10 – Celina Guimarães	58
Figura 11 – Posse de Alzira Soriano	58
Figura 12 – Alunas da Escola Normal.....	65
Figura 13 - Fachada da Escola Normal	65
Figura 14 – Miss Alma de Raul Pederneiras.....	66
Figura 15 – Presidente da Província Maurício Graccho Cardoso	71
Figura 16 – Etelvina Siqueira	74
Figura 17 – Quintina Diniz	80
Figura 18 – Cezartina Régis	84
Figura 19 – Notícia sobre a Liga contra o Analfabetismo	86
Figura 20 – Liga Sergipense contra o Analfabetismo	106
Figura 21 – Maria Rita Soares	90
Figura 22 – Maria Rita Soares	90
Figura 23 - Protesto dos professores do Colégio Atheneu Pedro II.....	92
Figura 24 - Protesto dos professores do Colégio Atheneu Pedro II.....	92
Figura 25 - Excerto do texto de Franco Freire	93
Figura 26 - Excerto do texto de Franco Freire	93
Figura 27 - Exemplar do Recopilador Sergipano	104
Figura 28 - Logo jornal A Cruzada	108
Figura 29 - Anúncios do jornal <i>A Cruzada</i>	109
Figura 30 - Nova logo do jornal A Cruzada.....	111
Figura 31 - Notícia Para Casar Depressa	118
Figura 32 - Enquete sobre as Modas Femininas	119
Figura 33 - Capa A Cruzada 1926	121

Figura 34 - Mulheres Romanas	125
Figura 35 – Mulheres anos 20.....	125
Figura 36 - Propaganda escolar	127
Figura 37 - A lei do divórcio	128

Índice de Quadros

Quadro 1 - Visões acerca das Mulheres Negra e Indígena	47
--	----

Índice de Tabelas

TABELA 1 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DE 1924	111
TABELA 1 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DE 1925	112
TABELA 1 – EXEMPLO DE TABELA MATÉRIAS JORNALÍSTICAS 1926	113

Lista de abreviaturas e siglas

FBPF FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

UUF..... UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA

PRF PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

IHGSE INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho debruça-se sobre a primeira onda do feminismo no Brasil, momento em que mulheres protagonizaram a busca aos direitos à educação, ao trabalho e ao voto. Tem por tema Representações do feminino: sufragistas sergipanas e os jogos de imagens (1920-1932). Ao falar sobre representações do feminino, buscamos demonstrar as disputas sobre a hegemonia da narrativa e, dentro desta, o controle sobre a imagem do outro, que neste caso são as mulheres. Assim, temos por objeto desta pesquisa as sufragistas sergipanas e os jogos de imagens, estando este circunscrito ao estado de Sergipe e situado entre 1920 a 1932, período de intensa atividade feminista no Brasil, que culminou no voto feminino. Mas muito além do direito ao voto, o que estava em jogo era a representação das imagens femininas, sendo assim utilizado enquanto fonte o jornal A Cruzada, de cunho católico e conservador, para demonstrar as construções, desconstruções e reconstruções do que era ser mulher em Sergipe.

A realização de uma pesquisa envolve sempre uma dose de subjetividade por parte do pesquisador. É diante daquilo que nos incomoda e que chama a atenção do nosso olhar temos o ponto de partida. E assim, enquanto sergipana, houve o interesse em produzir algo relacionado a Sergipe, o menor estado do país, muitas vezes esquecido no panorama histórico nacional de dimensões continentais. Contudo, não só com o olhar de sergipana é que essa pesquisa foi feita. Enquanto mulher senti, perante as narrativas sergipanas que falam bastante sobre homens ilustres como Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Manuel Bomfim, as ausências femininas na composição destas narrativas. Logo, falar e tornar cada vez mais conhecidas as filhas ilustres da terra, tornou-se imperativo, reconhecendo a importância do seu pioneirismo e da sua luta para os direitos das mulheres, dos quais, até hoje, eu e outras mulheres usufruímos e que nos permitiu alçar voos mais altos.

Partindo-se do princípio de que todo ato humano é político, este trabalho surge como um ato de resistência e insurgência perante as ações machistas, racistas e lgbtfóbicas dos últimos tempos, não só no Brasil, mas no mundo. Neste nosso tempo de construção de muros e do ressurgimento de discursos de ódio e intolerância é

necessário relembrar os movimentos sociais. Através da memória, da coragem daquelas que não se resignaram e lutaram por um mundo melhor poderemos nos insuflar desta mesma coragem tão necessária no presente, pois

[...] Se você encostar a mão entre os seios
Vai sentir os rastros de nossas ancestrais
Somos continuidade
Das que vieram antes de nós. (LEÃO, 2017, p. 69)

Atualmente encontra-se pacificada a ideia de que as mulheres, assim como os homens, ocupam o status de ser humano. Muito embora tal definição nos pareça óbvia, outros conceitos teológicos, filosóficos e científicos, que estiveram em voga, expunham diferentes perspectivas. Partindo-se da crença cristã de que Eva, a primeira mulher, foi criada a partir da costela de Adão, seguiu-se por séculos alegando a inferioridade feminina, por não ter sido feita do mesmo processo que o homem, mas sim a partir de um pedaço deste. Dentro da visão cristã havia ainda o agravante que Eva, com sua malícia, havia instigado Adão a desobedecer a Deus e, portanto, não se devia ouvir as mulheres. Seguindo a linha filosófica tivemos desde a Grécia Antiga o desdém sobre a mulher e a pregação de um processo educacional diferenciado ao sexo feminino baseado na submissão, como escreveu Rousseau na obra *Emílio, ou da educação*. E, já no século XIX, os homens de ciência utilizaram o seu renome para estabelecer a inferioridade feminina, ao avaliá-las como frágeis, incapazes, mas ainda assim encarregadas pela gestação da humanidade. A mulher estava assim adstrita a sua capacidade reprodutora, sendo compreendida como um útero e nada mais.

O gênero estava diretamente atrelado ao fator biológico, um determinante da função social do indivíduo, construindo papéis para homens e mulheres. Em um mundo masculino, viril e ativo, a mulher passou ao papel de oposto complementar, de caráter coadjuvante. Esta se encontrava subjugada ao destino reprodutor, tendo suas responsabilidades canalizadas para o ambiente privado, devendo devoção ao marido e aos filhos, a quem deveria oferecer um lar equilibrado. Desse modo, estava encerrada neste mundo doméstico. Este ato de desumanização e alienação feminina, em função da atividade de reprodução, buscou torná-la em um ser que “[...] ao viver “imerso” no “mundo” que não consegue dar sentido, ao não ter nem um amanhã, nem um hoje, por viver num presente esmagador, o animal é a-histórico” (FREIRE, 2017, p. 123).

É a partir das ideias de igualdade, que surgiram nas premissas iluministas da Revolução Francesa e a as vozes solitárias que clamavam o reconhecimento da cidadania dos indivíduos do sexo feminino, que a situação das bases estabelecidas entra em conflito. A partir do século XVIII começamos a ver mulheres reivindicando direitos educacionais, o que resultou, no Brasil, no decreto imperial nº7247 de 19 de abril de 1879, permitindo o seu ingresso em cursos superiores. Este marcou na história das mulheres do Brasil o rompimento de uma situação-limite, “[...] que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse” (FREIRE, 2017, p. 125). A partir dele, abriam-se novos horizontes, com novas possibilidades, mas também se divisavam novas barreiras a serem enfrentadas. Rompeu-se, de modo mais incisivo, a bolha que as manteve no espaço privado, abrindo-lhes o caminho para o espaço público.

Surgiram, então, no século XX em Sergipe, as primeiras médicas, advogadas, jornalistas, que começaram a ocupar cargos até então somente ocupados por homens. Elas provavam diariamente através de suas atividades intelectuais que eram aptas a defender seus próprios interesses, mas o direito ao voto ainda lhes era negado. O sistema concedia direitos como benesses, ciente da inviabilização dos mesmos pelos costumes. Tal situação iniciou a articulação do movimento sufragista. Pela primeira vez houve a união de mulheres com um objetivo em comum: a conquista do direito ao voto. Para alcançar o objetivo político era imprescindível primeiro realizar uma mudança no meio cultural, sendo a opinião pública a peça-chave. Elas organizaram então passeatas, revistas, matérias em jornais e encontros para debater o assunto não só entre mulheres, mas também com homens apoiadores da causa.

Atuando em Sergipe, defendendo o movimento, temos em destaque as seguintes mulheres: Quintina Diniz de Oliveira Rabelo, Cezartina Régis de Amorim, Maria Rita Soares de Andrade, Etelvina Amália de Siqueira. Essas mulheres escolheram romper com o *zeitgeist*,¹ porque nele não havia espaço para o novo sujeito histórico que representavam. Elas simbolizavam a nova mulher, aquela que transitava entre o espaço público e privado, cuja identidade era mesclada entre ser mãe/sufragista,

¹ *Zeitgeist* é uma palavra de origem alemã e significa espírito do tempo, representado através de crenças, sentimentos e pensamentos de um determinado período histórico.

esposa/intelectual, dona de casa/profissional. Cabia a elas, que viviam no espaço intermediário, na ponte de dois polos opostos, intervir no presente, modificando-o. É justamente o fruto dessas novas representações do feminino que serão ao longo da luta sufragista debatidos em jornais como o A Cruzada, sendo utilizadas tanto pelos apoiadores quanto pelos opositores. Esta briga pela opinião pública ditou o tom da conversa sobre o direito feminino ao voto.

O jornal, como explica Luca (2005), era fruto do influxo de interesses. No século XX já não tinha os arroubos e o caráter doutrinário do século XIX, tendo, inclusive, se aprofundado o caráter profissional daqueles que trabalhavam na imprensa. Esta, como ilustra Sodré (1999) chega tardiamente no Brasil, mais de 300 anos após o início da colonização, em 1821, alguns anos após a chegada da Família Real Portuguesa. E o uso do cunho satírico, um sucesso no Brasil, serviu como modo de ataque e deboche daqueles segmentos escolhidos pelos jornais, através dos grupos editoriais e seus interesses. Assim, o escárnio com as feministas começa a partir não só da diminuição de suas ações, mas também da sua figura, traçando-a como feia, mal amada e inimiga dos homens. O objetivo do uso da imprensa era lançar informações desencontradas sobre o movimento feminista e ganhar a opinião pública ao pregar que as intenções eram destruir a família e seus valores morais cristãos.

Jornais do início século XX estavam em plena discussão sobre as mudanças que ocorriam em seu início. Diversos são os temas, mas o recorrente, a mulher, é ilustrado nos mais diversos tons. Há sobre o sufrágio feminino notas sobre discursos de políticos, charges, estudos médicos, opiniões de jornalistas, um apanhado que busca informar aquele que lê sobre o tema. Os jornais, tanto no processo de produção quanto na leitura, são predominantemente meios masculinos, enquanto nas revistas proliferavam as mulheres, que queriam conscientizar outras mulheres com os seus discursos. Por isso, ao analisar os jornais, manteve-se o olhar na forma como as representações do feminino foram construídas e transmitidas por homens por meio da imprensa.

1.2– Inquietações Femininas

A incipiente presença feminina nestes ambientes ditos masculinos em Sergipe traz em seu bojo questionamentos: o que era ser mulher em Sergipe nas primeiras décadas do século XX? Como as mulheres romperam as barreiras de acesso ao espaço público? Romper com as concepções formuladas era crucial para garantir às mulheres a capacidade de voz política ativa, independente dos homens. Assim, há nesses grupos femininos um processo de articulação baseado nas redes de sociabilidade. Neste primeiro momento, o objetivo deste movimento está pautado no reconhecimento da igualdade entre os sexos, de modo a assegurar os direitos femininos à cidadania, abrangendo aspectos educacionais, trabalhistas e políticos.

A importância dos jornais para a formação da opinião pública foi e ainda é reconhecida, pois, através deles, indivíduos informavam, criticavam e conscientizavam outros acerca de temas caros à sociedade. Desta forma, enquanto alguns jornais demonstravam seu apoio ao movimento feminista, outros externavam em suas páginas a preocupação de que essas novas demandas femininas pusessem em risco o sagrado dever da mulher para com sua família, iniciando uma campanha antifeminista. A briga para convencer e conquistar o leitor para as causas era vital para a definição da situação. Assim, cabe-nos o questionamento: de que forma o jornal sergipano A Cruzada retratou esse processo de mudança feminina?

E, por fim: Mas o que levou as mulheres a questionar séculos de dominação? Ao analisar a humanidade vemos que historicamente o gênero serviu enquanto diferença, criando dois tipos de identidades: a feminina e a masculina. Ainda que durante grande parte da nossa história as ideias acerca do sexo do ponto de vista biológico tenham se modificado, a divisão sexual se manteve, definindo os aspectos mais importantes da vida do indivíduo. Então, temos como hipótese aos questionamentos levantados a ideia de que o início dessa articulação feminina ocorre através do acesso à educação superior em 1879. A partir do reconhecimento deste direito, as mulheres saem do espaço doméstico e começam a atuar no espaço público. No entanto, para ter o reconhecimento elas precisavam de voz política, o que só ocorreria quando se tornassem efetivamente cidadãs, podendo votar e ser votadas. Então, partimos do pressuposto de que a educação foi o grande fator que tirou as mulheres de seu caráter

subalterno histórico, dando-lhes a ciência da posição que ocupavam e da necessidade de mobilização e resistência para conquistar seus direitos.

Diante do exposto, sobre o jogo de imagens realizado não só pelo nascente movimento feminista, mas também pelo jornal A Cruzada, tem-se por objetivo geral compreender as mudanças nas representações femininas ocasionadas pelo movimento feminista e sua luta pela emancipação política. A forma como essas representações encontram-se em um momento de convulsão mostram a importância de perceber o movimento e o contramovimento lutando para estabelecer não só a influência no espaço público, mas também os sujeitos que poderão manifestar-se nele.

Para alcançar o objetivo geral temos os objetivos específicos, que constituem etapas operacionais deste trabalho. Sendo a fonte de pesquisa um jornal do qual trabalharemos em determinado período, faremos a análise de suas reportagens para identificar as construções identitárias femininas que as segregaram ao espaço doméstico e o início do rompimento dessas ideias. A partir desta identificação, buscaremos em seguida extrair do jornal sergipano os posicionamentos em relação à luta de emancipação política e acesso ao espaço público.

Por fim, o último objetivo específico pretende analisar a importância do acesso à educação para a percepção da subalternidade feminina e para a articulação destas. Ao propor a educação como hipótese para a insurgência desta organização feminina em prol de uma maior igualdade do sexo, concebemos a educação enquanto um meio de conscientização da subalternidade e libertação de si e do outro para a melhoria da sociedade como um todo. Cabe-nos, assim, mediante a análise do acesso à educação em Sergipe, verificar a hipótese.

1.3 – Construção da Realidade Feminina

A História das Mulheres surgiu com a legitimação da mulher enquanto protagonista da história, adicionado um novo olhar sobre um mesmo fato histórico. Iniciou-se meados do século XIX, quando as mulheres se organizaram enquanto movimento na Europa e Estados Unidos, buscando seus direitos civis. É inevitável, de acordo com Soihet (1995), a mistura desta e da história do movimento feminista, mas o

campo demonstrou a expansão da própria história, abrangendo novos fatos. Não há uma figura central feminina estabelecida, muito embora se tenha tentado estabelecer uma, mas a dominância dos aspectos elitistas, raciais, católicos invisibilizassem outros tipos femininos. Contudo, cabe ressaltar que o tipo que lidera a primeira onda do movimento vem das camadas médias e altas da sociedade, ávidas pela possibilidade de autodeterminação e poder político.

Ao trabalhar a história, partimos de inquietações do presente para questionar e problematizar o passado. E, diante dos tempos de aglutinação de massas pela desinformação, é crucial salientar o início da história do feminismo. Precisamos produzir mais sobre este início, informar mais, para que o conhecimento possa chegar a todos e todas. No panorama historiográfico temos, felizmente, cada vez mais uma gama de trabalhos que se debruçam sobre a História das Mulheres, mas ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, uma vez que a intensificação da escrita no campo vem a se intensificar a partir dos anos 80 do século XX.

Devido à confusão sobre as bases teóricas em discussões sobre o feminismo em sua atualidade, pensamos ser importante retornar ao primeiro momento do movimento, as modificações que gerou na sociedade e até mesmo seu próprio conceito. Por definição o feminismo é um movimento que prega a igualdade de gênero, preocupando-se com um mundo mais justo para mulheres e homens. Os direitos hoje já assimilados devem-se à luta destas pioneiras, que acreditaram na capacidade das mulheres para estudar, trabalhar e determinar seus destinos. E trabalhar com aquelas mulheres que defenderam a causa em suas localidades, além de enriquecer a História Local também serve para salientar a extensão do movimento.

Este texto pretende ser uma contribuição não somente para a História das Mulheres, mas também para a História de Sergipe. Mulheres como Quintina Diniz de Oliveira Rabelo, Cezartina Régis de Amorim, Maria Rita Soares de Andrade e Etelvina Amália de Siqueira precisam ser mais discutidas, conhecidas e reconhecidas não só pelos sergipanos, mas pelo público em geral. Não pretendemos aqui reinventar a roda ou modificar o passado, pois como afirma Bloch (2001) o passado está dado, mas a compreensão sobre ele encontra-se em eterna construção. Queremos, então, contribuir para a compreensão da realidade atual lançando o olhar para aquelas que deram o primeiro passo.

1.4 – Diferença e subalternidade: representação e jogos de poder

A história é, como afirma Marc Bloch em sua obra *Apologia da História ou o ofício do historiador*, “a ciência que estuda os homens no tempo”. Por homens, em uma interpretação extensiva, podemos compreender o indivíduo ou ser humano, abrangendo assim homens e mulheres. No entanto, nem sempre foi este o caso. A história, até alguns séculos atrás, era escrita por homens e para homens, reservando um papel coadjuvante e dispensável às figuras femininas. A desvalorização da perspectiva feminina e o deliberado apagamento de sua participação na história foram levados a cabo até o século XIX. A partir de meados do século XIX as mulheres se organizam enquanto movimento na Europa e Estados Unidos, buscando seus direitos civis. Desta forma:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (JARDIM PINTO, 2010, p. 15).

A História das Mulheres mescla-se inevitavelmente ao movimento feminista, embora não se limite a este. Ainda que o termo pareça apartar a história das mulheres da história geral, como se a história destas ocorresse paralelamente à História propriamente dita, sucede-se o contrário. A mesma enriquece o conhecimento histórico ao trazer para a problematização narrativas outras. As contribuições daqueles que foram silenciados dentro de uma história globalizante vem encontrado espaço dentro da História Cultural, ampliando horizontes sobre fatos já conhecidos e novos, concebendo novas abordagens e culminando em uma ótica poliédrica da História. Ainda que tardia, a produção do conhecimento nesta área nos permite começar compreender o gênero feminino ao longo do tempo.

Para que pudéssemos trabalhar com o tema escolhido foi necessário a seleção de conceitos. Os conceitos, segundo Louro (1997), são ferramentas analíticas, que nos permitem treinar e direcionar um olhar mais técnico sobre o objeto. Desse modo, ao

trabalhar com as sufragistas sergipanas e as representações do feminino precisamos trabalhar com algumas questões relacionadas a poder, gênero e representação. Ao se falar em poder Foucault (1981) define que não existe um poder, mas sim poderes, que são formas de dominação heterogêneas. O poder se encontra na estrutura estatal, mas vai além desta, abrangendo as relações humanas. As relações de poder são relações de força, não havendo dominações incontornáveis, uma vez que a resistência está sempre presente.

O gênero de acordo com Scott (1995) é uma categoria imposta a um ser sexuado, uma construção social que, a partir da diferença, estabelece uma divisão sexual, social e cultural. É também uma relação de poder, reconhecida como a primeira delas, que gerou uma hierarquia do masculino sobre o feminino. Dessa categoria temos a criação de duas identidades. A masculina viril, forte, ativa, dominante e a feminina frágil, passiva, dominada. Esta é uma construção que será dogmatizada e legitimada no discurso das sociedades, colocando os homens em um papel de liderança, de fala e de presença, enquanto as mulheres tinham um papel de seguidoras, de silêncio, de obediência e de ausência. Uma ausência suprimida por representantes masculinos da sua família, considerados mais capazes do que ela.

Da hierarquia do masculino sobre o feminino temos a formulação do patriarcado, um sistema que “em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres [...]” (TIBURI, 2019, p. 27). Esse sistema foi criado a partir da convergência de interesses de indivíduos, uma visão de mundo na qual os machos possuíam uma dominância sobre a fêmea, estabelecida nas dinâmicas de poder. Nestas dinâmicas, as atividades por eles praticadas superavam em importância as das fêmeas. E, por fim, com esta dominância se desenhou também uma representação destas por eles, que seria considerada enquanto a verdadeira face da mulher.

As representações são definidas por Chartier (1991) como a imagem presente de um objeto ausente. Elas são a vitrine, que apresentam um indivíduo perante outros. Uma representação pode ser uma construção de um ser sobre outro, de modo que esta seja uma visão limitadora, que não permite à pessoa ser algo além do que se define. Logo, a representação de um grupo por outro é fruto de um jogo de poder, em que a imagem atribuída a este é criada sobre perspectivas que não são as suas, gerando uma

inconformidade e luta pelo estabelecimento de uma representação outra. O período vitoriano criou para o mundo a imagem do sexo frágil, de feições pálidas e mente infantil, que minou, por séculos, argumentos isolados sobre os direitos femininos. Contudo, os anos 20, trouxeram uma nova visão de mundo pós-guerra, com mulheres que comprovaram, com a ausência dos homens, sua capacidade e que exigem uma cidadania ativa. E é a partir deste momento, que o contramovimento, composto por homens e mulheres, buscou, através da ridicularização e demonização da figura sufragista em jornais, manipular a opinião pública.

Devido a importância dos jornais, para a análise do pensamento deste período, fizemos uso de fontes hemerográficas, retiradas da plataforma digital da Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a qual os disponibiliza digitalizados no site: <http://jornaisdesergipe.ufs.br>. Os jornais foram compreendidos enquanto uma fonte histórica e ferramenta de educação informal, uma vez que correspondem a um meio de comunicação de massa. Para Thompson, “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (THOMPSON, 1998, p. 20). Desse modo, os jornais do século XX, em Sergipe, eram escritos por intelectuais formados em diversas áreas, com o objetivo de informar aos leitores sobre assuntos do cotidiano em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Podemos, então, utilizá-los de modo a compreender o período histórico do qual são testemunhos, permitindo-nos entrever os sentimentos, pensamentos e discursos acerca da presença feminina no espaço público e da emancipação política feminina.

Inicialmente haviam sido concebidos três jornais: *Sergipe Jornal*, *Correio de Aracaju* e *A Cruzada*. Contudo, o excesso de números tornaria o processo inexequível dentro de um projeto de mestrado. Então, foi selecionado apenas o jornal *A Cruzada*. Este é um periódico da cidade de Aracaju, criado pela diocese da cidade em 1918. Muito embora tenha sido criado neste ano, no acervo da UFS temos somente a partir de 1922 a 1926, com o um intervalo que retorna em 1944 até o encerramento deste em 1970. Teremos no total a análise de 60 edições do jornal, que é impresso, com matérias distribuídas em quatro páginas e com a assinatura dos autores.

Ainda que não abranja todo o período em que trabalhamos (1920-1932) este foi escolhido por alguns motivos. Inicialmente porque estamos a tratar do Brasil, um país que ainda na atualidade é o maior país católico do mundo e o jornal *A Cruzada* é católico. A importância do jornal diante do número de fiéis da nação aumenta a sua importância e influência, principalmente perante uma capital como Aracaju, que se encontra no Nordeste brasileiro, conhecido pelo fervor católico. Uma cidade que no período trazia ainda contornos de uma cidade de interior, seja demograficamente ou no seu *modus operandi*. Segundo, este jornal é um órgão da Diocese de Aracaju, cuja redação e administração estão sob a responsabilidade da Secretaria do Bispado. Assim, os pensamentos difundidos demonstram a opinião da Igreja como direcionamentos ao seu público, que neste caso comportava a família sergipana de um modo geral. E por fim, ao analisar suas primeiras edições já encontramos indícios de posicionamentos contrários às mudanças femininas, o que nos levou a querer aprofundar a pesquisa e perceber se com o passar do tempo há uma mudança de tom.

Para analisar o jornal *A Cruzada* foi utilizado o método categorial de análise de conteúdo de Bardin (2010), que serve para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa de um manifesto de comunicação de massa escrito. Foi feita uma interpretação das ideias apresentadas a partir dos questionamentos levantados. A análise foi desde o nome do jornal (Por que esse nome? Qual a ligação com as ideias defendidas nas matérias publicadas neste jornal?) até o conteúdo das matérias publicadas (Qual o posicionamento em relação à crescente presença feminina no espaço público? Quais são seus argumentos? Em que se baseiam os argumentos?). Assim, questionando seu conteúdo a partir de quem o escreve, de quando o escreve e de como se posiciona acerca do assunto é que tivemos acesso aos pontos de vistas diferentes dentro da sociedade sergipana.

As matérias dos jornais foram selecionadas inicialmente a partir de uma leitura objetiva, em que serão buscadas as unidades de registro. Neste trabalho utilizamos como unidades palavras-chaves, que serão: emancipação, voto, mulher, educação feminina e mulheres intelectuais. Para que as unidades de registro tivessem uma significação e não fossem somente palavras soltas, foram estabelecidas unidades de contexto e correspondem ao segmento de mensagem. Ao buscar as edições dos jornais,

necessitamos inicialmente aclarar as suposições sobre o que podemos encontrar neste material. Lançaremos, para tanto, hipóteses, que para nós serão:

- A educação feminina e o acesso ao ensino superior inseriram a mulher no espaço público;
- Parte da sociedade percebe este avanço negativamente, enxergando no fato a possibilidade de desvirtuação da mulher e da família brasileira;
- O jornal, enquanto um meio de comunicação de massa e ferramenta de educação informal é utilizado tanto pelos opositoristas quanto pelos aliados do movimento feminista;
- Estar inserida no espaço público desperta a mulher para o sentido de união e organização enquanto grupo para a conquista dos direitos femininos.

Após esse processo as matérias de jornal serão divididas nas categorias Psique Feminina, Expressão de Gênero, Educação Emancipatória. Na primeira categoria colocamos matérias que tratam dos aspectos psicológicos da identidade feminina, que é compreendida enquanto uma construção social, em que de acordo com Bourdieu (2014) interpreta este jogo como uma “divisão” do mundo a partir das diferenças biológicas, de tal forma que ambos os sexos detêm o poder; um, masculino, público; outro, feminino, privado, ligado ao mundo das mulheres com suas funções maternas e reprodutoras. Na segunda categoria enquadrados os aspectos físicos e estéticos que são determinados ao gênero, uma vez que, expressão de gênero é, segundo Gomes de Jesus (2012, p. 14) a forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Por fim, a educação emancipatória englobou as matérias que tratam sobre o sufrágio feminino, entendendo-as enquanto educação sobre o tema.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos nos quais procuramos responder a todos os questionamentos levantados, bem como os objetivos geral e específicos. No primeiro capítulo foram abordados os referenciais teóricos utilizados para construir o texto e uma breve contextualização acerca do primeiro momento do feminismo no Brasil. No segundo capítulo analisamos a realidade das mulheres no Brasil a partir da

ótica jurídica do período e de como se deu a construção das figuras femininas no Brasil. No terceiro capítulo abordamos a educação feminina em Sergipe, o surgimento das sufragistas e a criação de uma secção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no estado. E, por fim, no quarto capítulo analisamos o jornal *A Cruzada* em Sergipe, buscando entender como este utilizou-se de suas reportagens para se contrapor à nova figura feminina em Sergipe.

1 - Poder, gênero e representação: trajetórias da construção social da realidade feminina

Vivemos em um tempo codificado. Tal afirmativa e até mesmo a leitura deste texto só é possível devido ao sistema montado pela nossa sociedade. O tempo em seu estado natural não necessita de conceitos e explicações, ele apenas existe. Fomos nós, através de processos cognitivos e diante da necessidade de compreender os fenômenos a nossa volta, que transformamos o tempo natural em tempo histórico. Ao tornarmos o tempo histórico fizemos deste uma construção humana, dotado de um sentido e passível de mudanças. Deste sentido atribuído por nós, temos a realidade que é fruto de um determinado grupo, cujos pilares são as assimilações, os processos intersubjetivos e as dinâmicas de poder.

É inerente ao ser humano a capacidade de significar o mundo em que vive. Cada um com as suas idiossincrasias, sendo que a forma de conceber as ideias depende da identidade de cada ser, bem como de suas vivências. A identidade de um indivíduo dá-se em relação ao outro devido às diferenças, mas não se resume a estas. A identidade, concebida por Hall (2000), como um processo inacabado, desarmônico e não linear, também é formada a partir de atribuições e características em comum. Dessa forma, indivíduos afins podem ter interesses e visões de mundo similares.

A formação destas percepções não ocorre de modo aleatório. Segundo Berger e Luckmann (2004, p. 38):

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim.

Assim, ao nascer somos introduzidos na sociedade, incorporando, através da língua e do comportamento, uma realidade que tem por base um conjunto de objetos que a identifica. Estes, os quais temos acesso ao sermos inseridos na sociedade, são reconhecidos como o espírito do tempo, uma vez que correspondem à materialização dos pensamentos, sentimentos e ações de um grupo em determinada época e lugar. O processo contínuo de assimilação em que utilizamos os objetos pré-existentes, os interiorizamos e exteriorizamos um produto a partir da nossa subjetividade evidencia a via de mão dupla em que somos construídos ao mesmo tempo em que construímos a vida cotidiana.

Dessas assimilações resultam signos que dão sentido a existência humana, marcando-a ontologicamente. Assim, devido à subjetividade humana temos múltiplas realidades. Dentre estas temos a realidade predominante, tida por muitos como o cotidiano, que é fruto de um processo intersubjetivo, pois é compartilhado por todos. A predominância de uma realidade dá-se por uma dinâmica de poder que é exercida nas relações interpessoais.

O poder foi, ao longo do tempo, considerado como um direito que poderia ser transferido ou concedido, sendo criadas teorias sobre a formação da sociedade e dos regimes políticos a partir deste entendimento. É Foucault quem diz que o poder é “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social [...] ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 2019, p. 45). Para se concretizar, o poder utiliza-se de técnicas e tecnologias, entre elas o poder disciplinar. Este institui gestos, atitudes e discursos em um ambiente de vigilância constante, produzindo indivíduos a partir desses mecanismos.

O poder está presente nas relações humanas, de forma antagônica e desigual, sendo, portanto, a resistência inerente a ele. Foucault (2019) define as relações de poder como uma eterna batalha em que são utilizadas estratégias e não há dominações incontornáveis. É desse embate entre poderes de diferentes grupos dentro de uma sociedade que temos a formação de um sistema que a rege. Este sistema é

baseado em uma narrativa constituída por aqueles indivíduos, que dentro de tais dinâmicas, são dominantes.

A formação de grupos dentro de uma sociedade dá-se em geral devido aos aspectos identitários. A convergência de interesses une os indivíduos que somam forças para estabelecer a dominância de sua narrativa. Assim, ao analisar segundo uma ótica histórica ocidental, temos a dominância de certo perfil de sujeito. Conforme aponta Menezes (2015, p. 66);

O que acompanhamos ao longo da história do pensamento ocidental foi a imposição de um projeto de universalidade que carregava determinados traços de uma localidade, fazendo com que estes tivessem sentido para toda humanidade. Contudo, não era qualquer localidade, trazia em si as marcas de uma humanidade branca, cristã, aristocrática, burguesa, masculina, europeia tradutora de uma compreensão de racionalidade, de mundo, de sujeito. [...] A universalidade esconde, assim, em seu movimento, um projeto totalitário.

Ao utilizar os signos como branca, masculina, burguesa, estamos caracterizando um grupo e estabelecendo assim uma identidade social. A linguagem foi um dos meios para materializar o mundo segundo este grupo, sujeitando aqueles que não pertencem a esta alcunha a um sub-lugar, em que serão objetos e não sujeitos da História.

A História tentou ao longo do tempo estabelecer uma imagem da Humanidade dentro de um aspecto globalizante, mas o resultado destas propostas foi uma visão mutilada e incompleta, pois os discursos totalizantes refletiam uma visão transformada em verdade, com a legitimação histórica de instituições da sociedade. São discursos não neutros, que de acordo Chartier (2002, p. 17) “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. As limitações deste intento levaram os historiadores a focarem, através da História Cultural, em como a realidade é pensada e construída. Assim, os objetos da História Cultural devem, de acordo com Chartier (2002, p. 27), “[...] repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o

social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando”.

As representações são definidas por Chartier (1991) como a imagem presente de um objeto ausente. Por vezes pode haver uma perversão da relação de representação fazendo com que esta mascare o objeto ao invés de pintá-lo adequadamente, de modo que esta não exista senão dentro dos limites da representação. Ao escrever a História, o vencedor retrata o vencido enquanto uma interpretação, ou seja, uma representação de que este é. E na luta pela definição da própria imagem e do que ficará marcado pela narrativa é que os grupos tidos como subalternizados lutam para se tornar sujeitos de suas próprias histórias e decidir como serão retratados. Este ato sobre o domínio de quem se é trata-se da resistência que Foucault explica e continua existindo indefinidamente nas relações de poder. Dentre esses grupos de resistência temos as mulheres, as quais denominaram, através de suas lentes feministas, que este sistema em que o homem concentra o poder e os recursos de patriarcado.

Em sua obra, *O feminismo em comum: para todas, todes e todos*, Marcia Tiburi nos mostra esse mundo estruturado pelo sistema do patriarcado. Define primeiramente este ao dizer que:

O que chamamos de patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições. É esse sistema que o feminismo busca desconstruir. Ele tem uma estrutura de crenças firmada em uma verdade absoluta, uma verdade que não tem nada de “verdade”, que é, antes, produzida na forma de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente (TIBURI, 2019, p. 27)

Para se fazer eficiente o patriarcado possui mecanismos. Estes são utilizados para a objetivação das crenças. Desse modo, estabeleceu um modo de ser através do machismo, privilegiando os homens em detrimento dos demais, permeando as relações de poder. Através da linguagem marcou sob o signo de mulher o indivíduo que serviria ao patriarcado, moldando o seu comportamento por meio de um perfil dócil trazido pelas noções do feminino. E, por fim, ainda com o uso da linguagem, estabeleceu um

discurso de ódio, que construiu, visual e verbalmente uma ideia negativa sobre a mulher.

O gênero é o maior divisor de águas nas relações sociais. Ele foi o primeiro dos mecanismos de sujeição de indivíduos, sendo uma relação de poder. A partir dele são histórica e culturalmente definidas as posições que um indivíduo ocupa dentro da estrutura social. Scott, ao tratar sobre o tema, define o gênero enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 21). Ele atua enquanto um mecanismo disciplinar cultural que, instituído desde antes do nascimento, generifica corpos, naturalizando um conjunto de pensamentos, ações e gestos que hierarquizam e definem expectativas em relação aos indivíduos dentro de uma estrutura social. Com isso, temos o gênero enquanto uma categoria socialmente construída e imposta aos seres. E é através dele que temos na sociedade o uso dos conceitos de masculino e feminino para a subjugação de um gênero por outro.

As ideias iniciais sobre o gênero estão intrinsecamente conectadas à identidade enquanto algo acabado, permanente e imutável. Desta forma, uma vez estabelecido o pertencimento ao gênero, estavam automaticamente determinados a personalidade, a expressão, o comportamento e o lugar social do indivíduo. É fruto deste constructo a percepção dos dois gêneros enquanto opostos complementares, esperando-se do comportamento masculino o caráter ativo, forte, quente, público e dominador, enquanto o feminino é passivo, frágil, frio, privado e dominado. Desse modo, estabeleceu-se o mundo enquanto universo masculino, da qual ele seria a única estrela do espaço público, enquanto a mulher cuidava do espaço privado.

Muito embora o gênero sempre tenha tido duas faces desde o início, nos conceitos biológicos o mesmo não ocorria. Segundo ilustra Machado (2008) somente no final do século XVIII e início do século XIX é que surge a ideia do dimorfismo sexual, ou seja, a existência de uma forma biológica masculina e outra feminina com órgãos e funções diferentes. Caía assim por terra o modelo de um único sexo, no qual o feminino seria exatamente igual ao masculino, mas de forma atrofiada, com os mesmos órgãos interiorizados. A mulher não seria mais um homem atrofiado, mas agora seria um ser

outro, um segundo sexo. Esse novo fato seria utilizado como legitimação para a exclusão feminina, utilizando a naturalização da diferenciação para ampliar o abismo entre homens e mulheres nos campos político, social e cultural.

Contudo, é o reconhecimento da identidade enquanto um processo contínuo, fruto das interações humanas, e passível de alteração ou implementação que serviu para quebrar os paradigmas de gênero e abrir caminho para a entrada da mulher no espaço público. A percepção de que não nascemos prontos ou destinados e delimitados a determinados caminhos, permitiu a mulher poder ser mais do que o seu gênero ditava. O caráter humano, aliado ao espírito do tempo serviu de aliado na luta feminina, pois foram justamente as mudanças no pensar, sentir e agir da sociedade que permitiram o pontapé inicial à luta pelo sufrágio feminino.

No entanto, somente o gênero não basta para compreender a totalidade de um ser, pois a vivência deste é permeada por outros fatores como raça e classe social, que regem também as relações entre os seres, e, sendo o poder composto de formas de dominação heterogêneas, estes também são aspectos a serem observados. As diferentes combinações destes fatores convergem para uma formação identitária complexa dos sujeitos, em que variam a oportunidade e o acesso a espaços, bem como o lócus social. De acordo com Bock (p. 168) “o racismo e o sexismo não decorrem de diferenças biológicas. Ao invés, algumas diferenças fisiológicas são usadas para legitimar relações pré-existentes e, em particular relações de poder”. Assim, ao falarmos de mulheres de modo geral e especialmente no Brasil, faz-se necessário que o gênero converse com essas outras acepções identitárias, a fim de que possamos visualizar as diferentes figuras femininas a partir do lugar de onde falam.

1.1 - “A mulher é a escrava que é preciso frequentemente colocar no trono”²

Para compreender a realidade feminina precisamos inicialmente nos libertar de representações incompletas construídas a partir da escrita da História das Mulheres. É evidente a segregação e o domínio do gênero masculino sobre o feminino durante um

² Honoré de Balzac (1799-1850). Frase retirada do livro *As mulheres ou os silêncios da História*.

longo período da história. Um período tão longo que não há consenso entre os historiadores sobre o seu início. Fatores como atributos físicos, capacidade reprodutiva e maternidade serviram para estabelecer uma diferença de tarefas. Engels (1985, p.229) afirma:

A divisão do trabalho é espontânea, só existe sexo a sexo. O homem vai à guerra, se dedica à pesca e providencia o necessário para isso, assim como a matéria-prima para alimentação. A mulher cuida da casa, dos alimentos e das vestes, cozinha, fia e cose. Cada um é dono dos seus domínios, o homem na selva, a mulher na casa.

Com a diferenciação ocorreu a valoração das atividades masculinas de caça e proteção em detrimento das tarefas femininas, gerando uma hierarquia sexual. Essa sujeição somada ao não acesso à educação prolongaram ainda mais tal situação por séculos a fio. Figuras masculinas ilustres, desde filósofos gregos como Pitágoras a pensadores iluministas como Rousseau e Schopenhauer, pregavam o silêncio e a inferioridade feminina, percebida por eles pela incapacidade intelectual para o exercício das mesmas tarefas que os homens. Era necessária uma dominação que de tão naturalizada fosse absorvida como ordem, mas que parecesse engrandecer estas, as chamadas rainhas do lar, pois de acordo com Balzac a mulher é a escrava que é preciso frequentemente colocar no trono. Contudo, é a partir da organização coletiva feminina para conquistas políticas que surgiu uma figura feminina rebelde e gerou uma dualidade na representação da mulher: rebelde x sofredora.

Ao rejeitarmos estas duas figuras não quer dizer que negamos os sofrimentos das mulheres, nem tampouco a existência de figuras femininas revolucionárias. No entanto, este tipo de representação, devido ao seu simplismo, não consegue captar o espírito feminino em sua totalidade. A identidade de um ser, bem como seus princípios, discursos e atos são fruto de uma complexidade inerente à humanidade. É possível ser definida por vários símbolos ao mesmo tempo, sem que isto ocorra de uma forma harmônica e linear, gerando por vezes um conflito de interesses. É aqui que entram as definições de gênero, classe e raça e consequentemente o lugar social do sujeito. Para entendermos as mulheres sufragistas necessitaremos dessas articulações. Logo, generalizações e reducionismos nos afastam da realidade ou de uma representação o

mais verossimilhante possível, uma vez que não existe apenas uma visão sobre o fato, mas sim visões que compõem um quadro do qual precisamos, por vezes, nos afastar para enxergar o todo.

As mulheres sempre estiveram presentes na sociedade. Sempre houve entre estas figuras diversas que representavam aspectos distintos da capacidade humana. Tivemos artistas, filósofas, cientistas, escritoras, bem como esposas, mães e filhas. E, ainda que apagadas dos feitos históricos selecionados como dignos de serem perpetuados, as mulheres continuaram a resistir, pelo simples ato de existir. Contudo, durante os séculos XVII e XVIII, mais vozes femininas começaram a clamar por direitos de estudo, voto e trabalho, o que era recebido com escárnio devido às crenças da incapacidade feminina.

Contudo, a sociedade ocidental sofreu grandes mudanças com virada burguesa na História. A Revolução Industrial (1760), a Independência dos Estados Unidos (1776) e, principalmente, a Revolução Francesa (1789), estabeleceram um novo estilo de vida, pondo em voga os ideais burgueses, que atingiram diretamente as mulheres. Tais ideais cobravam destas um papel mais ativo socialmente. Seu papel principal ainda era, sem dúvidas, no ambiente privado, em que cuidava do lar, organizando o espaço para servir ao marido e educar os filhos. No entanto, as mulheres da elite e da burguesia, tinham também deveres assistencialistas, que as colocavam em espaços públicos.

É neste ponto que as generalizações e reducionismos não nos permitem ver as nuances e zonas cinzentas existentes, que permitem o trânsito tanto de homens quanto de mulheres entre o público e o privado. Necessitamos segundo Perrot (2005, p. 346) “[...] abandonar a ideia de mulheres enclausuradas e imóveis. As mulheres do século 19 se mexem, deslocam-se, viajam, andam em barcos de passageiros, em berlindas, mais tarde, na estrada de ferro que prevê, aliás, cabinas para mulheres sozinhas”. Assim as mulheres mais pobres ocupavam as ruas, as fábricas, os lavadouros, as mulheres da elite e burguesia frequentavam lojas, bailes e salões.

Esse novo momento causou uma confusão entre os espaços, que foram, aos poucos, remodelados. Convencionou-se que os espaços ocupados por mulheres não

serviam para a discussão de assuntos sérios, como política, uma vez que neste imperavam a fofoca e as frivolidades, assim:

O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. “Não permitis que uma fale em público, abra uma escola, uma seita ou um culto”. “Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. (PERROT, 2005, p. 318).

Quanto aos deveres assistencialistas, estes serviam como um complemento do tempo das mulheres, consistindo no auxílio em hospitais, asilos e orfanatos e ensinando em escolas. Estas atividades estavam ligadas às funções naturais femininas de trato e maternidade e foram vistos como trabalhos de mulher. “As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram “profissões”. [...] São “trabalhos de mulher”, comumente temporários, exercidos em certos momentos do ciclo da vida ou no contexto doméstico.” (PERROT, 2005, p. 251-253). Devido ao seu caráter complementar, os salários das primeiras professoras, enfermeiras e assistentes sociais eram baixos, até mesmo para desencorajar a liberdade econômica feminina.

A educação feminina foi fruto de uma luta, pois inicialmente servia apenas para a educação inicial de seus filhos. Com ela veio a chance de leituras, ainda que proibidas e feitas escondidas, que levaram ao engajamento. A sociedade cobrava cada vez mais uma moça instruída para que não aborrecesse seu marido ao ser incapaz de travar um diálogo. Logo as mulheres se envolveram ativamente em questões abolicionistas, educacionais, filosóficas. Por fim, ao perceberem que estavam aptas a regerem suas vidas, começaram a discutir seus próprios direitos políticos. Embrionariamente através do feminismo maternal e cristão, mostrando que se havia tarefas que só o homem pode realizar devido à sua natureza, também havia situações em que somente a mulher, devido ao seu gênero poderia resolver.

O reconhecimento parcial da cidadania feminina ocorreu inicialmente na Europa e Estados Unidos, espalhando-se depois em outros lugares como o Brasil. A Revolução Francesa negou o direito de participação política feminina, contudo concebeu a cidadania com um duplo aspecto, que abrangia o caráter social e o político. Então, a elas foi atribuído o caráter de cidadãs sociais, devido aos seus direitos e deveres sociais, mas não tinham o título político devido às suas limitações. No século XIX, o século da ciência,

tivemos a legitimação de crenças misóginas por parte desta, que repercutiriam ainda nos séculos seguintes. À mulher atribuíam uma inaptidão devido ao seu corpo fragilizado e ao cérebro de capacidade infantil, que as tornavam facilmente dissuadidas.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição (TELLES, 1997.p.402-403).

Assim, com a naturalização da feminilidade era imposta às mulheres toda uma forma de ser e pensar, e apesar da figura angelical construída havia também o reconhecimento de sua capacidade maliciosa, caso não se conformasse com seu papel. Essa figura maliciosa foi frequentemente associada às sufragistas.

O sufragismo foi o movimento coletivo, organizado por mulheres, que lutou pelos direitos políticos femininos, a fim de garantir a possibilidade de votar e ser votada para cargos políticos na sociedade. É um movimento que se encontra dentro do feminismo, que é, segundo Tiburi (2019, p. 12-72):

[...] o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças armadas sistematicamente pelo patriarcado. [...] o feminismo é um método de transformação social capaz de modificar tanto a microfísica quanto a macroestrutura da sociedade – que foi alicerçada no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres, não por acaso excluídas do sistema do poder-saber.

O reconhecimento da cidadania fundamentou a primeira onda do feminismo, que também clamava pelos direitos ao trabalho e educação. Este feminismo, apesar da participação de mulheres de diferentes estratos sociais, é tido como o feminismo de personalidade, em que se destacam as mulheres da elite, que possuíam acesso e respeito entre figuras masculinas proeminentes que lhes serviram como aliados na luta.

As vozes que começavam a se somar traziam temor tanto aos conservadores quanto aos radicais, pois a conquista do voto feminino ia além do exercício de um direito

político, ela questionava o papel da mulher em sociedade e a submissão ao homem. E o que começou através de solicitações, petições e palestras acabou por tomar um tom mais radical e violento, com o surgimento, na Inglaterra, de uma ramificação mais radical do feminismo, as *suffragettes*. Lideradas por Emmeline Pankhurst, elas utilizaram de depredação, detonação de bombas, greve de fome e perturbação da paz para manter o tema do sufrágio feminino em destaque. Esse estilo mais agressivo do movimento ganharia adeptas pelo mundo e deixava bem claro que as mulheres não mais aceitariam o silêncio que lhes era imposto. Este era o esboço de uma disputa por espaço público, em que a mulher lutava por mais oportunidades de poder.

As mulheres perceberam que, para conseguirem o intento, era necessário romper com os aspectos estéticos e psicológicos da mulher que os homens criaram. Surgia a “*femme nouvelle*”³ ou a nova mulher. O rompimento com os padrões foi sentido fortemente, pois conforme Perrot (2005, p. 34):

A cidade do século 19 é um espaço sexuado. As mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e a posição de seu marido.

Deste modo, ao romper com os padrões estéticos as mulheres ressignificaram a moda, os conceitos de beleza e a representação feminina. Esse novo modelo alcançava também diferentes classes sociais, que até então se vestiam de modo distinto. A mulher do século XIX, que tinha cabelos grandes, usava roupas longas e com várias anáguas, deu lugar à mulher do século XX que deixou seus cabelos curtos, encurtou o comprimento de saias e vestidos, passou a usar calças e a utilizar uma maquiagem mais marcada.

Contudo, a mudança também se estendeu ao comportamento, uma vez que estas eram feministas, intelectuais e com carreiras independentes. Esta nova mulher escandalizou a sociedade e gerou protestos e reclamações em jornais, inconformados com a “masculinização” e clamando aos pais de família que atentassem ao retorno aos

³ Termo em francês que significa em livre tradução “nova mulher”.

valores tradicionais. Este novo padrão estético e comportamental espalhou-se pelos Estados Unidos e Europa, chegando também ao Brasil através das mulheres de elite que foram estudar fora do país. Conforme podemos notar nas imagens abaixo, a modificação da estética feminina dentro de tão pouco tempo foi marcante, havendo uma exposição maior de seus corpos antes quase que totalmente cobertos por tecidos e babados.

Figura 1 – Mulher do final do século XIX



Fonte: Site História da Moda

Figura 2 – Mulheres dos anos 20 do século XX



Fonte: Site História da Moda

O início da Primeira Guerra Mundial tirou o assunto da pauta de discussões, voltando somente ao final da guerra. Os conflitos do início do século puseram as mulheres em um diferente tipo de linha de frente, lutando pelo sustento de suas famílias e pela vitória de seu país nas fábricas e lavouras. E, muito embora os homens tomassem medidas para que, ao final da guerra, o assunto estivesse esquecido, as mulheres voltaram a cobrar seus direitos.

Em 1918 os ingleses reconheceram o direito de voto feminino e, ainda que com restrições etárias e financeiras, o movimento sentiu o primeiro gosto de vitória. Nos anos 20, período do pós-guerra em que o mundo tentava se reerguer, ocorreram mudanças irreversíveis nas questões das mulheres. O mundo tentava encaixar-se aos velhos moldes cobrando das mulheres aumentos das taxas de natalidade, o abandono dos empregos e o retorno para as funções do lar, mas as mulheres não desejavam

retornar ao *status quo ante*⁴. Estas ações reacenderam a chama da antiga luta feminista pelo mundo. Era tarde demais para voltar aos velhos tempos, pois as conquistas nos EUA e na Inglaterra, despertaram as mulheres pelo mundo e as trocas realizadas pelas redes de sociabilidade serviriam de base para as lutas em vários lugares, incluindo o Brasil.

1.2 – Feminismos no Brasil do início do século XX: entre personalidades, partidos e instituições

O mundo em que vivemos é fruto de um mundo de pensamentos posto em prática. Tudo que está estabelecido em relação ao ser, ao saber e ao poder foi construído. No entanto, isto não ocorreu de modo pacífico. Cada indivíduo a partir do seu lugar subjetiviza o mundo. Temos desse modo, concepções, poderes e contrapoderes disputando direta e incessantemente por espaços de fala, de presença. Ao estabelecer-se desde o período colonial a dominância de uma ótica cristã, masculina, heterossexual e branca, temos um tecido social brasileiro permeado por estas, que não só subalternizam e excluem aqueles que nela não se encaixam, mas também impõem uma representação. As insurgências destes indivíduos foram e ainda são práticas de resistência que consistiam em uma organização coletiva para fins políticos. A inconformidade é a marca que carregavam e tentavam, através da sua luta, quebrar as representações que a linguagem construiu. Essa é parte da história das lutas mulheres.

O Brasil, entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, vivia um período efervescente. Estas décadas trouxeram em seu bojo o fim da escravidão, a proclamação da República, a industrialização e a chegada de imigrantes. O Império havia se tornado obsoleto desde a abolição da escravatura, que libertou os escravos sem uma maior preocupação com inclusão social, mas ainda era reconhecido pelos brasileiros pela sua importância na formação nacional.

O Estado dos tempos monárquicos era visto pelas elites brasileiras do século XIX como a garantia de “ordem e civilização” em uma sociedade considerada amorfa, constituída em sua maior parte por homens livres e pobres, negros escravizados e índios (vistos como “selvagens”), sem direitos diante do poder de fato dos grandes proprietários de terras. O

⁴ Expressão em latim que significa estado que se encontrava antes.

império realizou a independência política do Brasil com relação à metrópole portuguesa, mas pouco fez para superar o modelo econômico e social que aqui se implantara nos tempos coloniais. (NAPOLITANO, 2016, p. 9).

O país seguiu um caminho diferente dos países das Américas, que se transformaram em repúblicas. No entanto, esta se tornou, principalmente após o fim da Guerra do Paraguai e da insatisfação militar, a opção mais plausível. A Proclamação ocorreu de um golpe militar, do qual a população não participou e assistia bestializada⁵.

Desde a Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova constituição para a República dos Estados Unidos do Brasil havia um início de movimentação a favor das mulheres, muito embora tenha sido mal fadada. Temos, pela primeira vez na nossa história, a discussão sobre a inclusão feminina no direito de participação política. Por fim, no artigo 70 da Constituição de 1891, ficou determinado da seguinte forma:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (BRASIL, 1891)

O fato de ter colocado cidadãos e não ter determinado o sexo nos permite entender que estas não eram vistas como cidadãs, logo não seria necessário especificar. Contudo, a forma como foi escrita deixou uma lacuna para interpretações, que seriam utilizadas em inúmeras tentativas de registro de voto e candidatura nos anos vindouros. Outro fato importante foi vedar o voto aos analfabetos em um país em que 90% da população, na época, era analfabeta. Dessa forma o Brasil, ainda que em uma nova

⁵ Bestializado foi um termo utilizado pelo jornalista Aristides Lobo, a respeito da reação dos brasileiros em relação à Proclamação da República, no entanto foi através da obra Os Bestializados do historiador José Murilo de Carvalho que o termo foi popularizado.

roupagem republicana, manteve o mesmo mecanismo de concentração de poder, agraciando um grupo seletivo elitista, masculino e branco para comandar o destino do país. Estavam excluídos direta e indiretamente negros, índios, mulheres, mendigos, soldados, analfabetos e religiosos.

A primeira tentativa mal sucedida no início da era republicana seria o pontapé inicial das lutas pelo sufrágio feminino. Segundo Jardim Pinto (2003) no Brasil é possível encontrarmos três vertentes claras do feminismo durante a primeira onda: o feminismo bem comportado, o mal comportado e o feminismo difuso. O feminismo difuso foi aquele que apareceu em jornais e revistas cobrando da sociedade os direitos da mulher nas mais diversas áreas como política, educação e sexualidade. Não havia neste tipo de feminismo uma organização coletiva, somente frutos de esforços individuais. Já o feminismo bem comportado e o mal comportado foram definidos desta forma, pois o primeiro não discutia a posição de poder do homem, tratando apenas de lutar pela igualdade para a mulher. Já o feminismo mal comportado, que ocorreu principalmente durante a década de 10 do século XX, além de tratar da igualdade, questionava exploração e exclusão desta pelo homem, desejando a liberação da mulher.

O feminismo mal comportado pode ser também compreendido como o feminismo inicial do Brasil, uma vez que representou a primeira articulação de indivíduos para tal fim. Ele foi representado pelas figuras de Leolinda Daltro e Gilka Machado. Daltro foi uma professora que iniciou sua luta na causa indigenista, em busca de uma educação indígena, em uma época em que estes eram vistos como inferiores e incapazes. Foi através desta luta que a causa feminista foi despertada, pois devido à condição de mulher, todo o seu conhecimento sobre o assunto era desvalorizado. Já Gilka Machado era poetisa, e em seus poemas abordava as estações, os sentimentos, além do desejo e do erotismo feminino, para escândalo da sociedade. Em seu poema Noute de junho escreveu:

Faz tanto frio, tanto frio,
que, de ti longe, phantazio
como gelado te has de estar!
a noute é clara, nívea etherea,
suggere as noutes da Siberia
assim nevada pelo luar

Través a gaze tênue, fina,
da charpa immensa neblina
que tudo vela e no ar fluctua,
por estas horas dormideiras,
lembram as altas cordilheiras
gelo em montões, montões de Lua.

Cae a neve? – não; porém, humente
de neve jugo todo o ambiente;
é uma planície erma, polar,
em cuja frente e em cujos flancos
assomam pellos de ursos brancos,
a solidão sem fim do mar

Faz tanto frio, tanto, tanto,
que sonhos neve em cada canto
e penso em ti, meu sonho lindo;
penso-te e, logo, me arrepio.
ai! quem me dera ser o frio
que com certeza estás sentindo!

Todo meu ser se vaporisa,
se faz mais leve do que a briza,
sóbe, mistura-se com o ar,
e em seus anceios se esticando,
busca sentir o offego brando
de um coração a palpitar

Ai! quem me dera ser o intenso
frio desta hora em que te penso
- tomar-te as mãos, o busto a bocca
e te envolver de lado a lado
e te deixar branco, espasmado
por meu querer talvez de louca!

E, ó meu amor, com que alegria,
eu, nesta noute de hibernia,
noute de frio tumular,
ao lume azul do meu carinho
te aqueceria de mansinho,
-fôra a lareira do teu lar

O inverno se insinua,
gela-me a fronto, o collo; a Lua
toda se esvae, toda se espalma
e soffro, a um tempo, o duplo aneio
de te esconder dentro em meu seio,
de me esconder em tua alma.

Então, por ti me abstraio, e cuido
ser toda essência, toda fluido.
e, ó devaneio singular

fico-me instantes, esquecida,
tendo na minha tua vida,
no último espasmo a esfriar, a esfriar

Vae se tornando mais esguio
meu ser, por ti toda me esfio
num elastério de anciedade;
fosse minha alma a alma do Hinverno,
transmittit-te-ia o frio eterno,
a gelidez da eternidade

Faz tanto frio, tanto frio,
que, de ti longe, phantazio
algido estejas como o luar
Por esta noute de Siberia,
como eu quisera ser ethera
para em meu gelo te queimar! (MACHADO, 1922, p. 47).

Daltro e Machado fundaram em 1910, junto com um grupo de mulheres, o primeiro partido feminino brasileiro, o Partido Republicano Feminino (PRF). Segundo Céli Pinto (2003, p. 18), essa forma de nomear tal associação feminina já “merece atenção especial pela ruptura que representou [...] pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida”. O *Diário Oficial* publicou em 17 de dezembro de 1910 o estatuto do partido, em que se declarava enquanto uma instituição social de progresso individual, comum e geral, cujas decisões seriam tomadas por conselhos deliberativos e sendo composto por pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil sem distinção de nacionalidade ou religião. Quanto aos programas do Partido o estatuto afirmava:

Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exalçando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira. §5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

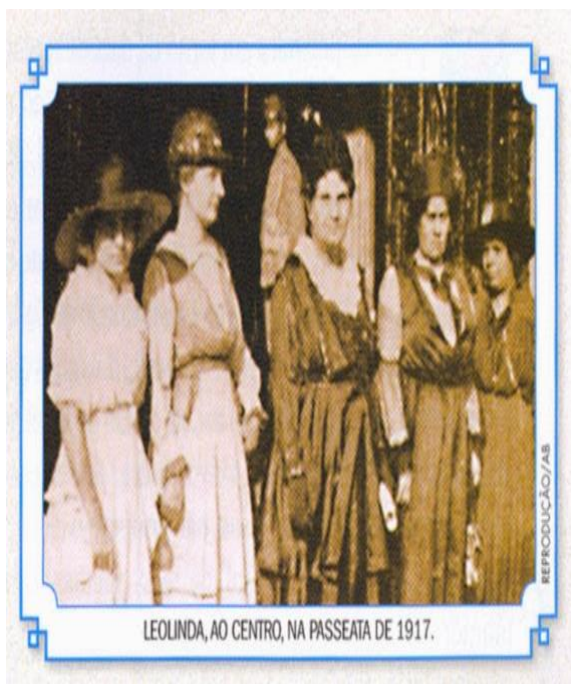
§8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc. (Diário Oficial, 1910).

O partido começou com vinte e sete integrantes e em seu auge chegou a noventa componentes. Leolinda Daltro era a presidenta do partido e Gilka ocupava o cargo de segunda-secretária. O grupo absorveu muito do que Emmeline Pankhurst estava fazendo na Inglaterra, e agitava ao fazer passeatas, ao procurar políticos, ir às assembleias. Não demorou muito para que elas fossem alvo de zombarias e críticas, sendo chamadas de *sufragettes*⁶ e rendendo a Daltro o título de Miss Pankhurst brasileira. “O estilo de ação política de Leolinda Daltro era peculiar. Invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente as críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças” (Marques, 2004, p.161). Com o apoio de Orsina Fonseca, esposa do presidente Hermes da Fonseca, criou a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, no Rio de Janeiro.

Figura 3 – Leolinda em passeata

Figura 4 – Gilka Machado

⁶ O termo *sufragette* é derivado de *sufragist*, que significa sufragista em inglês. Contudo, o sufixo “ette” adiciona à palavra uma conotação pejorativa, sendo utilizado para ofender as sufragistas.



Fonte: Arquivo Nacional



Fonte: Site Escrita.org

Essas mulheres trouxeram essa nova representação de uma mulher forte, independente, igual ao homem em capacidade e direitos. Esse novo sujeito que disputava pela narrativa entrava em confronto direto com o modelo estabelecido pela sociedade. Elas ocupavam o espaço público trazendo sua luta para as ruas, marcando presença desde festas de carnaval e até mesmo treinando publicamente para mostrarem-se prontas para defender o seu país na eclosão da Primeira Guerra Mundial. Contudo, devido ao caráter conservador do Brasil, havia um movimento antifeminista que bombardeava os jornais e revistas com críticas severas a elas. A chacota fez surgir uma deturpação da figura feminista que ainda perdura e que tinha o propósito de afastar as mulheres do movimento. Assim, associou-se as feministas a ideia de que eram mulheres incompletas e amarguradas pela falta de casamento, sendo chamadas de feias, mal amadas, masculinas e subversivas.

E, apesar de o sufrágio feminino fora bastante noticiado na imprensa, não se alcançou o resultado esperado pelo movimento, uma vez que boa parte da sociedade, incluindo mulheres, não via o voto das mulheres com bons olhos. O risco de abalar o equilíbrio dos lares brasileiros e desencaminhar a figura feminina no meio desta modernidade perigosa e revolucionária que o PRF e seus aliados pregavam, fazendo com que muitos se pronunciassem e pedissem aos políticos que protegessem a família

brasileira. Tais barreiras foram minando as forças do partido, que acabou desaparecendo por volta do final da década de 1910, mas deixou o gérmen para a continuidade da luta.

A experiência inicial trouxe um grande aprendizado às feministas. Elas perceberam que diante da construção do modelo da sociedade brasileira era necessária uma nova estratégia. O feminismo precisava de uma nova roupagem, mais comportada. O Brasil precisava saber que esta nova mulher não pretendia destruir famílias ou escravizar homens. Era hora de começar uma propaganda que agradasse estes setores, conquistando mais aliados. O final da Primeira Guerra havia trazido o sufrágio feminino na Inglaterra, abrindo portas para reabrir as discussões sobre o tema. E, impulsionadas pelo senso de oportunidade, as mulheres dos anos 20 trariam para o debate um feminismo palatável à sociedade brasileira.

2- As Evas e Marias do Brasil: recortes de raça e classe social no feminismo dos anos 20

Para compreender a luta feminista no Brasil é necessário, antes de tudo, compreender como a mulher era concebida dentro perspectiva histórica brasileira. Desde sua independência, o Brasil buscou construir-se enquanto nação. Nos meados do século XIX este se encontrava influenciado pelos ideais positivistas. O positivismo, que tornou este século o das ciências, estava em voga na Europa e o Brasil, que desejava ser reconhecido enquanto nação evoluída, procurou adaptar os princípios positivistas à realidade de seu povo. A força desta ideologia foi tão marcante na história nacional que ainda hoje carregamos o lema “Ordem e Progresso” em nossa bandeira. Para tanto, foi realizado, em 1844, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um concurso sobre um plano de como escrever a respeito da História do Brasil. O vencedor foi o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, com o texto *Como se deve escrever a História do Brasil*.

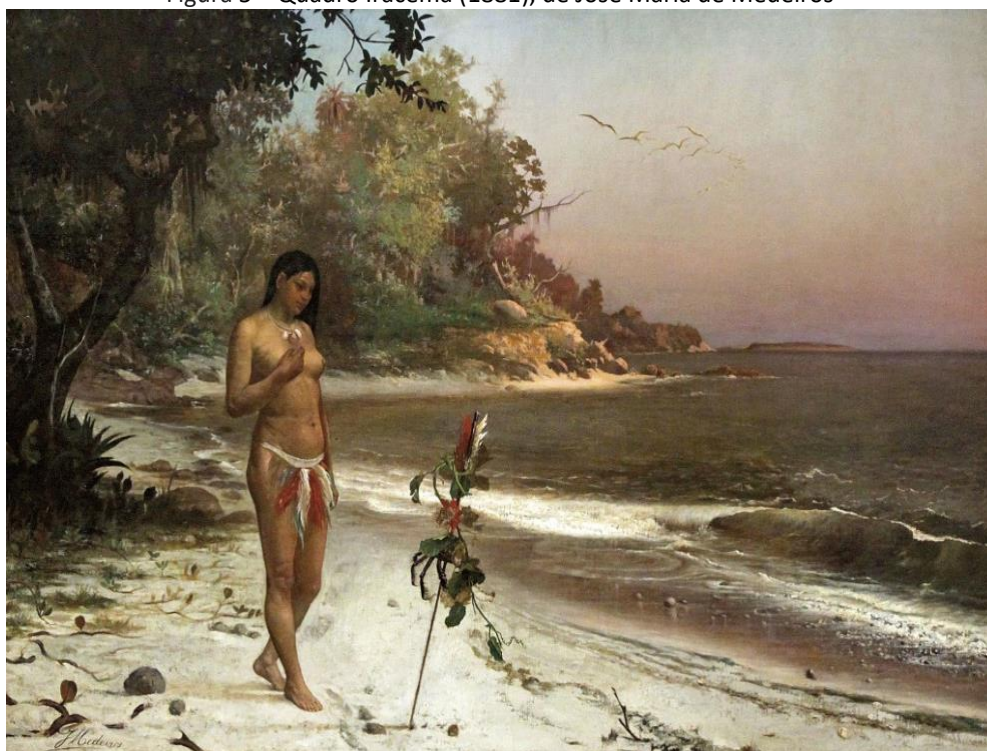
No texto, o Brasil era representado a partir das interações de três raças: a branca (representada pelos portugueses), a negra e a indígena. Neste cenário, a influência branca, entendida como civilizatória e evoluída, foi predominante e decisiva para a formação da identidade nacional, enquanto negros e indígenas, indivíduos ditos primitivos, tiveram um papel coadjuvante e até mesmo esquecido em alguns momentos. Tal mentalidade, iniciada no século XIX chegaria ao século XX, carregando em seu bojo um padrão masculino, branco, elitista, cristão, que excluía da narrativa grande parcela da sociedade.

Com o advento da abolição da escravatura, da Proclamação da República, da industrialização e da urbanização, as elites dominantes utilizaram do positivismo e dos ideais de pureza e superioridade entre raças para reorganizar e legitimar o racismo e o machismo na hierarquia social pós-libertação. Raça e gênero continuariam como mecanismos de subalternização de sujeitos, desta vez corroborados pela ciência, ou melhor, uma pseudociência que se valia do prestígio para naturalizar dominâncias e marginalizações. E, sendo a história uma ciência que parte de inquietações, olhares e

certa dose subjetividade do presente para o passado, tais valores se impregnaram na escrita dos historiadores sobre o Brasil no século XX.

Apesar de artistas terem propagado uma imagem mais romântica e idealizada da mulher indígena no século XIX, como podemos observar no quadro *Iracema*, representado na figura abaixo, tal visão não foi assimilada pelos historiadores do século XX. Estes impregnaram nossa história com a ideia de uma sexualização inevitável aos trópicos. Somos o que somos, pois somos fruto do meio, do clima e da miscigenação. A miscigenação brasileira foi compreendida por eles enquanto fruto da permissividade sexual, tão forte, que levou os portugueses a ignorar sua pretensa superioridade e misturar-se. Havia algo no ar, pairando sobre as terras brasileiras, que levou homens a abandonar os ensinamentos cristãos e a deitar-se com negras e índias, espalhando o pecado e trazendo ao mundo mestiços enfeitados. Eles representaram a mulher dentro de parâmetros misóginos, inferiorizando-as e limitando sua presença aos aspectos sexuais. Estavam, assim, restritas a respostas derivadas do estímulo masculino do colonizador, retratado como dotado de potência sexual dominadora, a quem estas se entregavam sempre de bom grado.

Figura 5 – Quadro *Iracema* (1881), de José Maria de Medeiros



Fonte: Site Picturing the Americas

Tanto Paulo Prado, quanto Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr atenuaram quaisquer processos de violência sexual contra as mulheres índias e negras durante o período colonial. Relatavam um furor sexual por parte delas, que se encontravam dispostas e afoitas pelo homem branco, que lhes era superior tanto em gênero como raça, mas que sucumbia pela fraqueza da carne diante um mundo de pecados. Apesar de discordarem em muitos aspectos, ao tratarem destas mulheres, há uma similaridade nas concepções da nudez e do desejo que gerou o Brasil, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Visões acerca das Mulheres Negra e Indígena

	Mulher Indígena	Mulher Negra
Paulo Prado (1869 – 1943)	Caracteriza o povo brasileiro como um povo triste, cansado e prostrado devido ao início da nossa história, cheia de excessos sexuais e vícios da multiplicação de união de pura animalidade. A nudez da índia, a sensualidade da negra e o ambiente contribuíram para que nos tornássemos um povo mole, instintivo e sensual. (PRADO, 1928, p. 31).	
Gilberto Freyre (1900-1987)	O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. As mulheres eram as primeiras a se entregar aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2002, p. 164-65).	A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixar de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor- de “superiores” com “inferiores” e, no maior número dos casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre esta base. (FREYRE, 2002, p. 46).

Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982)	O brasileiro foi fruto de uma sexualidade permissiva e corrosiva, na qual o português nem possuía orgulho de sua raça, fundindo-se com negros e índios. Os valores morais nunca se firmaram entre nós. (HOLANDA, 1994, p. 54).	
Caio Prado Jr (1907 – 1990)	Aliás, particularmente, no caso da índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. (PRADO JÚNIOR, 1963, p.64).	O cruzamento de raças deu-se tanto no caso do índio quanto no negro, pelo impulso fisiológico de indivíduos de raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa. (PRADO JÚNIOR, 1963, p.98).

Fonte: Autora

Em um Novo Mundo nascente, mas já perdido frente à devassidão desenfreada tanto do colonizador quanto dos colonizados, fez-se necessário criar um baluarte da moral cristã: a mulher branca. Tanto Caio Prado Jr quanto Gilberto Freyre afirmavam, em suas obras, a pouca quantidade destas em terras brasileiras, o que levou os colonizadores a satisfazerem suas necessidades com indígenas e negras. As mulheres brancas começavam a chegar na colônia para formar família com os homens que aqui estavam. São estas órfãs e mulheres que não conseguiram casamentos em Portugal, seja por dotes pequenos, idade avançada ou até mesmo por escândalos. Elas vêm a pedido do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues de Azevedo, que lhe envia uma carta dizendo:

Nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres. [...] Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do governador lhe pediam por mulher e diziam que lha queriam forrar. Parece-me coisa muito conveniente mandar sua alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, contanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. (1931, p. 79).

Assim, no período colonial, a mulher branca é vista como responsável por manter a civilidade do seu cônjuge. Seu dever é o da reprodução de filhos varões, que darão

continuidade ao que foi construído pelo seu pai. A historiografia tradicional cristalizou a figura da “sinhá” brasileira em uma mulher reclusa, submissa, que estaria mais próxima de ser um móvel da casa do que uma pessoa propriamente dita. Contudo, estudos recentes da historiografia brasileira, como a obra *As mulheres de posse: a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII*, de Vera Maria dos Santos, nos permite divisar facetas outras sobre a mulher colonial, ao nos deparamos com mulheres que assumiram o papel de chefe de família em uma sociedade patriarcal, ao administrar seus próprios negócios. Algumas inclusive já sabiam ler e escrever, o que serve para nos mostrar que dentro do período colonial já podíamos encontrar traços de uma educação feminina.

E, desta forma, objetificada e guiada para o fim de reprodução e continuação da sociedade é que a mulher branca foi retratada, sendo até mesmo vista como menos importante de que sua própria prole. No quadro de Debret, na figura abaixo, podemos notar que a esposa dentro de uma ordem decrescente de hierarquia encontra-se acima somente dos escravizados, uma vez que esta também é uma posse do senhor da casa, que a tudo rege sob o peso do chicote, conforme podemos ver.

O olhar sobre o feminino no século XX, muito embora seja de caráter científico, ainda utilizou os resquícios da visão religiosa, definindo-as entre arquétipos virginais e profanos, como Maria e Eva, respectivamente. Coube deste modo, às negras e índias o papel de “Evas brasileiras”, enquanto às brancas a castidade de Maria. A todas ainda servia, mesmo que em tempos de independência brasileira, a frase do poeta português Gonçalo Trancoso, “Afirmo que é bom aquele rifrão que diz: a mulher honrada deve ser sempre calada”, que se cristalizou na memória coletiva.

Figura 6 – Família do século XIX retratada por Debret



Fonte: Site Geledés

Quanto à imagem das mulheres negras brasileiras, se faz necessário trazer à tona uma figura que não pertence diretamente à nossa história, mas que foi absorvida de modo indireto: a Vênus Hotentote, retratada na figura abaixo. Saartjie Baartman, da tribo Hotentote, devido às suas características anatômicas foi levada da sua tribo e exposta em atrações circenses pela Europa. Após seu falecimento seu corpo foi mutilado para estudo de sua genitália realizados por cientistas europeus. Estes chegaram à conclusão que a sensualidade e sexualidade exacerbada de mulheres negras ocorria devido aos seus padrões anatômicos.

Até este momento, a história de Saartjie incluía a África do Sul e a Europa. Contudo, o Brasil devido ao processo de releitura científica do racismo acatou estes estudos, cujos resultados repercutem até os dias atuais, gerando uma ideia de hiperssexualização das mulheres negras brasileiras. Logo, temos uma visão de mulheres que, mediante a raça, as santifica ou hipersexualiza e objetifica, mas de um modo geral mutila a identidade feminina buscando encaixá-las em padrões que atendem às necessidades dos homens, silenciando e subalternizando a figura feminina. Somente a partir dos anos 80 do século XX é que se iniciaria uma revisitação à figura feminina de períodos coloniais em busca de um novo olhar sobre estas.

Figura 7 – Saartjie Baartman em exposição



Fonte: Site Revista Planeta

Então, dentro da lógica brasileira é necessário integrar gênero, raça e classe, pois, desde o início da sua colonização, o Brasil foi fruto de um processo de miscigenação, que segundo Schwarcz (1993), gerou uma paleta de cores, na qual as oportunidades iam sendo reduzidas na medida em que o tom de pele escurecia. Logo, raça e classe estão intimamente ligadas, uma vez que mulheres negras e índias foram marginalizadas na sociedade, sendo vedado a estas o estudo, restando apenas empregos ligados a funções domésticas, realizadas historicamente por suas ancestrais. Já as mulheres brancas das elites e classe média ficaram mais presas ao seu destino biológico, frequentando as escolas por um tempo mínimo que lhes permitisse saber ler, escrever, pois o foco estava em tornar-se prezada para o lar.

Há, portanto, dentro do gênero uma hierarquia, em que mulheres das classes altas, que são no geral mulheres brancas, possuem mais oportunidades de fala do que as mulheres das classes populares, que são em geral pretas, pardas e índias. Essa diferença de oportunidade ficou evidente durante o sufrágismo, em que tínhamos uma

elite intelectual feminina, que devido às oportunidades de estudo e redes de sociabilidade com figuras importantes se destacaram na luta sufragista. Contudo, as leis, que regiam as mulheres no aspecto civil, eram válidas para todas estas e considerava todas as mulheres limitadas em sua capacidade de reger-se sozinha no mundo. E, mesmo estudando como os homens, elas não podiam ingressar no ensino superior.

As mulheres no Brasil lutaram pelo direito à educação. Várias levantaram suas vozes para cobrar este direito de instrução, entre elas Nísia Floresta. Ela era educadora, abolicionista, republicana, foi autora do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* e traduziu o livro *A Reivindicação dos direitos da mulher* de Mary Wollstonecraft. “Nísia acreditava na educação como instrumento de emancipação da mulher e por essa razão apoiou-se na escritora inglesa para expressar seu modo de ver a vida das mulheres não escravas no Brasil de seu tempo” (MARQUES, 2018, p. 21). As mudanças na sociedade brasileira vieram com os valores burgueses e, pelo país, seguir os moldes europeus para se adequar aos padrões ditos civilizados. A grande conquista veio através do Decreto Imperial nº7.247 de 19 de abril de 1879, que permitiu o acesso feminino ao ensino superior. A partir deste período surgiram médicas, advogadas, engenheiras, formando uma elite intelectual feminina. Contudo, civilmente elas ainda eram limitadas por várias instituições, sendo a mais importante delas o casamento.

O casamento, em um país de maioria católica, era a instituição sagrada, célula formadora do Estado, que segundo o Código Civil tinha o homem como o chefe de família (1916, art. 233). Temos, neste período, um arcabouço legal que determinava a sujeição feminina, que se agravava após o matrimônio, uma vez que seu marido seria seu responsável legalmente. Uma mulher ao casar-se deveria ser virgem, como prova de um comportamento adequado à moral e bons costumes. Se assim não fosse, era segundo a lei cabível de anulação do matrimônio. “Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge: IV - o defloramento da mulher, ignorado pelo marido.” (1916, art. 219).

A mulher, ainda segundo o artigo 240 do Código Civil de 1916, era auxiliar nos encargos da família e para que a supremacia marital fosse estabelecida esta, que antes de casar, era capaz de atos civis, tornava-se relativamente incapaz. “São incapazes,

relativamente a certos atos (art. 147, I), ou à maneira de os exercer: II - As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.” (1916, art.6º). Assim, ela necessitava da permissão do marido caso quisesse viajar, trabalhar ou se precisasse de dinheiro ou quisesse ter acesso aos seus bens, como vemos a seguir:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);

II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - Aceitar ou repudiar herança ou legado.

V - Aceitar tutela, curatela ou outro munus público.

VI - Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.

VII - Exercer a profissão (art. 233, IV)

VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

O direito tratou a mulher casada como um ser de segunda classe, intensificando a desqualificação do feminino e criou o conceito de honra. “Este conceito é sexualmente localizado e o homem é legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela sua ausência, através da virgindade, ou pela presença no casamento. A honra do homem casado localizava-se no corpo de sua esposa [...]” (COLLING, 2015, p. 6). Este código legitimou o homicídio das esposas com o motivo de lavar a honra com sangue, um termo ainda hoje lembrado pelos brasileiros. Tal argumento só seria derrubado no final dos anos 70, pelas feministas da segunda onda. Não é de se estranhar que mulheres instruídas quisessem se libertar das amarras do casamento. Angela Davis (2016) mostrou que as mulheres brancas sufragistas faziam analogias do casamento à escravidão, a fim de denunciar a opressão econômica e a insatisfação com a vida doméstica. Elas queriam votar, trabalhar e ser independentes.

O final da Primeira Guerra trouxe o sufrágio feminino inglês e, logo em seguida, o americano, em 1920. Os anos 20 abriram espaço para a modernidade, que quebrou padrões definidos pelo século XIX. O Brasil, neste período, estava em um momento de redescoberta da própria identidade. As tentativas de enquadramento nos moldes

europeus trouxeram as discussões sobre as teorias raciais. O crescimento e a modernização das cidades, resultado da crescente industrialização, bem como as mudanças no cenário internacional propiciaram uma nova mentalidade, mais inclusiva a sujeitos outros. Eis que reaparecem as feministas.

2.1 – O gérmen do PRF: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o Feminismo dos anos 20

Quando colocamos em pauta feminismo no Brasil precisamos lembrar que a primeira onda foi considerada como feminismo de personalidade.

Algumas dessas manifestações são organizadas, outras são vozes solitárias que se rebelam contra as condições que viviam na época. [...] Mesmo quando apresenta uma organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público para defesa de novos direitos para as mulheres. (JARDIM PINTO, 2003, p. 14).

Logo, neste período, os nomes de Leolinda Daltro, Gilka Machado e Bertha Lutz, nos vem à mente. No entanto, é necessário lembrar que nenhuma conquista de grande escala é feita individualmente. O sufrágio foi obtido pela soma do esforço de várias mulheres, mulheres do Brasil. Foi um movimento predominantemente urbano, que envolveu operárias, donas de casa e também mulheres de classes médias e altas, que, devido ao seu poder econômico, estavam em contato com uma nova estética feminina incorporada da Europa, mais particularmente a França: a *femme nouvelle*.

Esta nova representação feminina, transplantada da Europa pelas mulheres das classes altas, trazia um ideal sobre o futuro das mulheres. As redes de sociabilidade estabelecidas por estas, bem como as tecnologias nascentes do século XX foram aliadas dos movimentos feministas na difusão de informações. Esse contato, aliado às oportunidades de educação dentro e fora do país serviram de suporte para a liderança das mulheres das classes altas do Brasil. As mulheres brancas, aquelas cujas figuras foram santificadas no passado, tornaram-se as Evas da nação ao exigir seus direitos. A insatisfação diante da realidade levou essas mulheres a brigar pelo espaço na narrativa.

E, com o fim da guerra, ressurgiram dispostas a conquistar o que as inglesas e americanas já haviam logrado.

Em 1918, Bertha Lutz retornou ao Brasil ao acabar seus estudos na Europa. Filha do médico e cientista Adolfo Lutz, formou-se bióloga pela Sorbonne, na França, onde teve contato com o movimento feminista. Ao chegar ao Brasil, prestou concurso para o Museu Nacional, tornando-se a segunda mulher a ser admitida servidora pública. Sobre Lutz, Jardim Pinto afirma:

Temos aqui três condições excepcionais e fundamentais na construção dessa liderança: condições econômicas – só os muito abastados poderiam sustentar uma filha em Paris –, condições culturais dos pais – que permitiam essa trajetória tão rara a uma mulher brasileira – e finalmente a atuação profissional, também rara, de uma cientista no serviço público da época. (JARDIM PINTO, 2003, p. 21-22).

A combinação dessas condições colocou Bertha em uma posição de prestígio e acesso a figuras ilustres que poderiam ajudá-la. Em sua rede de sociabilidade constavam indivíduos como cientistas, políticos e a elite paulistana, tendo assim acesso a figuras importantes da sociedade. Diferente do feminismo de Leolinda, os ideais de Bertha passavam por um feminismo mais pacífico, comprometido em conseguir os direitos sem romper com os moldes sociais, e evitando temas polêmicos como o divórcio. Tal proposta era mais negociável com políticos do que o modelo do Partido Republicano Feminino.

Em 1920 criou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), na qual acreditava que era através da educação e do desenvolvimento intelectual feminino que alcançariam a emancipação. O Brasil encontrava-se em um período de discussão, em busca da inclusão das camadas médias urbanas, de novos sujeitos dentro da fala e da composição do Brasil. Neste mesmo ano ocorreu a Semana de Arte Moderna, que foi em sua essência elitista e queria romper com os padrões e propunha uma antropofagia, que significava uma assimilação, por parte dos brasileiros, de sua herança negra e indígena. Em agosto de 1922, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher transformou-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Esta instituição não tinha fins partidários e em seu estatuto reivindicava “a expansão dos direitos civis e políticos das mulheres, além da valorização das mesmas, através do reconhecimento de

seu espaço na sociedade, e de seu papel fundamental no âmbito privado, no seio da família” (MOURELLE et al., 2009).

A FBPF era, em sua formação, elitista e composta por uma gama de mulheres intelectuais. Em um país de analfabetos, para uma mulher chegar até o ensino superior, tinha geralmente como pré-requisito uma condição econômica abastada. Assim, temos como nos aponta Marques:

[...] Jerônima Mesquita (cujo pai fora barão), a Maria Eugênia Celso (cujo avô era conde), a advogada Mirtes Campos (a primeira a atuar em júris no Brasil), a professora Maria Lacerda Moura, a engenheira Carmem Coutinho e a escritora Stella Duval para criar a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher no Rio de Janeiro. Em agosto de 1922, as ativistas reformularam os propósitos da entidade, que passa a se chamar Federação pelo Progresso Feminino (FBPF), nome desde então associado ao feminismo no Brasil. (MARQUES, 2018, p. 89).

O prestígio de suas integrantes era muito utilizado para estreitar relações com figuras influentes, a exemplo do político Juvenal Lamartine, grande aliado da causa e amigo de Lutz. As decisões sobre as ações da instituição eram tomadas pelas integrantes da diretoria, uma vez que o voto não era disponível a todas que integravam a FBPF.

Dentre as estratégias adotadas estava a propaganda em rádio, organização de eventos e a publicação de boletins. Entre os eventos, destacou-se a I Conferência pelo Progresso Feminino, em 1922. As ações da federação evitavam o radicalismo e ações como as tomadas pelo Partido Republicano Feminino, que se manifestava nas ruas, invadia lugares para protestar e confrontava políticos. A rede de sociabilidade era feita através de cartas que eram enviadas pelas integrantes da federação para esposas de políticos e membros do governo. Desse modo, evitava-se o confronto e estabeleciam-se contatos para discutir os interesses sufragistas.

Figura 8- Bertha Lutz

Figura 9 – I Conferência pelo Progresso Feminino



Fonte: Arquivo Nacional



Fonte: Arquivo Nacional

O movimento se espalhou pelos diferentes estados do Brasil. A Federação possuía seccionais espalhadas pelo país, fazendo eleições para presidente, vice-presidente e diretora destas. Havia seções em vários estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe. O núcleo de Sergipe foi presidido pela advogada Maria Rita Soares de Andrade, que veio a se tornar a primeira juíza federal do Brasil. A FBPF esteve muito ativa no diálogo com organizações internacionais de mesmo cunho, bem como na questão do sufrágio no Brasil. Lutz, figura central da federação, foi importante na realização das trocas internacionais ao financiar viagens de feministas de outros países para os encontros realizados pela FBPF.

Em 1927 o movimento tem a sua primeira vitória significativa quando Juvenal Lamartine, governador do Rio Grande do Norte, na Lei Eleitoral do Estado, determinou que todos os cidadãos, sem determinar sexo, podiam votar. “A partir daí intensifica-se a mobilização das mulheres, que requerem, em todo o país, seu alistamento eleitoral, provocando acirrados debates jurídicos” (ALVES, 1991, p. 48). E então, iniciou-se uma nova fase na luta sufragista: as tentativas, pelo país, de alistamento eleitoral e registro dos votos a partir da brecha da Constituição de 1891. Muitas mulheres potiguaras chegaram a se alistar, sendo a professora Celina Guimarães a primeira eleitora do Brasil. Na cidade de Lajes, no Rio Grande Norte, foi eleita a primeira prefeita da América Latina Alzira Soriano, com 60% dos votos. Ela tomou posse em 1929, mas ficou por pouco tempo por não concordar com o governo Vargas.

Figura 10 – Celina Guimarães



Fonte: Pinterest

Figura 11 – Posse de Alzira Soriano



Fonte: Tribuna do Norte

O Senado brasileiro diante dos votos femininos no Rio Grande do Norte decidiu pela invalidade, anulando-os, mas isto não parou as feministas. Elas continuaram a incomodar cada vez mais em jornais e revistas, defendendo com unhas e dentes seu direito de votar e de ser cidadã. Como forma de protesto elas protocolavam pedidos de alistamento no cartório eleitoral. E assim continuariam a fazer até que a situação se modificasse, o que viria a acontecer na década de 30, marcada pelo início da Era Vargas.

Diante dos fatos expostos, podemos perceber que o que levou as mulheres a questionar séculos de dominação foi uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais. A modificação da sociedade a partir da Revolução Industrial criou um mundo moderno regido por um padrão de vida burguês, que estabelecia papéis de gênero a fim de criar uma sociedade dita civilizada. Coube à mulher, enquanto mãe da sociedade, instruir-se para poder dar a primeira educação aos seus filhos. Dentro de seus deveres estavam ações sociais, que as empurrou cada vez mais para o espaço público. Logo, a combinação das obrigações destinadas às mulheres por um mundo burguês articulou educação e atuação social, que findou por lhes dar munição para iniciar o processo de rompimento das barreiras a elas impostas.

3 – Sergipe: aspectos históricos e educacionais das emergências femininas

O estado de Sergipe, menor estado da República Federativa do Brasil, encontra-se situado na região nordeste, entre os estados de Alagoas e Bahia, tendo se emancipado do último em 1820, por Carta Régia de D. João VI. A fundação da primeira cidade, denominada São Cristóvão, foi realizada pelo capitão português Cristóvão de Barros em 1590. Esta seguiu como capital da província de Sergipe del Rei até 1855, quando ocorre a transferência para Aracaju. Sergipe possui um território de 21.994 km², dividido entre as áreas litorânea, agreste e semiárido, predominando no litoral o surgimento de vilas, atualmente cidades de destaque socioeconômico, devido ao solo massapê, propício para o cultivo de cana de açúcar.

Apesar do predomínio da cana, há desde o princípio o cultivo do algodão, do fumo e da mandioca, que definiram não só o caráter agroexportador da economia sergipana, mas também a nossa sociedade. Estabeleceu-se aqui o domínio dos senhores do açúcar, que controlavam concentração populacional predominantemente rural, que segundo Dantas (2004) era composta de acordo com o censo de 1890 de 48% de mestiços, 30% brancos, 15% pretos e 7% caboclos⁷. Diante destes dados, ao abordarmos aspectos educacionais faz-se necessário que gênero e raça estejam inseridos, uma vez que a mesma durante um longo tempo foi um privilégio da masculinidade branca e elitista. Durante todo o período colonial e na maior parte do período imperial índios e negros foram marginalizados no processo educacional e a instrução acabou por ficar com a elite e uma porção da classe média que percebia a importância desta para a ascensão social.

Com o surgimento do Brasil como nação, a educação começou a tomar uma importância nas discussões dos políticos, pois diante das correntes filosóficas do

⁷ Caboclo é o termo criado para denominar a mistura entre índios e brancos, também conhecidos como curiboca ou cariboca.

período, o desenvolvimento de uma nação era medido pelo nível de instrução de seus indivíduos. Das reformas pombalinas em 1759 o império herdou as aulas régias, renomeadas cadeiras públicas, junto à desordem no pagamento dos honorários dos professores, bem como a falta de um ambiente próprio para a prática do ensino. A educação brasileira era amadora e insuficiente, ministrada, na maioria das vezes, por preceptores não capacitados.

Em 1827, o Brasil redigiu o primeiro documento a respeito da educação brasileira, um decreto, assinado por D. Pedro I, que dizia:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. [...]

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres. (BRASIL, 1827)

Este documento, de apenas dezessete artigos, procurou organizar a educação no Brasil, dando cumprimento a uma série de medidas que buscavam uniformizar o ensino e a aprendizagem no país. Através dele podemos notar que o ensino era concebido de forma separada aos sexos, e que as escolas para as meninas ficariam nas cidades e vilas mais populosas. O documento previa também a presença de mestras, que deveriam receber o mesmo que os mestres, sem, no entanto, poder ensinar geometria e limitadas na matemática às quatro operações. Por fim, havia uma análise sob a conduta destas a fim de que seja reconhecida a sua honestidade.

As tentativas de um ensino centralizado se desfizeram com o Ato Adicional de 1834, que deixou o ensino secundário à custa das províncias, gerando disparidades devido às diferentes economias das províncias. Deste modo, a história da educação em Sergipe lidou com o desencorajamento dos senhores de açúcar, a quem não era interessante uma população instruída, e também com as oscilações nos já escassos

recursos, dependendo constantemente dos resultados da economia agrária de Sergipe. As escolas tinham instalações pobres e careciam de materiais didáticos, o que acarretava em resultados pouco positivos nas avaliações. Havia pais que evitavam enviar suas filhas às escolas e contratavam preceptoras, que ofereciam seus serviços nos jornais, a fim de educá-las. Na primeira metade do século XIX Sergipe recebeu muitos professores vindos de outras províncias vizinhas para ensinar, a exemplo de Joaquim Maurício Cardoso e Thereza de Jesus Maria, que vieram da Bahia. Não havia ainda um local para formar educadores, sendo constantes as críticas à qualidade do ensino.

No ano da emancipação política Sergipe só tinha dezoito cadeiras de Primeiras Letras espalhadas pelos seus povoados mais populosos, sem constar nessa totalidade alguma escola para meninas. Foi somente em 1831 que surgiram as primeiras escolas em Estância, Própria e Laranjeiras, um avanço em relação ao tradicionalismo que via somente prejuízo na instrução feminina. Conforme Louro (2004), os primeiros ensinamentos consistiam em ler, escrever e contar, saber as quatro operações mais a doutrina cristã, contudo havia distinções: enquanto as meninas aprendiam bordado e costura, os meninos aprendiam geometria. O espaço escolar produzia os sujeitos conforme a necessidade da sociedade. Quanto às mulheres, era necessário fazê-las mais cultas, mas ainda assim mães e esposas. A educação destas não era um fim em si mesmo, mas um meio para um destino: a produção de indivíduos civilizados para uma sociedade civilizada. Somente a partir da década de 80 do século XIX é que seriam criadas as escolas mistas, que, apesar dos protestos, são mantidas em Sergipe sob a justificativa de redução dos gastos.

A educação durante o período imperial ficou comprometida pelas reformas constantes, que representavam em um primeiro momento uma tentativa de avanço, que logo em seguida era contida por uma nova reforma. Em curtos espaços de tempo a educação passava por vários projetos, sendo que alguns mal saíam do papel, temos como exemplo as reformas *Leôncio de Carvalho*, *Barão Homem de Melo* e *Inglês de Souza* em um período de quatro anos. Diante de tanta instabilidade o ensino foi afetado em sua qualidade, em especial o secundário, que orbitava ao redor dos preparatórios, exames admissionais do ensino superior. As tentativas de imitar as propostas educacionais de outros países, em diferentes situações políticas econômicas e sociais,

tornou o ensino dissociado da realidade brasileira e pouco útil para as necessidades diárias de uma população predominantemente rural.

Como resultado da reconhecida má qualidade das instituições públicas, surgiram em Sergipe as escolas particulares, locais onde a elite passou a frequentar em busca de melhores resultados nos preparatórios. Nas últimas décadas do Império Sergipe já possuía dezoito escolas particulares, com destaque para o Partenon Sergipense, situado na capital. Os colégios particulares, leigos ou religiosos, tornaram-se negócios familiares. Diretores e professores de famílias controlavam o ensino, ganhando fama na Província. Nos jornais locais eram divulgadas as suas atividades, incluindo preços de matrículas, eventos e notas de alunas e alunos. Alguns funcionavam como internato e geralmente funcionando com ensino de meninas e meninos separado. Essa foi uma forma da elite tradicional evitar o risco de desencaminhar suas filhas nas escolas mistas.

Fundar um colégio particular era um processo simples, pois não havia uma fiscalização sobre estas instituições, funcionando livremente. Elas escolhiam métodos de ensino, assuntos e a sua própria organização, adotando por vezes um caráter vanguardista. Devido a esta facilidade, no início da República, Sergipe já possuía mais de uma centena de colégios particulares espalhados pelo seu território. Somente em 1897 que essas escolas foram regulamentadas em seu funcionamento. O Presidente José Joaquim Pereira Lobo promulgou a lei nº 258, a qual exigia que o diretor da escola apresentasse prova de habilitação na Diretoria de Instrução Pública, a fim de que a escola pudesse funcionar. Desse modo o poder público passou a ter mais controle sobre o ensino particular.

O período republicano, em suas primeiras décadas, tinha planos de mudança para a educação. Contudo, esses planos não saíram do papel. Todo o idealismo inicial se perdeu diante dos obstáculos impostos por aqueles que não queriam avanços que mudassem a lógica da dominação política.

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores continuaram as mesmas, permaneceu o sistema de produção e o caráter colonial da

economia, a dependência aos mercados e ao capital estrangeiro. (COSTA, 1979, p. 326).

Sergipe apresentava uma crescente burguesia, que se apegava aos valores antigos das oligarquias rurais e estava disposta a alinhar suas ações à elite. Como resultado dessas ações, houve o distanciamento da evolução da educação em relação à evolução da sociedade sergipana. Foi somente a partir da década de 20 do século XX que Sergipe passou por mudanças substanciais com o governo de Maurício Graccho Cardoso, que tirou a educação desse processo de estagnação proveniente do Ato Adicional de 1834.

A educação, seja pública ou privada, foi alcançando cada vez mais um número maior de alunos, chegando segundo Nunes (1984) a números praticamente iguais para homens e mulheres em 1892, compreendendo 2.569 homens e 2.550 mulheres. Estes dados servem para mostrar que no final do século a presença da figura feminina em sala de aula, seja enquanto aluna ou estudante, era expressiva. A necessidade de cursos para professores fazia a Escola Normal abrir as portas, sendo um meio para o início da profissionalização feminina e a busca por novos caminhos no ensino superior.

3.1 – Escola Normal: da maternidade espiritual ao celeiro intelectual feminino no século XX

Se no século XIX temos de um lado a luta das mulheres pelo direito de ser instruídas, por outro lado temos a disputas destas pelo direito de instruir. As mulheres que obtiveram o acesso à instrução, vislumbraram através do ensino uma chance de expandir seus horizontes. Elas queriam a oportunidade de ter seu emprego e serem independentes. Enfrentaram o preconceito daqueles que as viam como figuras não ideais, mas também encontraram abertura para atuar, uma vez que os homens cada vez mais se evadiam do professorado. Os baixos salários afastavam os homens, que buscavam melhores oportunidades em outros ramos de um Brasil que se industrializava.

A solução fomentada pelo Estado era perfeita: mulheres exercendo o sacerdócio do ensino, substituindo os homens, aceitando o salário insuficiente, que, por sua vez, limitava a independência financeira destas e mantinham as amarras do casamento. Mas era necessário fazer isso de modo que a sociedade não se saísse prejudicada. Essas

mulheres precisavam ser produzidas para performar de modo que pudessem ser ao mesmo tempo a mão firme que pune e a mãe espiritual que guiava as crianças. E para tanto somente um lugar poderia gerar tal indivíduo: a escola. Surgiam, então, as primeiras escolas normais.

Criadas na segunda metade do século XIX, essas escolas dentro de um período de quatro anos (ao longo da história destas o curso durou por vezes três anos) ensinavam às normalistas como ensinar. Em Sergipe, a Escola Normal foi criada em 1870, localizada no Asilo Nossa Senhora da Pureza. Foi extinta em 1879, devido a problemas financeiros, retornando à ativa em 1882. O ambiente escolar era um espaço de produção e reprodução de pensamentos, comportamentos e pessoas. Sobre o tema, disserta Louro (2004):

Talvez possamos entender que a própria arquitetura e, nesse caso a arquitetura escolar, constitui como que um “programa” que fala aos sujeitos, que lhes diz como ser ou como agir, enfim que acaba por instituir em sua materialidade, um sistema de valores, como ordem, disciplina e vigilância. As escolas normais, plantadas inicialmente nas principais cidades, buscavam desde suas fachadas, frequentemente solenes, indicar a todas as pessoas que por ali passam que são distintas dos demais prédios, que têm um objetivo especial. (LOURO, 2004, p. 455)

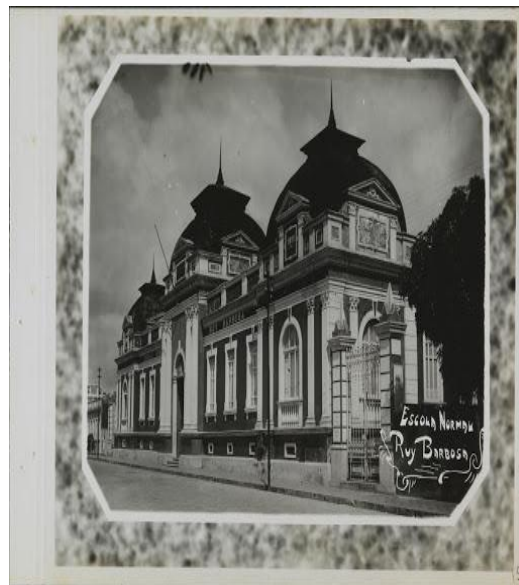
É desta distinção e imponência, sentidas desde a fachada ao *modus operandi* da Escola Normal que temos uma legitimação da atuação dos sujeitos por ela produzidos ao final de quatro anos.

Figura 12 – Alunas da Escola Normal

Figura 13 - Fachada da Escola Normal



Fonte: Sergipe em Fotos



Fonte: Brasileira Fotografia

A grade curricular da Escola Normal era composta por: Português, Aritmética, Álgebra e Geometria, Agricultura, Desenho, Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil e de Sergipe, Física e Química, História Geral do Brasil e de Sergipe, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Elas eram preparadas para ministrar aulas para as Primeiras Letras, tanto para meninos quanto para meninas. Em relação aos meninos, estas só poderiam instruí-los até os doze anos, uma medida para preservar a “frágil” figura feminina.

O ingresso no magistério, ainda que ocorrido pela saída dos homens e dentro de um campo naturalizado como feminino, construiu em um estágio inicial uma figura feminina: a solteirona. Ainda que os salários fossem baixos, muitas mulheres se utilizaram desta opção para fugir das amarras matrimoniais. E a figura da professora inteligente, séria (fruto dos anos de normalista), rigorosa, dona de qualidades até então atribuídas à figura masculina, a tornaram uma mulher incompleta perante a sociedade. Estas mulheres, que abraçaram o magistério eram tachadas de feias, desinteressantes, sendo motivadas a trabalhar pela falta de um homem que se dispusesse a desposá-las. A cada espaço conquistado o temor masculino da inversão dos papéis de gênero se fazia presente na ridicularização das figuras femininas atuantes nesses novos espaços, como podemos ver em Miss Alma, caricatura de Raul Pederneiras, que retratou as mulheres intelectuais como feias, masculinas e comum ar de arrogância.

Figura 14 – Miss Alma de Raul Pederneiras



Fonte: Revista Nossa História – Ano I n° 3 – 2004

Mas, mesmo diante dos temores incitados em jornais e discursos, o estado de Sergipe, ao formar estas professoras, lhes dava prioridade para emprego. Contudo, era necessário seguir regras estabelecidas pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe. Este documento legal, criado em 1870, organizava a educação em Sergipe, fundando a Escola Normal, regulamentando os concursos públicos, bem como os direitos e deveres de professores e de outros cargos ligados ao âmbito escolar. Importante ressaltar que este documento, feito nas últimas décadas do Império, vedava expressamente a entrada de meninos e meninas negras na escola. Ainda que estejamos falando de Sergipe, este quadro retrata todo um país, cujo projeto era excludente e racista, uma vez que o Brasil já havia assinado leis que libertavam crianças nascidas de pais escravizados, mas outros dispositivos legais tratavam de negar a estes a dignidade e a oportunidade de um futuro melhor.

Quanto à contratação dos professores, o Regimento abordava as condições exigidas, sendo elas a maioria legal, a moralidade e também a capacidade profissional. A moralidade era comprovada por documentos expedidos por párocos ou autoridades das Câmaras Municipais, judiciárias e policiais no local em que a pessoa tenha residido nos últimos três anos. A inclusão de párocos como responsáveis, em relação à moralidade de um indivíduo, atesta a influência da Igreja e dos princípios cristãos para que esta pudesse se tornar professora.

Ao tentar assumir uma cadeira havia um escrutínio sobre a vida privada em que era necessário informar tudo aquilo que o Estado julgasse relevante. Era exigido somente das professoras que apresentassem documentos que comprovassem seu estado civil. E ainda que não precisassem da autorização dos maridos, havia a obrigatoriedade de esclarecer seu estado civil. E, muito embora no período a maioria legal fosse de 21 anos, caso a professora tivesse menos de vinte cinco anos, o consentimento de pais, protetores ou parentes se fazia necessário, destacando-se no Regulamento que aquele que consentisse deveria ser reconhecidamente honesto.

Sendo a escola o local de produção e reprodução de comportamentos, havia uma vigilância constante sobre os professores. O decoro existia e devia ser cumprido, principalmente em se tratando de relações com alunos do sexo opostos. Para afirmar todo o aprendizado destas professoras na Escola Normal, o Regulamento estabeleceu uma sessão sobre os deveres do professor na qual dispunha:

Art. 147. O Professor publico funcionando deve:

§ 1.º "Portar-se com brandura e serenidade, fugir de intimidar e acanhai os alumnos com demasiada rigidez, ou arrebatamento.

§2.º Ensinar a seus discípulos com amor e zelo.

§ 3.º Apresentar-se decentemente vestido.

§ 4.º Procurar inspirar a seus discípulos, por conselhos e exemplos, a pratica dos deveres a cumprirem relação a Deus, em relação a natureza, e em relação a sociedade civil e ao Estado.

§ 5.º Enunciar-se correctamente e com pureza, adaptando a linguagem em que transmitir as suas idéas ao grau do entendimento dos alumnos, e guardando no mettodo do ensino as disposições legais e instrucções que lhe forem dada . § 6.º Manter nas escolas o silencio, a exactidão e a regularidade necessárias. (SERGIPE, 1870)

Deste modo, o Estado moldava professores que, por sua vez, dentro deste ambiente produziam as figuras as quais a sociedade esperava formar enquanto cidadãos. Este modelo, ainda que datado de 1870, prolongou-se pelo século XX.

E, da mesma forma que era importante estabelecer a conduta, também era importante estabelecer a punição às quebras de padrão. Às professoras que cometiam descuido, negligência ou a prática de comportamentos vedados cabia: admoestação, repreensão, multa, suspensão de 15 dias a três meses sem vencimentos, remoção para cadeiras inferiores e perda da cadeira. Nunes (1984) relata um caso de denúncia contra

uma professora que resultou em suspensão por 30 dias, devido ao fato de que a mesma estava grávida sem ser casada. A pressão da sociedade a levou a pedir demissão. Este estado de vigilância resultava em constantes denúncias contra professores, que deviam manter a postura dentro e fora dos domínios da escola, pois da moralidade não se descansa e a juventude não poderia ser corrompida.

Ainda que diante de tanto escrutínio o número de professoras formadas com honras pela Escola Normal só aumentava. Ela tornou-se a vitrine da educação de qualidade de Sergipe. Desde sua implantação o número de alunas a se matricularem foi aumentando gradativamente, sem com isso reduzir a frequência e a qualidade das alunas formadas. As mulheres começaram também no final do século a estudar no Ateneu Sergipense, muito embora a Escola Normal ainda fosse o caminho principal para os estudos. As professoras, além do monopólio do exercício da profissão, foram galgando novos caminhos, tornando-se diretoras de colégios, como Esmeralda de Souza Lopes, Possidônia de Santa Cruz Bragança, Maria Diniz de Melo, Domitilla de Santiago, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Maria Madalena de Santa Cruz e Santos, Norma Reis, Ana Carroll, Júlia d'Oliveira e entre outras. Elas marcaram presença fundando colégios particulares, leigos ou religiosos, que se tornaram negócios de família e ganhavam prestígio através dos jornais a exemplo dos colégios Santa Maria e Senhora Sant'Anna.

Assim, a Escola Normal acabou tornando-se a instituição conhecida como o celeiro intelectual das mulheres. Devido a sua qualidade de ensino, formava alunas que ousaram ir além dos cargos de professora ou diretoras, buscando formação em novas áreas. Nessas áreas não havia o que Louro (2004) determina como metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício. Essas mulheres, nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se pioneiras ao atuar até então ocupadas por homens, sendo as primeiras médicas, advogadas, engenheiras e cientistas. E ao emergir em novos espaços, ficou evidente que possuíam a mesma capacidade que os homens e que se tinham os mesmos deveres precisavam ter os mesmos direitos.

3.2 - Século XX: modernização de Sergipe e a efervescência cultural

Durante as primeiras décadas do século XX é que Sergipe recebeu um novo sopro de vida. A industrialização repaginou a cidade, trazendo consigo um novo estilo de vida,

que acarretaria em mudanças culturais. No governo de Siqueira de Menezes (1911-1914) após um surto de varíola, houve investimentos em saneamento, serviço de águas e iluminação pública, sobretudo em Aracaju.

A cidade inóspita do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram. [...] Nesse processo as reformas foram expulsando os pobres para a periferia. O bairro Chica Chaves, que depois seria denominado de industrial, foi-se tornando mais populoso. (DANTAS, 2004, p. 55).

Como aconteceu com as grandes cidades brasileiras, o povo pobre foi empurrado para fora dos centros em direção às periferias, enquanto isso nas ruas imponentes do centro da cidade era construídos palacetes para demonstrar a civilidade da elite aracajuana. A presença das indústrias têxteis Sergipe Industrial e Confiança em Aracaju mudaria o nome do Chica Chaves para bairro Industrial, devido à concentração de moradores operários no local. Dessas indústrias se originariam dois times de futebol, o Sergipe e o Confiança, cuja disputa ainda é um clássico nos dias atuais.

Somente em Aracaju, em 1918, tínhamos concentrados mais de um terço de todo o operariado sergipano. Essa quantidade expressiva de trabalhadores industriais nos mostra um novo cenário, mais diversificado, da economia sergipana. Ainda que a monocultura de açúcar tivesse uma importância, a indústria têxtil com suas oito fábricas trazia uma grande contribuição principalmente para o crescimento dos centros urbanos onde estavam implantados. As condições precárias do operariado resultaram na criação do Centro Operário Sergipano e nos periódicos *O Operário* e o *Voz do Operário*, bem como a criação do *Centro Operário Sergipano*, organização que reivindicava e divulgava os problemas dos operários. Com a Revolução Soviética em 1917, foi criado o *Centro Socialista Sergipano*, mostrando o quanto Sergipe estava conectado com os fatos do século XX, distanciando-se da concepção de um lugarejo centrado somente em si mesmo.

Neste período os governantes esboçaram uma preocupação sobre o que aconteceria com a população pobre e negra, fundando a Escola de Aprendizes e Artífices em 1910, cujo objetivo era ensinar ofícios para estas pessoas a fim de que pudessem ser absorvidas em empregos assim que o curso acabasse. Era importante empregar e

destinar essa mão de obra de modo que houvesse retornos rápidos para o Estado e uma utilidade para aqueles, que desde a abolição encontravam-se à deriva diante da negligência do Brasil. A preocupação com a diminuição do analfabetismo inquietou muitos intelectuais na época, que criaram a *Liga Sergipense contra o Analfabetismo*. “Investida de uma divindade atribuída por seus criadores, essa sociedade surgiu para cumprir uma missão: ensinar a população sergipana a ler, escrever e amar o Brasil.” (SOUSA, 2016, p. 1). Entre as figuras ilustres envolvidas com a Liga destacamos Cesartina Régis e Ítala Silva de Oliveira, que lutavam através da educação para melhorar a situação do estado para as mulheres e todos aqueles que necessitavam.

Os movimentos de urbanização trouxeram implementos nos meios de transporte e o surgimento de jornais. Surgem bondes elétricos e trens que transportavam pessoas até Aracaju. As notícias e as discussões de pautas importantes da época eram publicadas por jornais de grandes tiragens como: *O Estado de Sergipe*, *Folha de Sergipe*, *Correio de Aracaju* e *Diário da Manhã*. Nunes (1984) discorre sobre o aulicismo e elogios ao governo presentes nestes jornais, sendo este um período que a imprensa sergipana perdeu muito de sua vitalidade e espírito devido ao temor do então presidente da Província Siqueira de Menezes.

Nos anos 20, tivemos o período de maior desenvolvimento através da eleição de Maurício Graccho Cardoso para Presidente da província. Natural de Estância, Cardoso é oriundo de uma família de intelectuais, com vários expoentes na educação sergipana como seu pai Brício Cardoso e seu avô Joaquim Maurício Cardoso. Formou-se em Direito pela Escola Livre de Direito do Ceará, chegando a exercer cargos políticos por lá. Seu governo (1922-1926) soube tirar proveitos do momento político excepcional pelo qual Sergipe passava. Foi um período de modernização e de parcerias do estado com empresários para investir nas cidades e no campo. Suas obras tinham como marca uma água, havendo algumas delas ainda presentes em prédios de Aracaju.

Figura 15 – Presidente da Província Maurício Graccho Cardoso



Fonte: Palácio Olímpio Campos

Dentro do campo da educação podemos destacar as contribuições de Graccho Cardoso para a fundação da Escola de Comercio Conselheiro Orlando e o Instituto Profissional Coelho e Campos. Fundou os Institutos de Química Industrial, a Faculdade de Direito Tobias Barreto e a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Ferreira. Criou os Grupos Escolares General Valadão, José Augusto Ferraz e Manoel Luiz e também o colégio Atheneu Pedro II. No âmbito da saúde criou o Hospital de Cirurgia, investiu em serviços sanitários e inaugurou uma usina de energia elétrica.

Diante desse momento de intenso investimento em áreas estruturais, a vida cultural em Sergipe florescia. Houve a criação de teatros como o Rio Branco, cinemas. As cidades possuíam filarmônicas e bandas. Na música, tinha saraus e apresentações, em que por vezes mulheres se apresentavam. O carnaval de rua, representado através das marchinhas e fantasias representava um momento de descontração e de mistura de indivíduos de classes sociais diferentes em uma só festa. Fruto de todo um pensamento intelectual moderno, influenciado pela Semana de Arte Moderna de 1922, os anos 20 representaram um momento de efervescência cultural e intelectual no qual as mulheres permearam novos espaços.

4 – Insurgências Femininas no Sergipe dos Anos 20

As mulheres invadiram o espaço público. Esse era o sentimento masculino, motivado pelo temor da inversão dos papéis. Os homens tinham medo de decair e tornarem-se mulheres, aliás, um medo cultivado até hoje. O machismo estabeleceu, que

toda vez que um homem performa de forma insuficiente, ele o faz “como uma mulherzinha”. Mas ainda que esse medo, muito antigo e muito atual, permanecesse, nada parecia poder parar o mulherio. Elas estavam presentes. E não mais como coadjuvantes ou meras assistentes de um palco completamente masculino, mas sim como personagens principais de suas próprias histórias. Faziam-se presentes na Liga Sergipense contra o Analfabetismo, na Hora Literária, nos saraus, na Escola Normal e também no Ateneu Sergipano, no Clube Esportivo Feminino e até nas Faculdades. Elas eram poucas, membros da elite e das camadas médias, mas o barulho de suas presenças era ensurdecedor.

Diante de tantas emergências, o temor de que todas as mulheres estivessem na rua tangendo os homens para a casa e para os afazeres domésticos se tornava insuportável. Para enfrentar esta ameaça os homens muniram-se do tradicionalismo reacionário. Mais do que nunca era necessário estabelecer o *status quo ante*. Era preciso lembrar às mulheres que no ambiente sacrossanto do lar elas eram rainhas e que não necessitavam se conspurcar com disputas masculinas que as poderiam corromper. Em tons às vezes mais agressivos os homens advertiam as mulheres do desequilíbrio nos lares e, por consequência, no país por culpa de seus caprichos. E nestes discursos vemos os jogos de imagem: sagradas e profanas. E ainda assim a mensagem era clara: de volta pra casa!

Em Sergipe, nos anos 20, as mulheres foram além das carreiras nos magistérios. A profissionalização em outras áreas, incluindo a presença no funcionalismo público serviu para estimular mulheres de gerações futuras de que era possível sonhar com algo além do casamento.

Já atuavam na vida sergipana portadoras de cursos superiores como a médica Ítala Silva Oliveira, a farmacêutica Cesartina Régis, as dentistas Guiomar Calazans e Melo, Laura Amazonas, Mary Firpo, Maria Anita de Carvalho Leite, Dulce Menezes, Francisca Marsillac, as advogadas Alice Cardoso e, posteriormente, Maria Rita Soares de Andrade. No magistério, impunha-se a Professora Penélope Magalhães, no momento “a mulher mais culta de Sergipe”. (NUNES, 1984, p. 256).

Algumas dessas figuras atuaram vivamente dentro do movimento feminista. Em Sergipe o movimento aderiu às tendências do feminismo de Bertha Lutz. Neste período já havia uma tendência a desvincular-se com o feminismo mais barulhento e rebelde,

representado internacionalmente por Emmeline Pankhurst e nacionalmente por Leolinda Daltro.

As mulheres sergipanas atuaram mostrando que eram capazes, assim como os homens, de cumprir os deveres de um cidadão e que se estavam aptas a isto, poderiam também exercer direitos. Dentre estas ativistas dos direitos das mulheres temos muitas figuras de destaque. No entanto, para este trabalho, elegemos abordar parte da vida e das ações de Etelvina Amália de Siqueira, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Cezartina Regis de Amorim e Maria Rita Soares de Andrade. Todas elas não só podem, como devem ser denominadas pioneiras, pois se adequam perfeitamente ao significado desta palavra. Foram antecessoras, desbravadoras, descobridoras, paladinas, precursoras. Etelvina ao abriu caminho para as demais dentro da intelectualidade no estado de Sergipe, ainda no século XIX. Quintina foi a primeira deputada eleita em Sergipe. Cezartina Régis a primeira farmacêutica, altamente respeitada por sua comunidade e seus pares. E por fim, mas não menos importante, Maria Rita Soares, advogada atuante na causa feminina e a primeira juíza federal do Brasil.

4.1 – Intelectualidade de Referência: Etelvina Siqueira e o pioneirismo feminino

Figura 16 – Etelvina Siqueira



Fonte: Blog Literatura Sergipana

A figura acima representa Etelvina Amália de Siqueira. Analisar a imagem serve-nos para compreender a esta senhora tão marcante. Nascida ainda no século XIX podemos notar alguns traços da época. Há nela uma presença feminina e recatada, marcada pelos cabelos amarrados em coque com laço e um vestido que lhe cobre até o pescoço, como usavam as senhoras ditas de respeito da época. A composição de sua imagem dá-lhe um ar de dignidade ao qual toda e qualquer mulher ao longo da História batalhou para que reconhecessem. Talvez a maior quebra dentro desta figura seja o seu semblante altivo e determinado, completamente inesperado por parte de uma mulher. Tais características, consideradas masculinas, destoavam da figura feminina. Mas pertenciam a Etelvina, que a elas se abraçou para conquistar seu espaço dentro dos ambientes de ensino e também dos jornais.

Ela foi reconhecida e denominada por Nunes (1984) e Dantas (2002) como “a primeira intelectual sergipana”. Contudo, não se trata de um reconhecimento póstumo, muitas vezes ofertado por historiadores a algumas figuras ao concluir pesquisas sobre suas vidas e feitos. Etelvina Siqueira foi uma das sete mulheres citadas no Dicionário Bibliográfico Sergipano, de Armindo Guaraná, que trazia a história de mais de 600 personalidades da História Sergipana. A obra foi publicada em 1925, dez anos antes da morte de Etelvina, consagrando em vida sua importante contribuição para a intelectualidade local. A arte e intelectualidade corriam por genes familiares, uma vez

que era também irmã do poeta Jorge Siqueira, e tal dualidade a tornou professora, poetisa, contista e jornalista.

Nascida na cidade de Itabaiana em 1862 fez parte da primeira turma formada pela Escola Normal, tendo se formado com honrarias. Mais tarde voltaria à instituição enquanto professora de português. Atuou também no ensino da Escola Modelo e fundou um colégio no final do século XIX. Apesar de nascida em uma terra onde a principal fonte econômica era a agricultura açucareira de base escravista, Etelvina ainda jovem aderiu aos ideais abolicionistas, os quais defendeu aguerridamente através da sua prática educacional e dos seus escritos. Os mesmos foram difundidos não só em jornais sergipanos como “Gazeta do Aracaju”, “O Estado de Sergipe”, “O Libertador”, mas também em outras localidades brasileiras como no jornal “A Discussão” de Pelotas, no sul do Brasil. Neles ela assinava seu nome, sem precisar adotar pseudônimos para expor seu ponto de vista.

Integrou o centro educacional Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Tomás, fundado na capital em 1882 por seu tio Francisco Alves. Conforme Figueirôa (2006) Etelvina estava envolvida com o centro educacional, dando aulas e garantindo o acesso das crianças desprovidas de condições às cadeiras públicas primárias da Província Sergipana, uma vez que os custos e gastos inviabilizavam a possibilidade de ingresso das mesmas à escola. Dentro do contexto histórico brasileiro e sergipano, é importante ressaltar que ao tratarmos de crianças desprovidas de recursos, faz-se necessário envolver o contexto racial de que estas faziam parte, sendo em sua maioria negras e pardas. O nome Cabana do Pai Tomás, utilizado pela Sociedade Libertadora, foi fruto da tradução do título da obra *Uncle Tom's Cabin* da autora americana Harriet Beecher Stowe, que tratava sobre a escravidão nos Estados Unidos.

A utilização deste nome permite traçar paralelos entre a história abolicionista e feminista americana e brasileira. Como ilustra Davis (2016), as primeiras movimentações políticas das mulheres americanas se deram a partir do apoio à causa abolicionista. Estas participaram não apenas oferecendo seus lares para encontros, mas também dando suporte financeiro e intelectual. Deste engajamento, surgiram escritos em que muitas delas por vezes comparavam sua situação enquanto mulheres a um tipo de escravidão,

levando-as anos depois a utilizarem também a 14ª emenda da Constituição dos Estados Unidos, que tratava de igualdade de todas as leis para cidadãos nascidos no solo americano, para fundamentar a luta sufragista.

Da mesma forma pudemos ver no Brasil que o envolvimento com a causa abolicionista serviu para despontar intelectualidades femininas, que se não serviram diretamente à causa feminista, ao menos foram de referência devido aos espaços que conquistaram. A abolição da escravidão estadunidense ainda na infância de Etelvina acalentou seu sonho do fim dos abusos físicos, psicológicos e da negação da humanidade das pessoas escravizadas. Defendia seus direitos, chegando a cobrar das mulheres, em seu texto *A escravidão e as mulheres* publicado no jornal de Pelotas, que educassem seus filhos para que não concebessem mais a escravidão como um mecanismo social.

Desde o berço, foi o Brasil embalado pela canção do escravo; o cântico converteu-se em pranto e o pranto em desespero: é muito sofrer! O homem não pode mais suportar o retalhamento de suas carnes, e mais que tudo a bofetada do escárneo atirada diariamente aos seus bríos! O escravo há de ser livre! Se Deus não ouve seus lamentos, se não chegam ao céu as suas dores, cumpre a mocidade corrigir o erro de Deus, na frase sublime do Dr. Tobias Barreto.” (SIQUEIRA, Etelvina Amália de. Discurso pronunciado em 2 de dezembro de 1883, na Sociedade Libertadora Sergipana ‘Cabana do Pai Thomaz’. Publicado no Jornal ‘O Libertador’, n.50, ano III, 8 de dezembro de 1883, apud. FREITAS, 2008).

Ao citar a frase “cumpre a mocidade corrigir o erro de Deus” de Tobias Barreto, a quem admirava a ponto de elogiar em seus poemas, Siqueira se pôs como agente ativa para a modificação da realidade. O contexto brasileiro em que ela vivia mostrava o atraso do modelo imperial escravocrata, que se desgastava ao ir de encontro às tendências das Américas, trazendo à juventude um novo ideal: a república. Assim como muitos jovens da sua época, Etelvina pensava na república como o meio de tornar o Brasil mais justo. Esse ideal, fruto de um desejo de um Brasil melhor para si e para os outros vem somado de um sentimento de pertencimento exposto em suas poesias. Nelas havia um senso de história, no qual discutia tanto temas locais, como o assassinato

de Fausto Cardoso, quanto eventos de importância mundial relacionados à Revolução Francesa. Escreveu bastante sobre a natureza e dedicou um poema, intitulado *Minha Terra*, à Itabaiana, sua cidade natal.

Minha Terra

Minha terra é uma criança
Sempre risonha, não chora
Encantada das belezas
Com que a natureza aflora.

Uma fada, um anjo, uma musa,
Não sei o que diga dela
A magnólia que enfeita
As tranças de uma donzela!

É o segredo que expira
Nos lábios do vendaval;
É a estrela vespertina,
Tem encantos sem igual.

É o bogarim que balouça
Tremendo fresco no hastil;
É a campesina faceira
Garbosa, bela e gentil!

É o rouxinol a encantar-nos
Quando à tardinha o convida;
Foi lá que eu senti prazeres,
Que vivi, meu Deus! Que vida!

II

À sombra dos adustos cajueiros
Aspirando o perfume do seu seio,
Eu gozei dos anjos a harmonia,
As aventuras do céu, que doce enleio!

Saltitando em seus campos de boninas,
Lá na infância que fugiu e não vem mais,
Eu era como as rosas matutinas,
Orvalhavam-me os beijos dos meus pais.

Abraçada à cintura da irmãzinha,
Que brincava como eu, forte e ligeira,
Íamos juntas, nas asas da alegria
As flores raptar da laranjeira.

Tínhamos flores, cantos e perfumes,
Pássaros, borboletas, mil brinquedos,

Improvisávamos lindas barraquinhas,
À sombra dos frondosos arvoredos.

Quando o sino plangente da matriz
Convidava os fiéis à devoção
Minha mãe, esse arcanjo de doçura,
Nos levava contente pra oração.
Minha terra é bonita mais que as outras,
É vaidosa princesa do sertão,
Tem seu leito num campo de verdura,
E por leque a mais pura viração

Os raios de sol diamantino
Brilham mais que os aljôfares do Ceilão,
Do seu luar, na palidez que mata,
Se resume de Deus a criação

III

Tem uma serra orgulhosa
Invejada no Brasil
Ribeirinhos cor de prata
E um céu de puro anil.

Quando a tempestade surge,
Ao ribombar do trovão
Não lhe minguia o encantamento
Há mais fé no coração.

Não tendo flores viçosas
Que te lance ao lindo colo
Aceita mãe, a saudade,
Que colhi em estranho solo.

Recebe prova singela
Que te manda a filha ausente
Reparai – vai orvalhada
De um pranto ainda quente (PINA, 1994, p. 201-203)

No poema expôs uma nostalgia que lembra *Meus Oito Anos* de Casimiro de Abreu, onde há uma saudade de um tempo que não se pode retornar. E dentro de suas memórias saudosas de infância familiar, às quais lhes trazem lágrimas, recorda-se da paisagem da cidade de Itabaiana, a quem chama de princesa do sertão. E muito embora seu irmão tenha sido considerado como o maior expoente da poesia simbolista sergipana, Etelvina com seu amor à pátria, admiração da natureza e retorno ao passado

apresenta características predominantes do romantismo brasileiro. Ensinava aos seus alunos, utilizando poesias por ela escritas como estratégia de ensino, sendo algumas divulgadas na imprensa.

Quanto às características de sua vida pessoal, Siqueira veio de uma família pobre do interior, que vem ainda durante sua infância para a capital tentar uma vida melhor. Ela entrou na Escola Normal em busca de uma profissionalização para que pudesse ajudar a família. Talvez pelos ideais do casamento, enquanto uma forma de escravidão, que começaram a surgir na época, Etelvina não se casou nem teve filhos biológicos. No entanto, deixou como legado as filhas que nasceram das gerações seguintes, a exemplo de Quintina Diniz, Cezartina Régis e Maria Rita Soares de Andrade, que lhes seguiram os passos e das brechas que lhes foram abertas por Etelvina aproveitaram para alçar voos mais altos.

Etelvina não se envolveu com o feminismo. No período em que esse se intensificou em Sergipe, ela já estava idosa, e veio a falecer em 1935 aos 73 anos. Muito embora nada se diga de oficial sobre sua postura enquanto feminista, na revista *Renovação*, redigida por Maria Rita Soares de Andrade, foram divulgadas algumas de suas poesias, bem como uma nota sobre seu falecimento. Nesta foram reconhecidos os seus feitos por Sergipe, em especial pelas mulheres, que lhes eram gratas pelo desempenho de uma vida dedicada à intelectualidade e moralidade.

Faleceu, ante-ontem, aos 73 annos de idade, a professora Etelvina Amalia de Siqueira; uma figura de real projecção no cenário mental sergipano. Mestreza desde quasi creança, professora de várias gerações durante mais de cincoenta annos. De familia pobre, conseguiu estudar quando ainda isto era defeso à mulher; foi, talvez, a primeira mestra de Sergipe, na verdadeira expressão da palavra; ensinou primeiras letras, na era da palmatória, com carinho, como se começa a fazer hoje, de acordo com os scientistas modernos; cathedratice de portuguez da Escola Normal, deu a esse instituto de ensino o melhor do seu espirito, até quando, alcançada pela idade, cedeu ao peso dos annos, aposentando-se; escriptora, poetisa illustrou o jornalismo conterraneo com as expansões brilhantes de seu talento. [...] A Escola Normal, onde ella deixou a parte melhor da vida não compareceu; nem a direcção, nem o corpo docente (apenas um professor), lhe prestou a mais simples homenagem. A Escola Normal funcçãoou normalmente. Parece incrível. [...] Cada um de nós, que recebemos as luzes que ella nos communicou, no que fizer, firmará o seu nome e gravará melhor

o testemunho da ingratidão e da ignorância dos que passam indiferentes pelo mais lidimo direiro ao respeito e á admiração publica: a vida honesta, proficua e util, de estudo e trabalho, dum nobre professor. (ANDRADE, Maria Rita Soares de. Nota Dissonante. In:Correio de Aracaju, 20/03/1935. Apud, FREIRE, 2008, p. 5-6).

4.2 – Quintina Diniz, a primeira voz parlamentar

Figura 17 - Quintina Diniz



Fonte: Infonet

Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro possuía em sua imagem, como podemos observar, todo o porte que uma autêntica matriarca deveria possuir. E assim o foi. Não da maneira mais tradicional, ao contrair matrimônio e constituir família, mas ao educar as jovens das famílias mais tradicionais de Sergipe no bem conceituado colégio Santana pertencente a sua família e que funcionou por meio século. Era rígida sem perder a ternura, precursora sem perder o respeito dos mais conservadores. Traços que lhe colocariam nos idos da década de 30 como a indicação perfeita das feministas ao cargo de deputada.

Nascida em 18 de junho de 1878 na cidade de Laranjeiras, ela foi fruto da união de famílias tradicionais de Sergipe e desde a mais tenra idade teve uma educação refinada, que lhe deu acesso à leitura, bem como à música e ao teatro. À época Laranjeiras era uma das cidades mais importantes da região, cuja riqueza era fruto da

grande quantidade de engenhos, sendo um centro urbano com uma movimentação cultural que lhe rendeu o título de “Atenas sergipana”. Desde a tenra idade atuou no magistério, tornando-se em 1898, com apenas vinte anos, diretora do colégio Santana. Anos depois conciliou o cargo de diretora com o de professora, ensinando pedagogia e psicologia na Escola Normal.

Quintina também era poetisa, mas acanhava-se, omitindo a autoria destas. Maria Lígia Pena, em sua obra *A mulher na História*, teve acesso a documentos da família Ribeiro em que constavam algumas destas poesias e, com a permissão da família, as transcreveu. Devido à importância de demonstrar o caráter multifacetado desta importante figura, escolhemos um poema de sua autoria que diz muito sobre sua pessoa.

Contemplai Sant’Ana,
No seu sólio nobre
De mestra, nos cobre
Seu manto de amor.
Nas asas do incenso
Voemos felizes
E ao pé do seu trono
Cantemos louvor.

Contritos saudemos
A mestra querida
Que a estrada da vida
Com fé nos conduz.
O livro sagrado
Em que lê Maria
Será nosso guia
Será nossa luz.

Afinai a lira
Corte celeste
O Templo reveste
Sublime esplendor.
As virgens na Terra
Entoam hosiânas
Saudando a Sant’Ana
Com o mais puro amor.

E a voz da inocência
Em puros dulçores
Revelam amores
Em sons divinais
E aos doces harpejos

Qual força celeste
Sua alma promete:
Pecar, nunca mais. (PINA, 1994).

Este poema com a temática mística de Sant'Anna coloca esta enquanto o perfil ideal ao qual as virgens na Terra entoam hosanas. O poema convida o leitor à contrição, seguindo os passos da mestra a qual se promete nunca mais pecar. Tal composição revela o caráter cristão, vindo da criação de Quintina, que durante toda a sua vida foi devota de Sant'Anna. Devido ao nome dado ao colégio, o qual não foi sua criação, podemos concluir que o respeito a esta santa veio de sua família e por ela foi cultivado. Seus poemas possuem também um aspecto educacional, uma vez que eram declamados para as suas alunas, a quem ensinava os princípios do cristianismo. Estes aliados à intelectualidade e prendas do lar foram ingredientes necessários nas instituições do período para produzir nos lares os indivíduos que levariam Sergipe e, consequentemente, o Brasil à civilidade. E de sua dedicação a este trabalho veio todo o reconhecimento e respeito, por parte de figuras importantes, de sua figura e de seu colégio.

Em 1906, período em que se iniciaram os processos de modernização da capital, com a migração populacional, política e cultural, Quintina decidiu levar o colégio para Aracaju. Os jornais foram de extrema importância durante a história do colégio, uma vez que neles se divulgavam informações sobre o ano letivo, os resultados das disciplinas e as atividades culturais da escola, destacando os talentos das jovens. Tal divulgação servia como uma vitrine, na qual estavam expostas para famílias importantes as moças casadouras. À diretora restavam os elogios devido à grande contribuição para o quadro social.

[...] Enviando á D. Quintina uma corôa civica formada pela perolas de nossa admiração. D. Quintina é uma professora que se distingue e destaca pela competência pedagógica, delicadeza de methodo e amenidade de maneiras com que pacientemente infiltra luzes de suas lições nas intelligencias de creanças e o perfume de suas virtudes nos corações dos pequenos anjos que cercão a sua cadeira magistral. A família sergipana deve muito reconhecimento a tão digna e nobre senhora. (CORREIO DE ARACAJU, 1907. Ano II, n.3, p. 2, col. 5 APUD FREITAS, 2006, p. 109).

Contudo, o declínio anual nas matrículas levou o colégio alguns anos depois a encerrar as suas atividades. Apesar disso, a prática educacional foi presente durante toda a vida de Quintina, causa a qual havia se casado, cujas filhas espalharam seu aprendizado como legado e, inclusive, chegaram a ser suas colegas de trabalho na Escola Normal. Por suas aulas passaram alunas que fizeram parte da História da Educação como Ofenísia Freire, Eulina Lina de Araújo Fontes e Áurea Zamor de Melo.

Em 1934, ela iniciou seu papel enquanto política. Através do Partido Social Democrático e com o apoio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitária Feminina, através das figuras de Maria Rita Soares de Andrade e Cezartina Régis, lançou sua candidatura. Seu nome, sua história e o papel desempenhado na sociedade sergipana foram importantes para a conquista do cargo eletivo. “Sua eleição e o exercício do seu mandato estiveram vinculados ao magistério e às relações familiares e econômicas construídas ao longo de décadas. Na Assembleia Legislativa Quintina era mais um “Diniz de Oliveira Ribeiro” em um cargo relevante.” (FREITAS, 2006, p. 126).

Ainda que a trajetória de Diniz não esteja ligada a quebra de paradigmas sociais e questionamento acerca de gênero, é inegável a sua contribuição para a História das Mulheres de Sergipe. Foi além do que o sobrenome sozinho poderia tê-la levado, tornando-se autora do seu próprio destino, não se contentando com papéis coadjuvantes construídos para as mulheres. Ao desempenhar sua intelectualidade, ela conquistou seu espaço e abriu caminhos para novos nomes na educação e na política. Ao assumir seu cargo político levou uma caneta de ouro, para deixar para sempre marcado com glórias a voz parlamentar feminina que ecoaria no congresso. Permaneceu ensinando até sua aposentadoria, em 1941 e quando veio a falecer em 1942 foi homenageada pelos principais jornais do estado. Atualmente existe na Assembleia Legislativa de Sergipe uma medalha com seu nome, entregue a mulheres homenageadas pelos serviços prestados à comunidade sergipana.

4.3 – Cezartina Régis, a farmacêutica polivalente

Figura 18 - Cezartina Régis



Fonte: Blog Academia Literária

De família humilde e originária da cidade de Laranjeiras, Cezartina Régis de Amorim nasceu em 08 de novembro de 1890 na cidade de Laranjeiras. A imagem escolhida para apresentá-la neste texto é, sem dúvidas, a mais distinta dentre as poucas que pudemos achar. Ao mencionarmos a escassez pode parecer que a mesma não fosse tão atuante e, por este motivo, menos digna de registros. Mas esta mulher foi justamente o contrário, sendo provavelmente a mais envolvida com o desenvolvimento sociopolítico e cultural de Sergipe. Foi sócia do clube de Esperanto, da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e da Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer. Fundou o Clube Esportivo Feminino e o Conselho Regional de Farmácia (CRF) e foi secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Sua voz e sua atuação política se fizeram sentir, recebendo honrarias em vida e tendo seu nome utilizado em uma importante avenida na cidade de Aracaju. E é por isto que esta imagem é necessária para compreendê-la. Nela Cezartina aparece enquanto oradora, dona de um caráter distinto e austero, de uma figura que se fez respeitar e ouvir pela sua trajetória de vida. Diferente de todas as outras mulheres aqui mostradas, foi a única a apresentar cabelos muito curtos, quebrando conceitos mais tradicionais acerca da beleza feminina. Mas, ainda assim, suas vestes guardam o tom conservador, de modo que sua imagem como um todo não se conflita com o período em que viveu.

Foi normalista e ousou sonhar com o ensino superior, sacrificando-se para estudar na Faculdade de Farmácia no Rio de Janeiro. Assim que se formou regressou à sua terra, onde começou a exercer a sua profissão. Dentro das possibilidades de ação de uma farmacêutica trabalhou manipulando medicação e inspecionando alimentos. Anos depois exerceu o cargo de Inspetora Farmacêutica.

Como Inspetor de Farmácia vejamos a atuação dessa grande mulher, através de suas próprias palavras, no discurso pronunciado quando da entrega das carteiras aos primeiros oficiais de Farmácia:

“Instruir, até convencer; orientar, até conseguir foi tarefa árdua e, por vezes, desanimadora, não fosse a vontade que, a serviço do cumprimento do dever, jamais esqueceu!... Desloquei-me da Capital, vencendo distâncias porto dos os meios de alcance: automóvel, trem ônibus, caminhão, canoa, mal acomodada em espeluncas do interior, onde quer que vendesse um produto farmacêutico, incôgnita, comprando ou mandando adquirir, com a nomenclatura viciada ou deturpada em uso local, os medicamentos, como se fora apenas uma interessada do alívio para o sofrimento, vendo para observar; aprendendo para ensinar...e, deste modo, pude informar-me da situação aflitiva desse povo, ora morrendo à míngua de um remédio que lhe debelasse o mal; ora comprando produtos impróprios ou corrompidos pela incapacidade, pela usura de vendedores ignorantes e inescrupulosos” (PINA, 1994, p. 212)

Dentro de seu discurso, podemos perceber que o seu pioneirismo e aprendizagem sofrida foram compartilhados com os seus colegas de profissão, resultando no respeito e consideração que estes tinham em relação a ela. A inquietação perante as injustiças sociais sempre a acompanhou e serviu de mola propulsora. Todas as suas vivências resultaram em ações para diminuir as desigualdades que afligiam o seu povo. De seu acesso à educação tivemos o ensino aos analfabetos; as participações em ligas, federações e clubes femininos resultaram de suas experiências enquanto mulher e de seu trajeto profissional a atuação na secretaria do IHGSE e do CRF. De todas as mulheres citadas neste trabalho, ela foi a única cujo nome apareceu no jornal A Cruzada por duas vezes devido às suas atividades, conforme podemos visualizar nas imagens abaixo.

Figura 19 – Notícia sobre a Liga contra o Analfabetismo

Liga contra o Analfabetismo

Desta instituição que
tão bem faz à classe de
analfabetos, recebemos o
seguinte cartão :

«Aracaju, 2 de Fevereiro
de 1926.—Exmo. Sr.
Director da "A Cruzada"
—Em obediência à deter-
minação da Directoria da
Liga Sergipense contra o

Analphabetismo», tenho a
honra de levar ao vosso
conhecimento que serão
iniciados amanhã os cur-
sos das 9 escolas mantidas
pela mesma.

Com muito respeito a
1a. secretaria,—Cezartina
Regis.»

Leiam
A Cruzada

Fonte: Jornal A Cruzada, Ano VIII, n. 36

Figura 20 - Liga Sergipense de Analfabetismo

Liga Sergipense contra o Analfabetismo

Recebemos communica-
ção de que, no dia 20 do
andante, foi solemnemente
empossada a nova directo-
ria que terá de gerir os des-
tinos daquella útil associa-
ção, durante o biennio de
1925 a 1927 a qual ficou
assim constituida:

Presidente — Alm. A.
myntas Jorge.

Vice — Pe. José Angas-
to.

1.ª Secretária — Pharm.
aceutica Cezartina Regis.

2.ª — Sr. Pelino Pava-
res.

Thesoureiro — Sr. Luiz
Machado.

Orador — Dr. Clodomir
Silva.

Director do mensario —
Sr. Nicão Nunes.

Fiscas da Capital Srs.
Alvaro Sant' Anna e Alva-
ro Maciel.

Em Estancia — Dr. José
Fonseca.

Propria — Cel. Candi-
do Ribeiro.

Santo Amaro — Prof.
Rogaciano Leão.

Japaratuba — Sr. Lu-
cio Prado.

Supplente — Prof. D.
Anna Rocha.

Fonte: Jornal A Cruzada, Ano VIII, n. 17

Cezartina tornou-se desde cedo arrimo de família, após o falecimento do pai. Sustentou e formou todos os irmãos e irmãs com o suor do seu trabalho, pondo, inclusive, sua vida em segundo plano para exercer o papel que fora de seu pai. Para complementar a renda, passou a ser professora em várias escolas ensinando tanto em áreas afins da sua profissão como química e também se arvorando em áreas mais distantes da sua zona de conforto, como francês e português. Após encaminhar a vida de todos, Cezartina pode em 1935 casar com o seu namorado de longa data, João

Henedino de Amorim. Apesar de casar-se ela acabou por não ter filhos, fazendo de seus irmãos e seus alunos seus filhos, a quem buscava orientar sempre. Seguindo o padrão religioso da época, era cristã e praticante, e auxiliava as crianças a aprender as palavras do Cristo através das aulas de catecismo.

Sua atuação política dentro das causas femininas foi ferrenha. Defendeu os direitos das mulheres, através dos clubes que fez parte, batalhando pela saúde e socialização da mulher através dos esportes. Uma luta nova, uma vez que no período o esporte não muito difundido entre as mulheres e sendo mal vista aquela que praticasse, pois estava indo contra a sua própria natureza. Esteve envolvida e em contato com as fundadoras nacionais da FBPF e da União Universitária Feminina (UUF), Bertha Lutz e Carmem Portinho.

Teve como sua grande parceira de luta, em Sergipe, a advogada Maria Rita Soares de Andrade, com que fundou o núcleo sergipano da FBPF, sendo secretaria deste. Esteve presente nas articulações e encontros realizados pela Federação tanto a nível estadual quanto a nível nacional. Conforme Pina (1994) Maria Rita considerava Cezartina a alma da FBPF. Juntas elas articularam, após a conquista do voto em 1932, um manifesto para que o voto feminino não se perdesse dentro do interesse de muitos “aliados” da causa, que apareceram principalmente para amealhar os votos.

MANIFESTO

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina orientadas pelos espíritos superiores das Drs. Bertha Lutz, Carmem Portinho e Maria Luiza Bitencourt, com sede no Rio de Janeiro, e irradiação por todo o território nacional, que não fazem política partidária nem defendem interesses pessoais, animadas pelo ideal superior de assegurar à mulher posição definida na sociedade, com responsabilidade próprias e capacidade integral de assumi-las, por uma educação moral, intelectual e doméstica conforme as necessidades gerais e a evolução social hodiernas, tendo de sustentar os seus princípios na próxima Constituição Estadual e precisando, para fazê-lo eficientemente de uma sua representante no seio dessa Assembleia, vêm concitar todo o eleitorado feminino do Estado e todos aqueles eleitores que não julgam que o voto da mulher foi consignado em lei só para aumentar o quociente eleitoral dos homens, a sagrar nas urnas o nome da única mulher candidata – a professora D. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro.

Fazendo-o, por suas delegadas sub firmadas, não podem deixar essas Associações de lembrar às eleitoras conterrâneas que devem colocar acima de qualquer interesse, de toda conveniência pessoal, familiar ou

partidária, os interesses superiores da mulher, que são os do Brasil – as reivindicações morais e jurídicas humanas, sem distinção de sexo nem de classes, na defesa intransigente da sua legenda: Deus, Pátria e Família.

Bem sabem as signatárias deste manifesto que estão a exigir um sacrifício de muitas das suas companheiras, exigem-no, entretanto, com a convicção de serem atendidas, pois este será, para cada uma, apenas uma parcela a. mais na soma dos muitos com que toda mulher, da mais humilde a mais elevada, escreve o poema incógnito da sua vida, exigem-no ainda, com responsabilidade moral para fazê-lo, dando o próprio exemplo de sacrifício pessoal que de nenhuma outra será maior do que das que este subscrevem.

Ouvi, pois, eleitoras e eleitores sergipanos.

Pela mulher, para a mulher e com a mulher. Vote na professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro para Deputada à Assembleia Estadual Constituinte.

a) Maria Rita Soares de Andrade e Cezartina Regis, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e pela União Universitária Feminina. (CORREIO DE ARACAJU, 1934, APUD PINA, 1994, p. 213-214).

Este manifesto, elaborado pelas duas necessita ser analisado em seus pontos nevrálgicos. Nele, as autoras iniciam por utilizar a FBPF e UUF pelos seus diretórios nacionais, os quais apoiaram, não só em Sergipe, o lançamento de várias candidaturas a partir de diálogos com as lideranças femininas locais. O interesse deste documento foi de assegurar às mulheres uma posição definida na sociedade, posição esta à qual são capazes intelectual mente de exercer. Assim, elas clamam, principalmente, às mulheres que votem na professora Quintina Diniz, única candidata para o cargo, a fim de que os votos femininos não sirvam somente para aumentar o quociente masculino. Esta foi uma das preocupações feministas logo após a conquista do voto e, muitas vezes, a justificação para a negação deste direito, pois as políticas de esquerda e direita tinham medo de que o voto feminino pudesse ser facilmente manipulado.

Ambas seguem lembrando às eleitoras que o interesse em questão, e de caráter superior, é o da mulher de forma que aspectos individuais devem ser deixados de lado, trazendo agora em seu bojo o caráter nacionalista que as motiva em prol de uma pátria melhor, sob o lema: *Deus, Pátria e Família*. Interessante neste contexto o surgimento deste lema, logo após um discurso apartidário, uma vez que o mesmo pertenceu ao Movimento Integralista, em vigor na década de 30. Tal movimento liderado por Plínio Salgado era baseado em preceitos religiosos, de caráter nacionalista, autoritário e

tradicionalista. Ainda que nenhuma delas tivesse ligação com este movimento, talvez o período vigente da *Era Vargas* tenha influenciado o discurso destas para um tom mais próximo deste grupo, em oposição ao comunismo, tão mal visto e reprimido pelo poder nacional.

Reconheceram, por fim, o pedido sério que faziam àquelas eleitoras, a fim de que acreditassem cegamente em suas palavras e assim votassem, muito embora a professora Quintina Diniz fosse uma figura muito conhecida e bem quista da região devido às suas ações educativas. Clama então às eleitoras e eleitores: Ouvi! E então lançam o *slogan* “Pela mulher, para a mulher e com a mulher. Vote na professora Quintina Diniz para Deputada à Assembleia Constituinte”, em que colocam a mulher enquanto agente, pauta e acompanhante das discussões que lhes cabem discutir.

Assim, podemos ver Cezartina Régis. A mulher de pulso forte, que guiou sua família para uma vida melhor, enquanto, paralelamente, construía para si um mundo em que pudesse usar sua voz. Respeitada enquanto primeira farmacêutica de Sergipe, atuante nos direitos da mulher, viveu noventa anos e, durante toda sua existência, foi comprometida com a intelectualidade do seu ser, do seu gênero e de sua gente.

4.4 – Articuladora do espaço público: a advogada feminista Maria Rita Soares

Figuras 21 e 22 - Maria Rita Soares



Fonte: Tese de doutorado de Anamaria Freitas



Fonte: Blog Minha Terra é Sergipe

Nas duas fotografias podemos avaliar diferentes etapas de vida de Maria Rita Soares de Andrade. Nascida em três de abril de 1904 em Aracaju, proveniente de uma família de origem humilde, estudou toda a sua vida em colégios públicos, frequentando o Atheneu Sergipense. Foi morar em Salvador, onde cursou Direito na Faculdade de Direito da Bahia, sendo uma das primeiras mulheres a estudar lá. Na primeira imagem podemos vê-la enquanto jovem, seguindo a moda e os padrões estéticos advindos dos anos 20, com cabelos curtos em estilo Chanel e vestidos um pouco mais curtos e que moldavam a silhueta delgada, que scandalizaram na época ao revelar os tornozelos. Nela podemos notar a pose para a foto e o ar risonho e informal da juventude, digna de seu caráter rebelde feminista. Já a segunda imagem representa a imponência do seu ar senhoril, já com o intuito de marcar esta como sua imagem para a posteridade, a Maria Rita, primeira juíza federal do Brasil.

Maria Rita iniciou seus primeiros passos no magistério ainda na graduação, sendo esta sua fonte de sustento durante os anos de estudo. Ao retornar a Sergipe, após

a formatura, começou a exercer sua profissão, quando em 1929 participou de um concurso público para lecionar no Atheneu. Neste processo defendeu uma tese sobre a Mulher na Literatura e ao falar sobre a instrução da mulher em Sergipe afirmou:

A mulher em Sergipe é dotada das mesmas faculdades que o homem; acontece porém que a sua educação ate pouco, não lhe permittia desenvolver essas faculdades; para os nossos, a compreensão e educação da mulher não podia e nem devia ultrapassar as necessidades materiaes do lar; não lhe permittiam o direito de cultivar o espírito, mesmo porque a mulher culta infelizmente ainda hoje, é, bem grande parte do mundo, um phenomeno excepcional. (ANDRADE, 1929, p. 153).

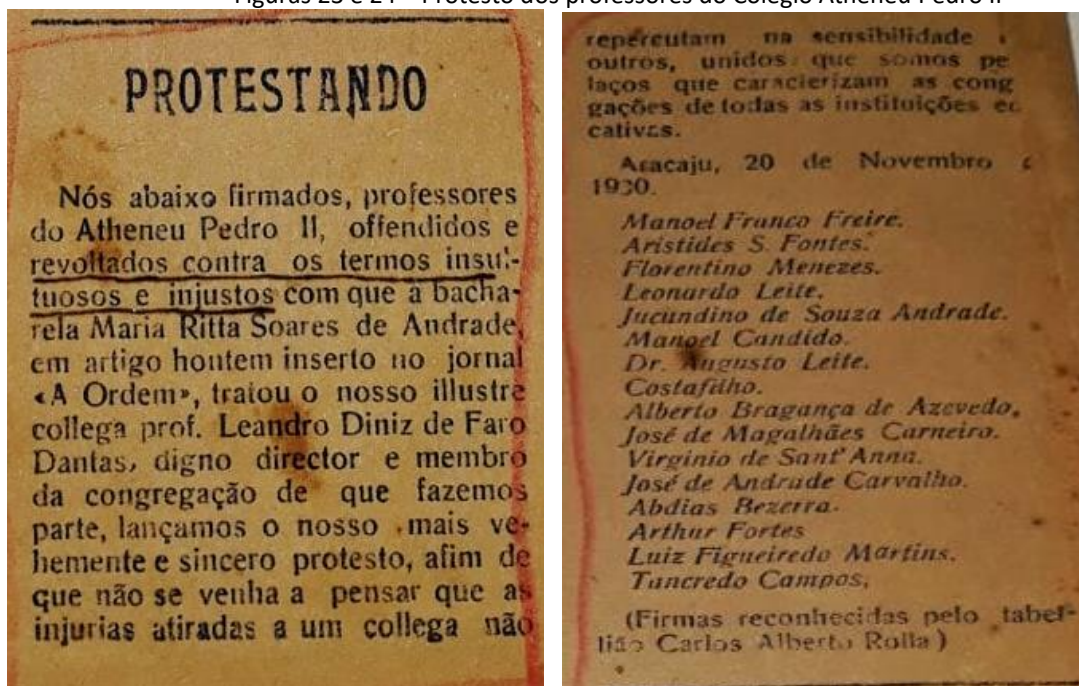
Ao analisarmos este discurso de Maria Rita podemos perceber nele o pensamento feminista, que pregava a igualdade entre homens e mulheres em capacidade e direitos. Em 1929 ela já estava envolvida com o movimento, já fazendo parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo criado, inclusive, o núcleo sergipano juntamente com Cezartina Régis. Como resultado da defesa desta tese, Maria Rita foi aprovada, e então se iniciou uma briga pública entre ela e o diretor do colégio Atheneu, Leandro Diniz de Faro Dantas, para que a mesma fosse efetiva no cargo e que chegou até as vias judiciais.

Esta briga com tantos envolvidos teve início após várias tentativas fracassadas, por parte de Maria Rita, de que o diretor lhe desse posse legalmente para o cargo de professora de Línguas Latinas e Literatura. Ela então decidiu tornar o caso público ao escrever e assinar o texto “Autópsia na Direção do Atheneu Pedro II”, no qual fazia críticas diretas ao diretor, chamando-o de politiqueiro e déspota. No dia seguinte, foi propagado pelo mesmo jornal, outro texto, denominado “Lamentável Attitude”, cujo autor utilizou a alcunha de *Um Leitor*. Neste texto Maria Rita foi atacada ferozmente, sendo questionada a sua capacidade para ocupar o cargo e que diante da postura tomada não se fazia digna do cargo.

Os acontecimentos que se sucederam delinearam o padrão de comportamento machista dentro da sociedade sergipana. Maria Rita, de vítima de um crime, tornou-se culpada perante outros homens do colégio Atheneu e, logo em seguida, sofreu novos crimes que vitimaram sua honra e sua imagem. Foi elaborado um documento dos professores, encabeçado por Manoel Franco Freire, em que se demonstravam

ofendidos pela conduta de Maria Rita e apoiavam o diretor Leandro Diniz. Deste momento em diante, Soares conheceu os golpes sorrateiros que a supremacia masculina tem utilizado para derrubar mulheres, ainda que estas estejam apenas cobrando lisura e cumprimento das leis.

Figuras 23 e 24 – Protesto dos professores do Colégio Atheneu Pedro II



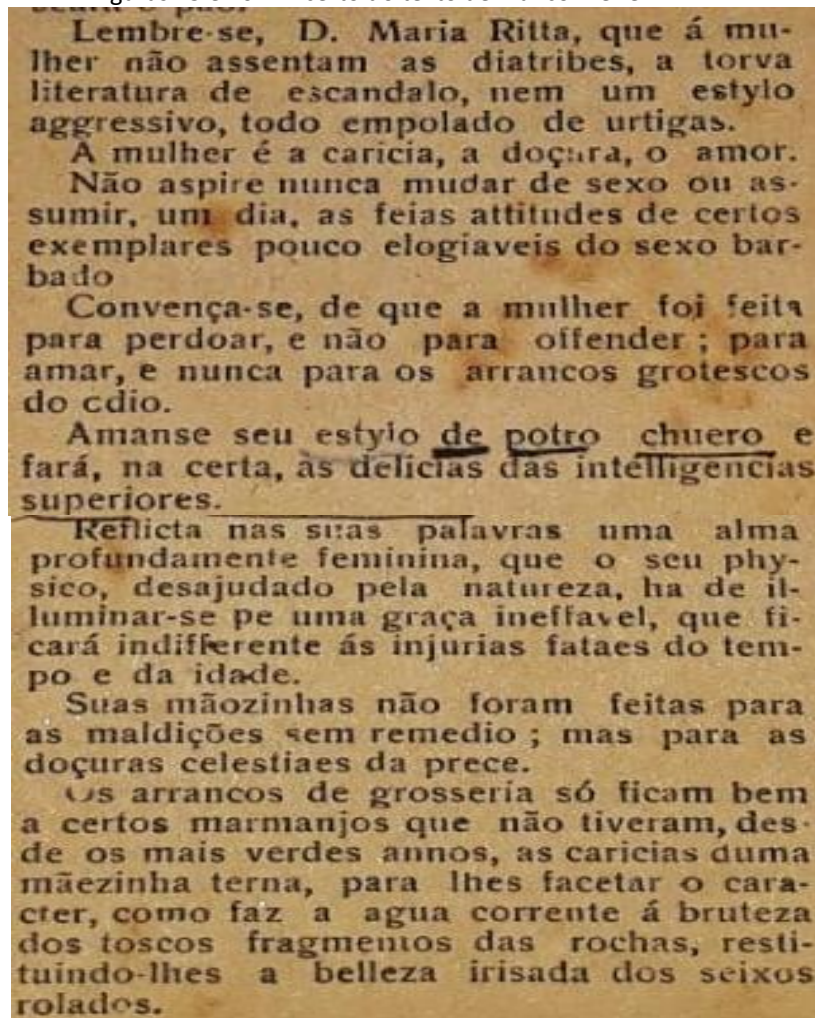
Fonte: Acervo Particular de Rafaela Vilar

A tentativa de desmoralização e de constrangimento público para que Maria Rita Soares desistisse de seu cargo não surtiu o efeito desejado, uma vez que esta continuou lutando pelo seu direito de ensinar no Atheneu. Ela, cuja família não possuía recursos, enfrentava, enquanto mulher, homens de renome no estado pela sua intelectualidade. Muitos deles pertenciam a famílias tradicionais, com poderes políticos e aliados, cuja influência fazia com que as portas se fechassem antes mesmo que se batesse para pedir ajuda. No entanto, valendo de suas crenças na igualdade de direitos e capacidade, Maria Rita estava decidida a fazer valer o resultado de sua conquista, que era o coroamento de anos de sacrifício e estudo.

Dentre os homens mais ativos nesta campanha de difamação estava o professor Franco Freire, que tentava a todo custo limpar a imagem do diretor. Inicialmente, conforme Freitas (2003) ele escreveu primeiramente para o jornal "A Ordem", a fim de que estes retificassem as informações do texto de Maria Rita. Em seguida, escreveu

sobre esta em “A mulher do Piolho”, publicado dias depois do texto “Autópsia na Direção do Atheneu Pedro II”. Dirigindo-se diretamente a ela, o professor decidiu dar-lhe uma aula sobre o que é ser mulher.

Figuras 25 e 26 – Excerto do texto de Franco Freire



Fonte: Acervo particular de Rafaela Vilar

O texto poderia ser utilizado para demonstrar as concepções que os homens tinham sobre as mulheres, definidas por Franco Freire como carícia doçura e amor. Partindo dessa base o texto foi tecido de modo a mostrar Maria Rita como uma aberração da natureza, quase como se ela, por suas ações, demonstrasse o pior dos dois mundos. Em tom professoral, os verbos utilizados no início dos parágrafos foram empregados no modo imperativo, que poderia ser visto como ordem, ou como conselhos, conselhos estes afiados como navalhas e carregados de comparativos depreciadores.

O autor estabeleceu o estilo de Maria Rita como agressivo, de “potro chucro”, e a aconselha, já que enquanto um ser “desajudado da natureza” ela necessita de suas palavras, a ser indulgente e indiferente às injúrias. Cabe às mulheres perdoarem e amarem. Seu procedimento é, a todo o momento comparado com os piores homens, os que não tiveram carinho materno e a quem as atitudes feias pertencem. Por fim, podemos notar que ele a adverte para a incoerência de suas ações de acordo com o que é esperado do seu gênero ao dizer “não aspire nunca mudar de sexo”. A origem de todas essas agressões que Maria Rita sofreu está definida nessa frase. Ela, com sua militância e sua vontade de assumir seu cargo, aspirava, segundo estes professores, “ser homem”. E era preciso cortar o mal pela raiz e fazer de Soares um exemplo.

Enquanto eles pensavam ser esta a última ação que calaria Maria Rita, ela estabeleceu que a publicação de Franco Freire tinha sido a gota d’água. Juntou então todos os documentos que provavam sua aprovação, a necessidade de um professor devido à vacância do cargo, bem como os textos dos jornais e entrou na justiça para que o seu direito fosse reconhecido. Devido à influência de Leandro Diniz o processo se arrastou por anos na justiça, com direito a uma ação de injúria e difamação contra ela, na qual foi comprovada inocente. Somente em 1931, dois anos após a sua aprovação no concurso público, Maria Rita venceu o processo e foi empossada. No entanto, essa vitória também lhe custaria a rejeição do seu nome para a Academia Sergipana de Letras, local em que os homens vedavam a presença das mulheres, principalmente ela, devido à derrota imposta a figuras importantes. Somente décadas depois que uma mulher ocuparia um posto na Academia.

O caso vinha sendo acompanhado de perto pelas feministas locais e nacionais. Segundo Freitas (2003) aponta, devido a amizade estabelecida pelo movimento entre essas mulheres, Maria Rita se correspondia através de cartas com Bertha Lutz e Carmem Portinho a fim de contar as novidades. Ao contar-lhes animada sobre a conquista, afirmou que só ela sabia o quanto tinha custado a ela, uma mulher pobre e sozinha enfrentar “uma trupe de homens forte e dinheirosa”. Contudo, ela havia se tornado carta marcada, o que a incentivaria, anos após a conquista do voto feminino, a muda-se com sua família para o Rio de Janeiro.

A revista *Renovação* foi criada em 1931 por Maria Rita e durou por quatro anos. Conforme Freitas (2003), apesar de não ser caracterizada como uma revista feminina ou feminista em uma nota de recusa de um texto se explica: *Renovação nasceu da mulher, para a mulher e pela mulher*. Representava não só um espaço em que os direitos de emancipação da mulher eram discutidos, mas também uma oportunidade para a divulgação de produções intelectuais femininas. Crônicas, contos, poesias, receitas culinárias e reportagens eram assinadas por mulheres discutindo temáticas diversas. Reconheciam a importância da educação para a libertação feminina. Nos editoriais, escritos por Maria Rita, havia sempre o destaque para a participação da mulher nos espaços públicos. Contudo, pregava para que as mulheres evitassem a masculinização de suas figuras, destacando que era importante que o homem fosse homem e a mulher fosse mulher. Era assim a figura por estas construída: feminista, mas antes de tudo mulher!

A revista era também o espaço para a propagação das ações da FBPF e da UUF, sempre convidando as sergipanas a fazerem parte dos grupos. Era destinada às mulheres das elites e da burguesia, conclamando a estas para que também lutassem pelo direito de acesso a educação de mulheres de outras classes. A revista era o espaço para combater os setores mais conservadores da sociedade. Para tanto, elas traziam exemplos de mulheres. Era a demonstração do possível. Era possível para uma mulher ter direitos políticos, uma carreira e ainda assim continuar a cumprir os papéis que esperavam que elas desempenhassem.

Maria Rita tinha uma participação ativa na FBPF, que continuou durante os anos de existência dessa organização. Ela chegou a ir com algumas mulheres de Sergipe para o II Congresso Internacional Feminista e apresentou lá teses que uniam sua formação com a militância. Junto com Cezartina escreveu, em 1934, um manifesto para que os votos femininos e dos aliados a causa feminista fosse direcionados à Quintina Diniz. Alguns anos após a eleição desta mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou consultora jurídica da FBPF e da UUF e abriu um escritório de advocacia com a colega Maria Luiza Bittencourt. Tornou-se a primeira juíza federal do Brasil pelo Estado da Guanabara e a primeira advogada a participar do Conselho Federal da OAB.

Maria Rita ao longo de sua vida lutou o bom combate. Virou do avesso o espaço sergipano, ainda tão marcado pelo seu contexto histórico agrário e repleto de homens de letras e ciências que ainda sonhavam em ser coronéis. Muito embora aspectos do patriarcado e dos papéis de gênero devidamente marcado dentro da organização social ainda estivesse presentes em seu discurso, é inegável a sua contribuição histórica para Sergipe e para o Brasil dentro do movimento e da intelectualidade feminina. Seus 94 anos foram a serviço de provar a capacidade feminina e possibilitar para as mulheres uma maior equidade de direitos.

4.5 – A atuação política feminista em Sergipe

Ao relatarmos trechos importantes da vida de cada uma dessas senhoras, esperamos ter lançado luz sobre o que era ser mulher em Sergipe, dentro de um recorte específico. São mulheres cujo acesso à escolaridade abriu uma nova janela de atuação. A maioria delas é oriunda de família de classe média e elite sergipana, ou que alcançaram certa mobilidade social, proveniente da socialização e profissão exercidas. As que vieram das camadas populares, conseguiram a escolarização devido à democratização do ensino na Escola Normal e no Atheneu, bem como à busca por mais professoras formadas, decorrente da evasão masculina das salas de aula. Dessa forma, estudar para ser professora se tornou, em muitos casos, em uma oportunidade de contribuir com a renda familiar. O que não se previu foi o despertar de novos caminhos dentro dos campos do saber.

Temos muitas histórias isoladas que demonstram a superação feminina. No entanto, ao falarmos de atuação política se faz necessário tratar sobre articulação e mobilização a fim de se conquistar o objetivo almejado. E neste ponto a luta feminista no estado possui um caráter deficitário. Se tivermos que falar na alma da FBPF e da UUF, dois nomes vêm naturalmente em mente: Maria Rita e Cezartina. Ambas tiveram coragem e ousadia para propor uma organização entre mulheres, mas esbarraram no caráter individualista e acomodado de muitas mulheres, talvez fruto dos privilégios já conquistados pelo estrato social ao qual pertenciam. Em entrevista concedida Maria Lígia Madureira Pina, publicada no livro *A mulher na História*, Maria Rita Soares contou

sobre seu primeiro contato com feministas importantes no cenário nacional e sobre o movimento feminista em Sergipe.

Convivi com a Dra. Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, quando retornou do Congresso Feminino, nos Estados Unidos, em 1922. Naquele tempo tudo era muito fechado à mulher. Convivi também com a Dra. Carmem Portinho, engenheira da Prefeitura do Rio de Janeiro, que fundou a União Universitária, em 1929. Foi Carmem Portinho quem me incentivou a fundar uma secção da Federação para o Progresso Feminino, em Sergipe. Procurei Cezartina Regis, uma figura exponencial nos meios sociais de Sergipe. Ela se impunha não apenas como farmacêutica, mas em vários campos da cultura sergipana. Trabalhamos juntas. O movimento iniciante contava com poucas e tímidas adesões em Sergipe, que sempre foi refratário às reuniões! Lembro-me que até mesmo os membros da Ordem dos Advogados não se reuniam, oficialmente. Encontrávamos-nos nos cartórios, nos cafés ou conversávamos pelo telefone. Por isso, não houve movimento congregado, feminista. Cezartina era a alma da Federação. Mesmo assim, conseguimos lançar o nome da professora Quintina Diniz à deputada estadual pelo PSD. (PINA, 1994, p.362)

De acordo com o relato acima, pudemos ver que elas lidaram com as dificuldades devido às tímidas adesões e as poucas reuniões. Havia frequentadoras, mas faltavam integrantes mobilizadas. Talvez a leitura feita por elas da FBPF se encaixasse mais no caráter de clubes, grupos de leituras e atividades assistenciais que não envolvessem um comprometimento em longo prazo. O depoimento ainda nos revela a extraoficialidade dos atos, que ocorriam em encontros em cafés ou conversas pelo telefone, o que contribui ainda mais para o desenvolvimento tímido da articulação política em Sergipe. Por fim, Maria Rita reconhece a inexistência de um movimento congregado. Os esforços dela e de Cezartina são dignos de louvor, mas isolados apresentam resultados reduzidos diante das expectativas.

Contudo, cabe salientar que, ainda assim, há pontos de sucesso nessa história. Mesmo com poucas integrantes, houve espaço suficiente para a criação da revista Renovação, a qual durante os anos que existiu foi um sucesso em números. E, por fim, a primeira onda do movimento feminista em Sergipe culminou com a eleição de Quintina para deputada estadual em 1934, feito que não ocorreu em alguns lugares onde o movimento floresceu.

O feminismo presente no território sergipano seguiu a corrente nacional dominante de Lutz, que representou fortemente a primeira onda do feminismo no Brasil. Dentro de suas características podemos ver os resquícios do patriarcalismo nos discursos, que demonstram interesse em rompimentos não tão profundos, sendo até mesmo pontuais, defendendo interesses isolados. Não havia em suas demandas uma vontade de questionar ou subverter a ordem de gênero criada, cabendo inclusive a crítica e a contraindicação de tal pensamento. As sergipanas não queriam ser associadas à Emmeline Pankhurst, Leolinda Daltro, Pagu ou Gilka Machado, figuras irreverentes e má afamadas dentro dos círculos mais tradicionais. Elas se ligaram a Lutz e traziam um caráter mais conservador, misturado com patriotismo e cristianismo ao movimento. E, muito embora se falasse na defesa do interesse de mulheres de outras classes, não havia uma integração com estas.

Enquanto as mulheres das classes média e alta batalhavam pelo direito de educação e voto, as operárias lutavam por melhores condições de trabalho. O trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres pobres, que ainda nos dias atuais ainda são o arrimo da família. Faltou a compreensão de que era preciso libertar todas as mulheres da opressão para que se pudesse falar em liberdade. A estratificação social, este constructo social que massifica e invisibiliza as mulheres pobres, acabou por cegar as mulheres das classes mais altas. Os deveres assistencialistas que estas cumpriam podiam acalmar suas consciências sobre a defesa dos direitos das mulheres pobres, mas a solidão destas na hora de questionar as injustiças do sistema vigente enfraqueceu a todas. E, ao olhar para este momento, podemos compreender que por mais diferentes que sejamos - pois não há um conceito de mulher una – é na integração de nossas lutas e na soma de nossas forças que residem nossas vitórias.

Ser mulher em Sergipe no início do século XX estava ainda muito ligado às funções femininas na sociedade, apesar dos avanços na educação e no trabalho. Pouco se discutiu sobre o machismo, as desigualdades, a autonomia e o prazer feminino. Coube às gerações seguintes iniciar esses diálogos. Quanto à construção da imagem feminina, as feministas sergipanas se preocuparam em determinar quem elas eram. Houve uma implementação em relação às imagens previamente constituídas, mas de modo pouco inovador. O tradicionalismo limitou voos mais altos, uma vez que as mesmas se definiam

enquanto feministas femininas. Elas deixavam bem claro que eram intelectuais e plenamente capazes de realizar os mesmo atos que os homens, mas que tinham uma natureza diferente, que lhes delegava os papéis de mãe, esposa e filha. Exercê-los era um ato de patriotismo, seguindo o lema: *Deus, Pátria e Família!*

E, mesmo diante de um feminismo conservador, houve resistência por parte da sociedade. Essa sociedade fruto de um patriarcado marcante, advindo da força do chicote do senhor de engenho, tanto sobre a casa grande quanto a senzala. Esses homens, que há tanto controlavam o poder e as decisões se viam frustrados diante do espaço e do poder perdidos para que ocorresse o empoderamento feminino. E toda a crítica e insatisfação foram externadas através dos jornais, meio em que o homem predominava na produção e no consumo. Era o homem escrevendo para o homem e pelo homem, utilizando seu tom mais doutrinário para conter a mudança, iniciando uma verdadeira *cruzada*.

5 – *A Cruzada*: história, aspectos identitários e a análise do jornal

A imprensa no Brasil teve um início tardio, ligado a vinda da família real portuguesa em 1808. Até então, nos era vedada a produção de periódicos dentro do território da colônia. Contudo, havia certa circulação de jornais que não eram oriundos do Brasil, mas de países outros como Portugal, Inglaterra e França. Apesar da vedação legal existente, a circulação de panfletos ocorria, muito embora lhes carecesse a periodicidade. Tais panfletos abordavam por vezes críticas, ironizações e deboches à Metrópole e às figuras dominantes dentro do cenário político-social.

Não tardou para que, com a permissão da imprensa, se fundassem os primeiros jornais. Dos jornais de importância nacional que se especializaram em trazer a notícia dos eventos importantes para o Brasil e para o mundo, tivemos o *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*. O preço para se montar uma tipografia e rodar jornais, neste período, não exigia uma grande soma de dinheiro. Logo, em muitos lugares começaram a surgir tipografias, muitas cobrando baixos valores pelo periódico e algumas até mesmo transformando o espaço em centros de convivência, em que se podia ler gratuitamente o jornal, trocar ideias e consumir outros produtos oferecidos pelo estabelecimento.

Tal empreendimento demonstrou grande visão empreendedora por parte dos donos das tipografias, uma vez que a sobrevivência destas apenas com a venda dos periódicos era inviável, devido ao assombroso número de analfabetos no Brasil. No século XIX, mais de 90% da população era iletrada, pois o estudo estava destinado às camadas médias e altas da sociedade brasileira. Desta forma, estas tipografias se converteram nos antigos espaços públicos, onde se liam periódicos e se atraíam os transeuntes para ouvir as notícias dos principais países do mundo. Surgiam, assim, formas de se lucrar direta e indiretamente com o mundo jornalístico.

Os jornais precisaram se adaptar ao público a que se destinavam. Enquanto os que se viam como jornal do povo tratavam de temas do cotidiano e traziam caricaturas e imagens que poderiam ser compreendidos sem o uso da leitura, havia também

aqueles voltados para públicos específicos, como os jornais literários que traziam desde o tema ao linguajar toda a cultura que representava seus consumidores. E neste mercado nascente muitos nichos iam surgindo. Devido ao público limitado pelo analfabetismo muitos jornais tentavam prender seus clientes pela fidelização em planos mensais, trimestrais e anuais. Desta forma era possível se não obter lucro, pelo menos manter a circulação sem prejuízo da empresa.

Se tivemos um espaço para escritos que serão divulgados pela imprensa, precisava-se também de um indivíduo que articularia as ideias naquele pedaço de papel. Temos, então, o surgimento dos primeiros jornalistas. O jornalismo não se tornou, de primeira, em uma profissão. Era mais uma ocupação secundária para homens e, depois, mulheres de letras. Eram médicos, professores, engenheiros, escritores que escreviam para que seus pares pudessem ler acerca de temáticas que lhes interessasse. O salário era pouco, sendo mais importante, no período, o status social que a prática trazia. Somente poucos recebiam um salário com o qual pudessem viver, a exemplo de Olavo Bilac⁸ e Monteiro Lobato⁹.

O periódico permitiu a formação da ideia de opinião pública. Esta é a formação de uma opinião da massa, culminada no escrito do periódico. Os discursos oficializados no papel traziam o poder não só de representar a população, mas também de manipular-lhes o pensamento em relação a alguém ou a algum tema.

Ou seja, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Considera-se, em geral, que a opinião pública remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública. (MOREL, 2018, p. 33).

⁸ Olavo Bilac (1865-1918) foi um poeta, jornalista cronista brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

⁹ José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1949) foi um escritor, diretor e produtor brasileiro. Famoso pela obra “O Sítio do Pica-pau Amarelo”.

Assim, a escrita do texto, por parte do jornalista, seguia uma ética do período, trazendo nesta ética o gérmen dos princípios da profissão. Havia a preocupação por parte dos jornais de que a notícia fosse transmitida de forma imparcial, muito embora houvesse um tom doutrinador na escrita de muitos jornalistas e jornais.

Ainda que saibamos, na atualidade, da impossibilidade da imparcialidade, havia uma busca neste período de que a opinião não fosse diretamente veiculada na notícia e que, apenas em alguns textos a opinião do jornalista fosse passada. Os jornais que mais passavam a ideia de imparcialidade eram vistos como sérios e dignos de confiança por parte dos leitores. Na década de 30 predominava o estilo literário panfletário que tinha como características a “capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida.” (MOREL, 2018, p. 37).

Os jornais traziam em seu bojo toda uma influência sociopolítica cultural, aliada de um projeto dominador. Logo, em sua maioria podemos ver um direcionamento linguístico do pensamento para uma sociedade branca, masculina e elitista. Isso pode ser demonstrado na forma similar que jornais aparentemente opostos agiam. Tomemos por exemplo os jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense*. Conforme nos destaca Morel (2018), muito embora estes jornais fossem adversários e, aparentemente, oposição, esta divergência somente aparecia em temas pontuais, havendo uma convergência de opiniões em caráter geral. Logo, o Brasil, como concebido pela política dominante se programaria nas mentes através dos jornais, os quais mergulhavam até as profundezas da parcialidade disfarçados com rótulos de imparciais.

5.1 – Do *Recopilador Sergipano* a *A Cruzada*: caminhos jornalísticos de Sergipe

O primeiro jornal em Sergipe surgiu décadas após o surgimento da imprensa no Brasil. Foi somente em 1832, já no Brasil Império, sob o jugo de D. Pedro I, que foi criado o *Recopilador Sergipano*. O jornal foi impresso pela Tipografia Silveira, criada pelo monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, membro de uma família de origem

portuguesa que havia chegado em Sergipe em meados do século XVIII. Antes desta data Sergipe já havia tentado produzir periódicos, conforme aponta Barreto:

No passado mais remoto, por volta dos anos de 1730/1740, houve uma tentativa de organização de uma tipografia em Sergipe, chegando a ser publicadas umas “gazetas”, consideradas infamantes e subversivas, atribuídas ao padre Eusébio Dias Laços Lima, da vigararia de Itapicuru de Cima, agregado a Freguesia de Lagarto. Tais publicações foram citadas em processo no Conselho Ultramarino, que envolveram o sacerdote por ter declarado o Brasil – especialmente Sergipe e Alagoas – Império livre, distribuindo cartas de nobreza com seus seguidores. (BARRETO, 2008, p. 1).

O *Recopilador Sergipano* reproduzia em suas páginas pronunciamentos oficiais, pensamentos, anedotas e cartas de leitores. O responsável pela elaboração textual era, como se pode ver na imagem abaixo, o padre José Joaquim de Campos. A tipografia também era responsável pela impressão de outros jornais da época como o *Noticiador Sergipense*, de São Cristóvão e o *Diário do Conselho Geral da Província de Sergipe*, em Estância. Mas foi na segunda metade do século XIX que o jornal em Sergipe despontou em quantidade e em qualidade. Temos o surgimento do *Jornal do Aracaju*, *Diário de Sergipe*, *Eco Liberal*, *Imparcial*, *Fraternidade*, *Porvir* e entre outros.

Figura 27 – Exemplar do Recopilador Sergipano



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Os escritos desta época eram realizados por intelectuais sergipanos do período como Brício Cardoso, Zacarias Góis, Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Melchisedech Matusalém Cardoso, Etelvina Amália de Siqueira, Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes e muitos outros. A presença feminina nos jornais em Sergipe se tornaria mais pujante no início do século XX. Segundo Nunes (1984) o nível intelectual dos jornais deste período era elevado, mas pouca importância era dada aos eventos locais e que este comportamento foi marcante não só em Sergipe, mas no Brasil, só sendo superado a partir de 1930.

Em alguns momentos o espírito livre da imprensa sergipana se viu constrangido com a presença de figuras autoritárias no poder. Como exemplo podemos citar o período de 1911-1914, em que Siqueira Menezes foi presidente de Sergipe. Nesta época muitos jornais fecharam e outros, temendo perseguições publicavam em suas páginas notícias favoráveis à gestão do Presidente. Assim como o momento áureo do século XIX, a década de 20 do século XX também representou um período de franco

desenvolvimento da imprensa sergipana. A efervescência cultural do período transparecia nos jornais da época. Começavam a surgir segmentos jornalísticos como o político partidário, humorístico e de cunho doutrinário, como o jornal *A Cruzada*.

O jornal *A Cruzada* foi criado em 1918 pelo bispo de Aracaju, Dom José Tomás Gomes Silva. Esse jornal era um órgão oficial da diocese, que em tom doutrinário procurava propagar os ideais cristãos, através de um processo educativo, fazendo uso das matérias jornalísticas para guiar seus fiéis.

Em Sergipe, onde a presença do bispo D. José Tomás, com seu Seminário e suas ações pastorais, já vinha conquistando seguidores no meio intelectual, em 1918 começou a ser publicado *A Cruzada*. Sob a orientação da Igreja Católica, o jornal passou a difundir de forma mais sistemática seus princípios e suas visualizações sobre as questões conjunturais. Os religiosos, que dantes tratavam suas polêmicas pela imprensa alheia, passavam a dispor de órgão próprio. (DANTAS, 2004, p. 72)

O grupo editorial deste jornal era composto por membros da Igreja Católica e também de intelectuais que seguiam os princípios cristãos. Atuava no jornal uma ala mais conservadora do catolicismo, que tencionava manter o tradicionalismo nos lares cristãos. A criação deste jornal neste período justificou-se diante da crescente laicização do ensino, das modificações sociais devido ao movimento feminista e ao crescente número de adeptos a outras religiões no Brasil como o espiritismo, o candomblé e a umbanda. Desta forma, este jornal, munia-se do poder da Igreja para propagar “a verdadeira fé”.

5.2 – Análise Categorical do jornal *A Cruzada* (1922-1926)

O jornal *A Cruzada* foi escolhido entre alguns dos jornais que circulavam em Sergipe na época, devido ao seu viés religioso e oficial, uma vez que pertencia ao bispado. Com as lentes da teoria foi possível extrair os jogos de imagens, uma vez que temos várias visões do ser mulher nem sempre harmônicas entre as próprias mulheres. Sabemos que toda mudança traz em seu bojo uma oposição reacionária e, diante de tantas mudanças geradas pela ação política feminina neste período, partimos da suposição de que um jornal católico poderia fornecer material para incitar os tais jogos de imagens. No ato de desvelar as fontes, como podemos estabelecer as tensões

necessárias, colocando sobre diálogo teoria e evidência, para produzir o conhecimento histórico pretendido?

O caminho por nós escolhido foi o da análise categorial das fontes. Certamente não é este o único caminho, mas aquele que elegemos como o melhor para os nossos propósitos. No processo categorial fazemos buscas nos textos selecionados utilizando palavras-chave e os colocamos em categorias. As palavras selecionadas por nós foram: emancipação, voto, mulher, educação feminina e mulheres intelectuais. Para que as unidades de registro tivessem uma significação e não fossem somente palavras soltas, foram estabelecidas unidades de contexto e correspondem ao segmento de mensagem. Ao buscar as edições dos jornais, necessitamos inicialmente aclarar as suposições sobre o que podemos encontrar neste material. Lançaremos, para tanto, hipóteses, que para nós serão:

- A educação feminina e o acesso ao ensino superior inseriram a mulher no espaço público;
- Parte da sociedade percebe este avanço negativamente, enxergando no fato a possibilidade de desvirtuação da mulher e da família brasileira;
- O jornal, enquanto um meio de comunicação de massa e ferramenta de educação informal é utilizado tanto pelos opositores quanto pelos aliados do movimento feminista;
- Estar inserida no espaço público desperta a mulher para o sentido de união e organização enquanto grupo para a conquista dos direitos femininos.

Já tendo os exemplares do jornal *A Cruzada* digitalizados no acervo da UFS, demos seguimento à caminhada investigativa. Os jornais foram inicialmente separados dentro de um marco temporal. O nosso marco vai de 1920 a 1932, contudo, dentro deste marco somente encontramos exemplares de 1922 a 1926. Ainda assim, eram ao total de sessenta e dois, quantidade suficiente para permitir uma interpretação sobre os escritos daquele tempo.

Em uma etapa seguinte, estabelecemos as categorias em que cada texto seriam colocadas. Para isto, foi necessário uma segunda leitura do texto, mais interpretativa,

com a intenção de tentar compreender o sentido que o escritor quis passar, de modo que nos torne possível selecionar corretamente as características que vai determinar a qual categoria o texto pertence. Assim, foram criadas três categorias: Psique Feminina, Expressão de Gênero e Educação.

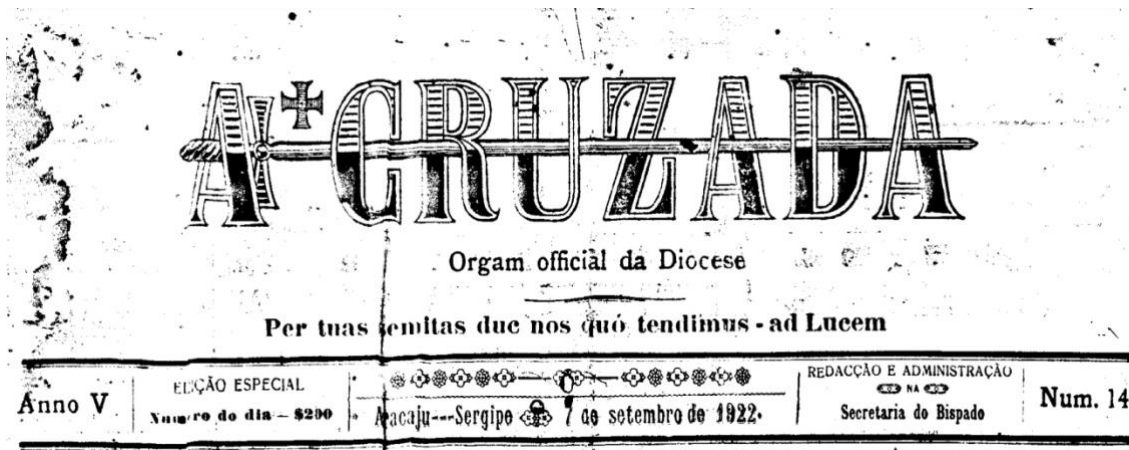
Na primeira categoria colocamos matérias que tratam dos aspectos psicológicos da identidade feminina, que é compreendida enquanto uma construção social, em que de acordo com Bourdieu (2014) interpreta este jogo como uma “divisão” do mundo a partir das diferenças biológicas, de tal forma que ambos os sexos detêm o poder; um, masculino, público; outro, feminino, privado, ligado ao mundo das mulheres com suas funções maternas e reprodutoras. Na segunda categoria enquadrados os aspectos físicos e estéticos que são determinados ao gênero, uma vez que, expressão de gênero é, segundo Gomes de Jesus (2012, p. 14), a forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Por fim, a educação englobou as matérias que tratam sobre educação formal e também sobre elucidações feitas pelo jornal acerca da família e dos princípios cristãos.

5.3 - *A Cruzada* e suas características identitárias

Ao iniciar a análise do jornal, dirigimos nosso olhar, em um primeiro momento, para os aspectos estéticos e organizacionais que dão identidade ao jornal. Quanto ao primeiro se destaca a logo do jornal. Nesta podemos ver o nome do jornal *A Cruzada*, cujas letras são transpassadas por uma espada e adornada por uma cruz de malta. A união destes três elementos, a cruz, a espada e o nome convergem para a formação de um significado único: a defesa da fé cristã. Isto se pode compreender devido ao nome do jornal, que faz referência às Cruzadas, expedições cristãs com objetivos religiosos, políticos e econômicos que ocorreram entre os séculos XI e XIII, sendo também chamadas de guerras santas. A espada e a cruz de malta fazem referência aos cavaleiros cristãos e a luta para defender e propagar o cristianismo. Abaixo da logo temos a frase em latim “*Per tuas semitas duc nos quo rendimus ad lucem*”, que tem por significado “Por seus caminhos, conduza-nos a tornar a luz”. Deste modo, nasceu o jornal, com o

intuito de trazer através de uma guerra, se assim fosse preciso, o seu rebanho de volta aos caminhos da luz.

Figura 28 – Logo jornal A Cruzada



Fonte: Jornal A Cruzada, 07-09-1922, n. 14.

Quanto à organização deste, pudemos ver que era um órgão oficial da Diocese, cuja redação e administração eram realizadas pela secretaria do bispado e tinha como redatores os padres José Augusto, Carlos Costa e pelo monsenhor Mário Villas-Boas. O jornal era produzido e publicado nas oficinas da Rua do Espírito Santo. O custo regular de um exemplar avulso do jornal custava cem réis que valeria atualmente aproximadamente doze reais e trinta centavos. Em edições especiais, conforme podemos observar na figura abaixo, o exemplar chegava a custar duzentos réis.

O jornal estava organizado em quatro páginas, divididas, por sua vez, em seis colunas. Na primeira página estava a reportagem principal, que por muitas vezes deu o tema e o tom às outras matérias jornalísticas. Nas páginas três e quatro havia espaços destinados a anúncios e propagandas. Os mais diversos produtos eram anunciados regularmente no jornal, tendo destaque produtos de higiene e medicinais como a pasta de dentes Kolynos, o sabão marmóreo, xaropes, tônicos, entre outros. Estabelecimentos comerciais e de ensino também se valiam desse espaço para divulgar seus serviços como a Alfaiataria Sul América Lobão & Cia e os colégios Diocesano São José de Maroim, Salesiano, Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora do Carmo, sendo estes dois últimos escolas para moças. Os colégios anunciados pelo jornal eram católicos e, por

vezes, indicados como locais adequados para os filhos dos seus leitores. Com o surgimento de cinemas também foram divulgados filmes em cartaz, como vemos abaixo.

Figura 29 – Anúncios do jornal *A Cruzada*

PARA TOSSAS GRIPE
XAROPE
CALMANTE
CREOSOTADO
de Helvecio Maia

Aviso importante
A FLORA MEDICINAL
Esta fundação para o comércio de plantas medicinais de primeira mão, com o intuito de fornecer ao público produtos de primeira qualidade, e com o intuito de fornecer ao público produtos de primeira qualidade, e com o intuito de fornecer ao público produtos de primeira qualidade.

COLLEGIO DIOCESANO
S. JOSE
MAROM -- SERGIP
Diretor: Pe. Miguel M. Barbosa
Situado em local nobre está o Collegio Diocesano S. JOSE de Marom.
O seu prédio é confortável, e possui salões internos, salões externos e extensas comodidades de todas as espécies.
Está em plena atividade e recebe alunos em todo o Estado de Sergipe.

Collegio Salesiano
NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE ARACAJU
Em 1º de fevereiro passou a funcionar a escola das crianças primárias, secundária para meninas, internatos e colégios. Além dos discípulos obrigatórios da escola secundária, que o estabelecimento ministra completo, há ainda aulas facultativas de Italiano, Alemão e Francês.

ESTATUTOS NO COLLEGIO

Breve-Anjo do Car
Um film da Paramount

Fonte: *A Cruzada*, n. 60, ano VII, 19/04/1925

Ainda no espírito da propaganda, o jornal convidava a todos em suas páginas a se tornarem leitores e propagandistas do *A Cruzada*. Em todos os exemplares consultados há passagens como estas com frases como "Leiam *A Cruzada*", "Leiam e propaguem *A Cruzada*" e "Difundam *A Cruzada*". Nos cantos das páginas, o jornal difundia frases de Goethe¹⁰, Victor Hugo¹¹, Tocqueville¹² e outros intelectuais famosos.

¹⁰ Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) foi um autor e estadista alemão. Sua obra mais famosa é "Os sofrimentos do jovem Werther".

¹¹ Victor-Marie Hugo (1802-1885) foi um romancista francês. Autor da obra "O corcunda de Notre-Dame".

¹² Alexis de Tocqueville (1805-1889) foi um historiador e escritor francês.

Há também um espaço em cada exemplar para publicar poemas. Em sua maioria são estes escritos pelos próprios papas e outros intelectuais sergipanos. Somente por duas vezes houve poemas escritos por mulheres, sendo um deles de Auta de Souza¹³ e outro de Carmen Freire¹⁴. Essa ausência feminina é constante tanto na escrita dos textos e também no seu caráter de leitora. Poucas vezes no texto se dirigem a elas, muito embora elas sejam muitas vezes o tema da escrita. Há uma preocupação com uma identidade cosmopolita do jornal, trazendo circulares de vários lugares do país distante de Sergipe e também notícias com informações sobre Rússia, Alemanha, Inglaterra e outros países distantes.

O jornal possuía seções permanentes, que retratavam aspectos da sociedade sergipana, sendo estes denominados “A Cruzada Social”, “Nota Necrologia”, “Instituto Histórico e Geográfico” e “Expediente da Cúria”. O primeiro traz em seu espaço notícias de indivíduos advindos de famílias tradicionais sergipanas. Tratava, assim de casamentos, aniversários e nascimentos. No Nota Necrologia se divulgavam óbitos de pessoas ilustres de Sergipe. Na seção Expediente da Cúria, com o selo oficial do bispo, há a divulgação dos números de casamentos nascimentos, crismas, catecismos, comunhões e dispensas e licenças de vigários. Funcionava como um meio de divulgar dados importantes sobre a comunidade católica sergipana. Por fim, a última seção divulgava notícias do IHGSE sobre divulgação das revistas, conferências, publicações e sessões.

5.3.1 – Caminhos da pesquisa: Matérias Jornalísticas

A análise dos jornais *A Cruzada* começou com um único exemplar de 1922. Esta era uma edição especial em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Todo o jornal tratava das celebrações, não havendo, assim, nenhuma matéria que pudesse se encaixar em alguma categoria estabelecida por esta pesquisa. Em seguida, foram encontrados e analisados cinco exemplares pertencentes a 1924. Neste ano, o destaque estava em seu formato de notícias curtas internacionais, de caráter informativo, sem, contudo, deixar de pôr um tom nas notas através da criação de títulos

¹³ Auta de Souza (1876-1901) foi uma poetisa brasileira da geração ultrarromântica.

¹⁴ Carmen Freire (1855-1891) foi uma poetisa brasileira.

que condicionavam o olhar do leitor. As notas sobre episcopados eram postados na íntegra para circular as notícias sobre eventos e pensamentos da Igreja, divulgando o calendário cristão.

Tabela 1 – Matérias Jornalísticas de 1924

1924	
Edição	Matérias Jornalísticas
Edição n. 13, ano VI, 23/03/1924	1 matéria: “Mulheres Hystericas”- página 1
Edição n. 22, ano VI, 25/05/1924	3 matérias: “Danças”- página 2 “Enquete” sobre as modas femininas – página 3 “Pedacinhos” – página 3
Total:	4 matérias

Fonte: Autora

O acervo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) possui trinta e seis exemplares do jornal *A Cruzada* publicados no ano de 1925. Neste ano, muito embora tivesse sido adotado um aspecto mais brando com a retirada da frase em latim e das imagens da espada e da cruz de malta, como podemos ver abaixo, o jornal adotou um tom belicoso em relação aos sujeitos outros, com destaque para os recortes de religião e gênero. Nas edições há ataques recorrentes a protestantes e espíritas, sendo este último tema de uma coluna denominada “O grande mal o espiritismo”, em que o jornal incita a perseguição e até mesmo a prisão de indivíduos praticantes do espiritismo. Já no recorte de gênero o comportamento feminino, fruto das mudanças sociais, foi sistematicamente observado. Junto às críticas há também os conselhos para uma conduta de moral cristã, em prol não só da individualidade, mas também da coletividade.

Figura 30– Nova logo do jornal A Cruzada



Fonte: A Cruzada, edição n.2, ano VIII, 15/06/1925

Tabela 2 – Matérias Jornalísticas de 1925

1925	
Edição	Matérias Jornalísticas
Edição n. 6, ano VIII, 12/07/1925	3 matérias: “A Igreja e as modas” – página 2 “O chefe da Nação e o ensino religioso” – página 3 “A lei do divórcio” – página 3
Edição n. 20, ano VIII, 18/10/1925	1 matéria: “Pernas nuas” – página 1
Edição n. 25, ano VIII, 22/11/1925	1 matéria: “Em torno do matrimônio christão” – página 1
Total	5 matérias

Fonte: Autora

No ano de 1926, último ano que conseguimos ter acesso no acervo da UFS, pudemos analisar vinte edições. O jornal incrementou um aspecto mais moderno, reduzindo a quantidade de colunas de seis para três, dando um aspecto mais limpo e elegante. Este foi um ano em que o jornal se voltou para os costumes e a família. Dentro dessa preocupação havia, principalmente, a ideia de firmar, segundo os princípios cristãos e personalidades a serem adotadas como modelo, os papéis dos indivíduos na família. O foco, sem dúvidas, estava nas mulheres. As críticas e “conselhos” pregados no ano de 1925 progridem em quantidade e em intensidade. Se no ano anterior foram cinco

matérias, neste ano foram doze, incluindo uma capa tratando sobre moda e trazendo opiniões de figuras leigas e religiosas.

Tabela 3 – Matérias Jornalísticas 1926

1926	
Edição	Matérias Jornalísticas
Edição n. 36, ano VIII, 07/02/1926	1 matéria: “Para casar depressa” – página 4
Edição n. 39, ano VIII, 07/03/1926	2 matérias: “Coisinhas de leve” – página 1 “A mulher christan na Igreja” – página 3
Edição n. 41, ano VIII, 24/03/1926	1 matéria: “A moda e a quaresma” – página 1
Edição n. 44, ano VIII, 18/04/1926	1 matéria: Maria e a Cruz” – página 2
Edição n. 45, ano VIII, 02/05/1926	2 matérias “As virgens christans” – página 1 “Intenção geral de Maio – As modas” – página 3
Edição n. 46, ano VIII, 09/05/1926	3 matérias: “O casamento civil e religioso” – página 1 “Nota sem título – página 3 “Conto Histórico – uma morte preciosa” página 3
Edição n. 48, ano VIII, 13/05/1926	2 matérias (capa): “Campanha contra a moda das mulheres – Condenam as vozes autorizadas – As mulheres querem voltar ao paganismo corrupto e corruptor da Antiga Roma” – páginas 1 e 2 “ A conversão de Papini” – página 3

Total	12 matérias
-------	-------------

Fonte: Autora

Do total de sessenta exemplares do jornal *A Cruzada*, encontramos vinte e uma matérias jornalísticas, separadas em um primeiro momento por um simples processo de peneiragem, através do uso das palavras-chaves e unidades de registro, que deram a estas palavras soltas significação. Em um segundo momento estas foram relidas e separadas em três categorias pré-estabelecidas: Educação, Expressão de Gênero e Psique Feminina. A categoria que possui mais matérias jornalísticas é a Psique Feminina, com dez matérias. Em seguida, temos a Expressão de Gênero com sete matérias, e, por fim, Educação com quatro matérias jornalísticas. Para ilustrar melhor as matérias dentro das categorias utilizamos o gráfico de pizza, que pode ser visualizado abaixo.

Tal resultado não foi uma surpresa, diante das expectativas sobre o jornal. Está no seu objetivo, aquele posto na frase em latim, trazer de volta ao caminho da luz as ovelhas desgarradas. E o método escolhido consistia em apontar as posturas e comportamentos errôneos em matérias que mais pareciam sermões católicos, trazendo sempre figuras bíblicas para inspirar aqueles que lessem suas páginas. E, muito embora, poucas vezes se dirigissem diretamente às mulheres, estas e as mudanças que estavam operando estavam em foco. Ao induzir perfis psicológicos, criticar roupas, indicar estabelecimentos de educação e traçar comportamentos o jornal fazia-se reacionário e crítico ferrenho da nova mulher que despontava.

Em um primeiro instante houve dificuldade para colocar as matérias nas categorias, pois em todas estava atrelada uma questão comportamental. O jornal prescrevia um comportamento feminino, como remédio para o sucesso dos lares, da comunidade e da sociedade. Uma mulher que era esculpida para que todas as suas virtudes pudessem sustentar um lar cristão, a fim de que seu esposo pudesse sair e ganhar o sustento da família. Mas nos anos 20 do século XX, sua voz não encontrava o eco para conter satisfatoriamente as mudanças sociais da articulação feminina. E dessa forma, a mulher se tornou uma ameaça para o modelo cristão tradicional, sendo constantemente observada e criticada em suas expressões.

5.3.2 – Psique Feminina

O comportamento feminino foi intensamente vigiado no nosso marco temporal. 48% das matérias jornalísticas aqui encontradas e que se relacionavam com a mulher tratavam do seu comportamento. As novas formas de portar-se geravam variadas respostas. Em muitos aspectos, as reações às ações femininas vinham publicadas nas mídias do período. Enquanto jornais progressistas estavam ao lado da luta política feminina, outros se demonstravam ferrenhos opositores, tratando de difamar e orientar seus leitores a se posicionarem contra a conduta “desviada” de algumas mulheres. O jornal *A Cruzada*, pertencente à Igreja, não poderia calar-se diante de tais mudanças. Era preciso expor toda a indignação que os católicos conservadores sentiam diante de um comportamento que estes consideravam despudorado: mulheres jovens, com partes do corpo à mostra ou marcadas pela justeza das vestes, frequentando bailes e até mesmo sem se casar ou o fazendo somente no civil.

Diante de todos os disparates aos olhos do jornal era preciso denunciar os erros. Já nos primeiros exemplares o jornal trouxe um texto opinativo que tratava sobre danças. Munido de opiniões médica do Dr. Bernard e eclesiástica do bispo Baudrillard o jornal condenou os bailes realizados para diversão da juventude. Alertavam para os riscos das danças na frágil saúde feminina.

[...] Quando se examinam de perto, segundo a idade que têm e o ardor com que se entregam ao seu divertimento favorito, insomnias, atrazo no desenvolvimento normal, inapetencia, delíquios, perturbações circulatorias, phenomenos de autointoxicação, neuroses spasmodicas, anomalias de memoria, incoerencias de caracter, perversão do senso moral, e as vezes accidentes mais graves.

E em seguida fazendo coro com seus colegas, conclue: “Uma senhorita que executa danças modernas será, physiologica e psychologically, uma detestável mãe de família”. Os moralistas ajuntam: “E uma esposa fatal”. (A CRUZADA, 1924, n.22, ano VI).

O texto ainda prossegue, comunicando-se diretamente com os pais e mães, pedindo ao primeiro que utilizasse seu poder para proibir a ida de suas filhas aos bailes. Ao dirigir-se às mães para explicar que tal ação não ajudaria suas filhas a contraírem matrimônio há um tom condescendente, como se aquele que escrevesse

tentasse explicar algo simples para alguém que tinha pouca capacidade de compreender. E pelo trecho acima podemos entender que a mulher era vista por estes como um ser inferior em capacidades físicas e psicológicas.

Ainda sobre as danças foi feito um interrogatório para saber se os rapazes casariam com suas parceiras de dança e noventa e nove por cento não se casaria. A relação entre a dança e o caráter feminino é estreita segundo o texto, tanto que há médicos escrevendo sobre isso e chegando à conclusão de que estas seriam detestáveis mães de família. Este é um claro exemplo de quando um comportamento desviante é penalizado através do uso de poderes sociais dos grupos atingidos em seus interesses. Aqui podemos ver que a liberdade de ação e interação feminina, posicionando-a em ambientes extradomésticos foi patologizado por grandes nomes da medicina e condenado por moralistas. Desse modo, a mulher que dançava era marginalizada, pois pelo seu ato era lida como um sujeito que traria desgraças no seio familiar.

A conduta feminina encontrava-se em um período de escrutínio constante. Cada pequeno detalhe ia sendo dissecado. E para cada atitude que pudesse desagradar os indivíduos do sexo masculino havia um conselho. A presença crescente das mulheres no mercado de trabalho era também marcada pelas mudanças nas dinâmicas do lar. A mulher historicamente alocada no ambiente privado investia cada vez mais tempo em atuação pública e política. Quanto a isso o jornal se manifestou ao tratar sobre matrimônio: “Entre as mulheres mais e mais se perde o sentimento de lar doméstico” (A CRUZADA, 1925, n. 25, ano VIII). Essa frase, dentro de um contexto sobre as dificuldades do matrimônio naquele período servia para demonstrar o incômodo diante dessa ausência feminina, retratado como uma fragilidade para o matrimônio e o lar. Aquela que era vista como a responsável pelo sucesso familiar e, por consequência, da nação queria ocupar espaços outros. Para os conservadores, era como se houvesse um vácuo dentro lares e cabia a eles e relembrar as mulheres seus deveres dentro deles.

Muito embora todos os escritores do jornal fossem do sexo masculino, não se abstinham eles de pensar que tinham propriedade para dar conselhos sobre comportamento. Esta conduta é comum ainda nos dias atuais, diante da crença de superioridade que alguns homens ainda possuem. Deste modo a ótica de um homem

sobre determinado assunto será sempre melhor que a feminina, ainda que esta não faça parte de suas vivências. E, fazendo uso do pensamento machista, na notícia *Para casar depressa*, retratada na fotografia abaixo o jornal discorre sobre o casamento. Nele o autor destacou a questão do casamento sob a ótica do sucesso feminino depender de contrair matrimônio com alguém. E, no único texto em que se dirige às mulheres, dá o conselho para que sejam boazinhas e tomassem tento nas modas e nos modos para arranjar bons maridos.

O jornal, ao veicular tal opinião, dava vazão de que ao se casar o homem fazia um sacrifício e que a esposa era agraciada, devendo agradá-lo. Teria ela agora um esposo, filhos e um lar. Por muito tempo foi exigido da mulher um dote, o casamento fez dela ao longo do tempo um mero objeto, passando das mãos de um dono para o outro. Se o casamento era um negócio para a que se casava, a ausência deste era uma desgraça para a mulher que permanecia solteira. Julgada socialmente como feia, incompleta e defeituosa, muitas preferiam moldar-se ao padrão comportamental exigido do que ver-se solteira. Contudo, o matrimônio foi sendo cada vez mais visto pelas mulheres como uma clausura, levando muitas feministas a não se casarem. E, por isso eram denominadas de mal amadas, feias, incompletas e odiadora de homens. Havia a pressão continua para o casamento, pois para muitos a mulher de bem era casada e submissa ao seu esposo.

Figura 31 – Notícia Para Casar Depressa

Para casar depressa

Cada vez mais as estatísticas accusam um excesso de mulheres casadoras sobre os homens em identica situação.

Resulta d'ahi que muitas moças são fadadas irremediavelmente à situação pouco invejavel de «tias», que é o peor espectro que ellas podem evocar.

Na Europa o costume do dote está profundamente enraizado e por isso, com a carencia de homens para os casamentos, cada vez mais se casam apenas aquellas que possuem bens materiaes em larga escala, dotes avantajados, em detrimento das menos favorecidas pela fortuna.

O Brasil, entre suas boas cousas, conta esta de não serem em geral levados em conta os dotes na avaliação dos candidatos a casamentos, unicamente talvez por ser esse adjutorio muito raro em nossa terra.

Acontece, pois, que se casam em primeiro logar as moças mais prendadas, mais viruosas, menos «suspeças», menos livres de modos, mais morigeradas em suas diversões, mais comedidas no uso da moda.

Prezadas leitoras, ha falta de homens para casamentos.

Sêde boasinhas, tende tanto nas modas e nos modos, que assim mais facilmente arranjaréis o almejado bom partido.

Fonte: A Cruzada, n.36, ano VIII, 07/02/1926

A participação cada vez mais ativa das mulheres no espaço público trouxe revolta para todos aqueles que poderiam ver seus poderes diminuídos por conta do empoderamento feminino. Era preciso trazer as mulheres de volta aos lugares que sempre ocuparam e a melhor forma encontrada era reforçar os perfis utilizados para inspirar o comportamento destas. Dentro de um mundo dual católico temos duas figuras que servem para guiar os caminhos: Eva e Maria. Enquanto Maria apontava o caminho correto e puro daquela que concebeu sem pecado o filho de Deus, Eva destacava-se ao mostrar os caminhos da malícia, da sensualidade e desobediência. Foi justamente na ideia do perfil virginal que o jornal *A Cruzada* investiu.

As virgens cristãs foram retratadas como a porção mais preciosa do rebanho de Jesus Cristo. “As virgens são a pupilla dos olhos do divino salvador; e só ellas tem a promessa certa, segura e infalível de uma glória especial no céu, que não passa aos demais santos” (A CRUZADA, 1926, n. 45, ano VIII). O estado matrimonial, ainda que reconhecido e santo, não é, segundo o texto, tão santo quanto esta entrega destas moças para se tornarem esposas de Jesus. Estas ideias sobre as figuras virginais e sua pureza foram utilizadas principalmente para inspirar. A começar por suas figuras doces,

serenas, submissas, seguindo um esposo, que neste caso é Jesus, mas ainda assim uma figura masculina dominante quem vai guiar seus passos. A virgem é a imagem mais elevada e purificada, e ainda que não houvesse a intenção de que as mulheres se mantivessem solteiras e puras, havia uma intenção por detrás do perfil psicológico.

Usar a imagem da virgem era uma tentativa de manipulação da mulher católica pelo exemplo. Diante de suas características buscava-se que as mulheres, cada vez mais distantes do padrão estabelecido pela sociedade. As escritas que criticavam suas ações e pensamentos também vinham eivados de conceitos pré-estabelecidos sobre a capacidade feminina. Contudo, uma vez aberta a caixa de Pandora não havia mais nada que pudesse deter o que durante tanto tempo havia ficado contido. Era o momento de insurgências de novas mulheres.

5.3.3 – Expressão de Gênero

Expressão de gênero é sobre a externalização da identidade de um indivíduo, através da sua aparência e do seu comportamento. Esse termo surgiu com as discussões acerca de gênero iniciadas a partir de 1980. Muito embora a utilização do termo seja recente e ulterior ao período aqui retratado, “expressão de gênero” foi uma nomenclatura criada para designar um comportamento preexistente, intrínseco à Humanidade. Desse modo, ao nomear de tal forma a categoria não estaríamos cometendo anacronismo, uma vez que a ação e a reação a esta forma de expressão do eu foi constantemente reproduzida nas páginas do jornal *A Cruzada*.

As ações de portar-se e vestir-se, por estarem tão ligadas a características tão mutantes do nosso eu, são também instáveis diante do tempo e da influência dos grupos sociais. Como exemplo podemos falar sobre o uso de saltos, inicialmente concebidos para homens, e atualmente são concebidos como um artefato feminino. Da mesma forma podemos falar sobre os trajes de banho, que inicialmente eram medidos em seu comprimento por fiscais nas praias e que hoje já foram naturalizados pela sociedade o uso de biquínis, minúsculos em comparação aos trajes iniciais.

O movimento de ideias, pensamentos e sentimentos humanos nos leva a criar novas formas de afirmação e interação, estando, assim, a expressão de gênero em

constante convulsão. Contudo, contra estas mudanças, temos ideais de permanência concretizados nos modelos de comportamento para os gêneros masculino e feminino. O tradicionalismo burguês havia criado uma mulher frágil, delicada, feminina e maternal, a parceira ideal para o homem forte, bruto, másculo e viril. Duas figuras opostas, mas que se completavam, desde que se portassem dentro de seus nichos. E para que tal arranjo desse certo, pouco espaço havia para mudanças.

Mas o século XX trouxe, especialmente para as mulheres, a mudança estético comportamental da *“femme nouvelle”*. A moda trazia um *dress code*¹⁵ que ousava ao adotar uso de calças e encurtar saias e vestidos, que, por sua vez, eram também mais justos, expondo a silhueta. Os cabelos historicamente longos das figuras femininas, culminância de toda a feminilidade, foram cortados na altura da nuca. Diante da destruição imagética feminina surgiram grandes opositores, principalmente na imprensa.

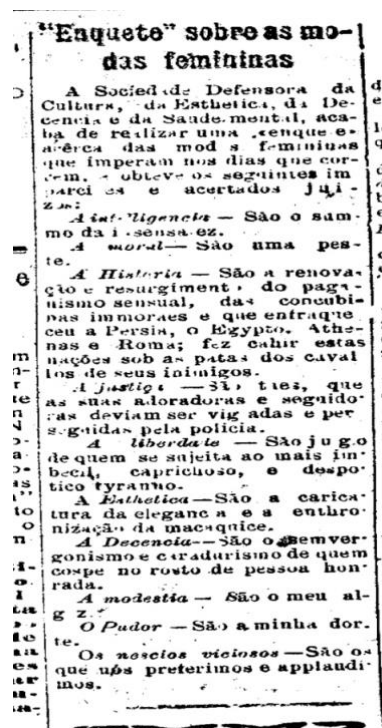
Em Sergipe, o jornal *A Cruzada* foi oposição forte e constante ao que eles denominavam “modas femininas”. Foram encontradas nos exemplares analisados sete matérias jornalísticas. As vestes estão sempre atreladas ao comportamento nos discursos. Devido a este fato, os textos tinham todos sido colocados na categoria Psique Feminina, contudo uma análise mais detalhada, fez-nos perceber que o foco da escrita era a vestimenta. Os textos tem um objetivo claro: colocar as mulheres que fazem uso destas roupas em posição de vergonha perante seu círculo social e trazê-las, assim, de volta ao bom caminho.

Os métodos adotados para alcançar o objetivo foram variados. Em uma das notas encontradas, foram utilizados os juízos da Sociedade Defensora da Cultura, da Estética e da Saúde Mental. Sobre as modas femininas pudemos tirar somente ideias negativas que a denomina de “semvergonhismo” e “caradurismo”, com sugestões de vigia e perseguição destas mulheres pela polícia. A opinião sobre os prejuízos sociais decorrentes do uso de tais vestes ficou clara no quesito História, como podemos ver na figura abaixo, que se afirma “são a renovação e ressurgimento do paganismo sensual, das concubinas immoraes e que enfraqueceu a Persia, o Egypto, Athenas e Roma; fez

¹⁵ Dress Code – Este termo em inglês, em uma tradução literal, significa código de traje.

cahir estas nações sob as patas dos cavalos de seus inimigos” (A CRUZADA, 1924, n. 22, ano VI). Tais mudanças do perfil feminino trariam o enfraquecimento da nação, sucumbindo à sensualidade e à imoralidade.

Figura 32 – Enquete sobre as Modas Femininas



Fonte: Jornal A Cruzada, n. 22, ano VI, 25/05/1924

Mas se o tom científico dos motivos para o fim das novas modas femininas não fosse suficiente para tanto, havia o temor instigado pelo clamor religioso. Este recurso foi utilizado pelo A Cruzada de forma mordaz, ao reproduzir na íntegra um texto argentino em que o dono do salão de modas é o próprio Lúcifer, que diz para as clientes: “As nossas ultimas modas podem ser usadas indistinctamente pelas falsas matronas, pelas cozinheiras levianas e pelas mulheres perdidas” (A CRUZADA, 1924, n. 22, ano VI). Aqui em uma curta frase o jornal deixa claro o tipo de mulher que procura e que usa tais modas. Aquelas que são perdidas, que escolheram o caminho de Lúcifer. Era o conservadorismo lutando com afincio para manter a situação no estado que se encontrava. O comportamento desviante era julgado e condenado ao ostracismo.

O jornal procurou deixar bem claro dentro desse curto espaço de tempo que analisamos que as novas modas encontravam espaço devido à falta de moralidade da mulher. Para tanto eram trazidos casos como no texto Pernas Nuas, publicado na edição

número 20 de 1926. Na matéria, que falava das mulheres de Hollywood que pararam de usar meias para economizar o dinheiro dos esposos, o autor do texto, padre Dubois, afirmava que tal sacrifício era fruto da vaidade e da vontade de usar menos panos. No fim, o sacrifício monetário era o mesmo, pois esta não deixava de gastar com tratamentos estéticos. Os textos colocavam sempre estas mulheres em atitudes dúbias, ludibriando, como se a externalização imoral da moda fosse uma prova da podridão que lhes ia ao íntimo.

Havia sempre um tom de denúncia e revolta em relação às mulheres. A nova imagem feminina conflitava diretamente com o ideal feminino. Conforme podemos ver no tópico anterior que discutia sobre os perfis femininos estimulados pelo jornal temos a figura virginal e maternal. Contudo, as mulheres no mundo e em Sergipe estavam convergindo cada vez mais para uma postura ativa. Estavam estudando, tornando-se independentes economicamente, vivendo experiências amorosas prescindiam de casamento. Toda esta postura era incompatível ao que se pregava na ala conservadora da Igreja, representada aqui pelo jornal. Não havia um diálogo direto com as mulheres por parte do jornal sobre este tema, estes se dirigiam diretamente aos esposos e pais de família, a fim de que estes se tornassem seus aliados e proibissem estes comportamentos.

Diante do clamor que não era ouvido, conclusão que chegamos pela continuidade da moda e também dos textos em tom cada vez mais duro, o jornal passou a difundir circulares dos padres brasileiros. Nestas circulares os padres argumentam sobre instruções do Papa para censurar as vestes femininas.

O Cardeal vigário distribuiu cartazes expressando a vontade do chefe da Igreja que muito se acha manado com a licença das senhorinhas, madames nos seus vestidos decotados, braços sem mangas e saias que vão aos joelhos. [...] E os culpados? Os srs. chefes de família, as senhoras mães que gostam, aprovam as suas filhinhas saírem quase nuas pelas avenidas e ruas. Gostam das modas, mas não gostam da penitencia (A CRUZADA, 1926, n. 41, ano VI).

Como podemos ver as roupas imorais foram destacadas em exemplos: vestidos decotados, braços sem mangas e saias que vão aos joelhos. Uma grande modificação da veste feminina, a qual agora mostra parte dos braços e das pernas que sempre ficaram cobertos. Assim, ao ver naturalizado dentro dos lares católicos os usos destas roupas,

os padres passam então a repreender toda a família. Os pais, as mães, as filhas, são todos culpados, uns por ação, outros por omissão.

Diante da necessidade de ações mais duras por parte da Igreja, reproduzida no jornal, tivemos aquela que foi a maior ação a favor de uma causa por parte do jornal. Nos exemplares analisados encontramos várias “cruzadas”, fossem elas em relação ao protestantismo, espiritismo, ensino laico, mas nenhuma delas tomou tanto esforço por parte do corpo editorial quanto a moda feminina. Talvez pela proporção que a moda fosse tomando com o passar dos anos, mas o discurso foi se tornando cada vez mais incisivo. O que inicialmente tinha um tom de censura foi ganhando ares de acusação. Se antes havia somente a mulher delinquindo, agora havia cúmplices, tão culpados quanto ela. Assim, para defender o rebanho que se desgarrava, o jornal publicou a edição número 48.

Nesta edição, como podemos visualizar na imagem abaixo, há uma primeira página inteiramente dedicada à campanha contra a moda feminina, que foi escrita com letras garrafais. O jornal, desde que iniciou essa campanha, alegava a ideia de retorno ao paganismo, o qual ele qualificou como corrupto e corruptor. Esta era uma ideia do jornal de preocupação com os preceitos cristãos que, para eles, se perderia. Mas o retorno do paganismo não era uma ideia na mente das mulheres que consumiam esta moda. Para difundir as ideias que defendiam na primeira página foram utilizados: uma circular do Arcebispo da Bahia, um artigo do juiz de direito José Falci e a coluna Cruzada Social. Com as opiniões de um arcebispo e de um juiz, esperava-se mostrar que não só os católicos estavam preocupados com os prejuízos das modas femininas, mas também os leigos. Eram as vozes autorizadas a condenar, representantes de peso dos dois mundos, unidos contra o mesmo inimigo.

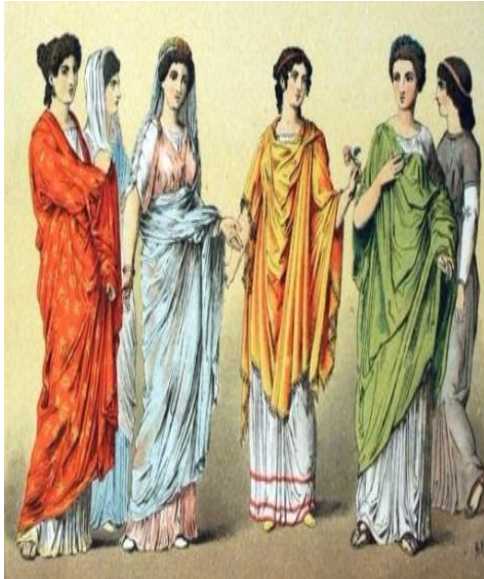
Figura 33 – Capa A Cruzada 1926



Fonte: A Cruzada, n.46, ano VIII, 13/05/1926

Os textos oscilam entre o apelo e um informe das medidas punitivas. O arcebispo da Bahia utilizou a circular para falar das vestes que se igualavam a das pagãs romanas, anunciar as vedações às senhoras de roupas inconvenientes e também para definir quais seriam estas vestes inconvenientes. Estas mulheres não poderiam: receber os santos sacramentos da Igreja, ser madrinhas, fazer parte das associações da Igreja. Era esta circular um marco, que definia que tal comportamento não seria mais aceito e que seria penalizá-lo. Era a Igreja lançando mão do seu poder para tentar restabelecer a ordem e o rumo que os fiéis deveriam tomar. Já o texto do juiz, que vinha em seguida estava mais em tom de conversa, apelando a quem lesse. Atacava “a cegueira e loucura” das senhoras falando dos exageros. Citou o exemplo de Campinas, cujas senhoras, tocadas pelos apelos modificaram sua conduta. O texto da Cruzada Social chama o leitor à justiça de vestes, pedindo respeito a todos. Clamava para os fiéis que reagissem, chamando a luta os soldados de Jesus Cristo.

Figura 34 – Mulheres Romanas



Fonte: Blog O Arquivo

Figura 35 – Mulheres anos 20



Fonte: Blog Fashion Bubbles

As duas imagens acima nos permitem perceber como o discurso empregado procurava igualar mulheres que não eram iguais. Se houvesse por parte das mulheres dos anos 20 o interesse em trazer comportamentos, crenças e vestimentas da Roma pagã precisaria haver alguma semelhança. Contudo, as romanas faziam uso de túnicas compridas que chegavam até os pés e cobriam os braços. Já as moças dos anos 20 do século XX utilizavam vestidos que chegavam até os joelhos e que em alguns casos deixavam os braços de fora. Talvez o que incomodasse o jornal e o fizesse trazer de volta a figura das mulheres romanas fosse a prática do paganismo e uma ideia de liberdade que foi construída em torno dessas mulheres, sem que isto correspondesse necessariamente à realidade.

O que se procurou conter aqui foi a capacidade de reinvenção. O conservadorismo católico não podendo manter o mundo dentro dos seus ideais, quis construir uma redoma que mantivesse a mulher dentro de uma perspectiva recatada, doméstica e submissa. A partir do momento em que a mulher foi se tornando o sujeito da própria narrativa já havia um discurso condenatório para sua conduta. Ela era aquela que faliria o país, que traria de volta o paganismo corrupto e corruptor, a que devia ser perseguida pela polícia. A mulher, ao querer ser dona de si, incomodou a todos que haviam construído seu poder nas bases de seu silenciamento.

5.3.4 – Educação

A categoria educação foi a única que teve de ser modificada diante das fontes encontradas. Inicialmente pensada como “educação emancipatória” tinha como foco buscar nos fascículos algum texto que discutisse sobre a educação formal feminina. No entanto, dentre os exemplares analisados não houve sequer um texto que tratasse da matéria como pensávamos. Contudo, havia uma abordagem corriqueira sobre educação que não podia ser ignorada. Uma educação que atingia diretamente as mulheres, que pregava modelos individuais e familiares, suplicando, inclusive, às mulheres a ação dentro do seu mérito de mãe.

Dos quatro textos encontrados no jornal *A Cruzada*, dois tratam da educação formal e a outra metade de assuntos relacionados à educação informal. Ao tratar do ensino, o jornal assumiu duas posturas: a primeira era a defesa do ensino religioso nas escolas, em uma época de franca laicização. Para tanto, procurava utilizar exemplos de lideranças políticas a fim de convencer pelo menos seus fiéis da importância do ensino religioso na tenra idade. Em 1925, na edição número seis, publicaram o artigo de opinião “O chefe da Nação e o ensino religioso” em que citavam o apoio do presidente Arthur Bernardes ao ensino religioso, e que o jornal, por sua vez, concordava com ele. Contudo, faz-se digno de nota a forma como os pais foram retratados:

Os paes mais se occupam dos interesses materiaes da família com a circumstancia aggravante duma instrucção na generalidade quase nulla em matéria religiosa. As mães por uma tendência que lhes é peculiar a pratica da piedade christã, apenas se dedicam a transmitir aos filhos, logo que entram na idade do uso da razão, as primeiras noções da fé religiosa. Mais tarde cumpre-lhes a obrigação de mandalos à frequência das escolas officiaes, mantidas pelo governo, donde se acha excluída o ensino religioso sob o fútil pretexto duma neutralidade fementida. [...] Assim se forma a mocidade sem Deus capaz portanto de todas as animálias. (A CRUZADA, 1925, n. 6, ano VIII,).

Pelo excerto acima podemos perceber a relação que se faz entre ensino cristão e morais, bem como do ensino leigo e as animálias. Há também um retrato pessimista das famílias brasileiras, que devido a modernidade estavam afastadas do meio cristão, levando a si mesmos e a toda a nação á beira do precipício. Os perfis de homem e mulher foram traçados: o homem preso aos interesses materiais e as mulheres, com sua

tendência á piedade cristã aplicada em pequenas doses à prole. Dentro deste perfil feminino podemos compreender sua piedade e doçura como “tendências” às quais esta não pode fugir e ao qual se limita. E, em um pequeno excerto, em uma passagem fugidia encontramos a concepção sobre a mulher, tão segura e tão comum que passa despercebida.

A preocupação em fomentar um ensino religioso fazia com que o jornal unisse suas notas com as propagandas de colégios católicos, os únicos veiculados em suas páginas. Em seu texto eles imploram às mães cristãs para que cumpram seu dever. Este dever consistia em administrar aos filhos uma educação sadia com professorado católico, poupando, desse modo, a criança de uma má educação. O pai é chamado a contribuir, enquanto chefe de família, na boa educação do filho, mas a mãe, aquela que foi primeiramente chamada na ordem dos apelos, é a principal responsável pelo futuro dos filhos e do sucesso do lar cristão. A ela cabia, segundo o pensamento conservador, encaminhar seus filhos para o futuro da sociedade dita civilizada. E a ela seriam atribuídas as faltas e falhas advindas do seu lar.

Figura 36 – Propaganda escolar

MAIUS MINISTRI, INTELLECTUS ET, UNO NO JUVEN, MENTIS
animam illius.

Acreditamos piamente, a brandura, a ingenuidade, a piedade filial e a simplicidade infantil — ornamento precioso da sua alma candida e privilegiada, foram o só motivo de Deus o tirar depressa, em tão tenra idade, do meio da sedução do mundo, para os esplendores da eterna beatitude:

Quis anim erat Deo anima illius, propter hoc proparavit educere illum de medio iniquitatum.

Oh! Como é bella, aprazível e preciosa aos olhos de Deus a morte dos seus santos! Preciosa in conspectu Domini mors sanctorum ejus.

P. S.

«O! Mães cristãs! Pais católicos! assisto vós o grande dever de não collocar vossos filhos em máus collegios, mas sim, administrar-lhes uma sadia e religiosa educação, por meio do professorado católico.»

O justo abomina e foge Da impiedade o rumo estreito, Enquanto os ímpios detestam Quem vai catininho direito. (Oltoni-Prov).

Collegio Nossa Senhora do Carmo

S. CHRISTOVAM—SERGIPE

Internato. Semi-internato. Externato

DIRECTORAS: Irmãs Clarissas. Missionarias da Immaculada Conceição.—**CURSOS:** Primario e Secundario.—**Musica. Desenho. Prendas.—LINGUAS:** Francês, Inglês e Alemão.—O anno lectivo terá inicio a 15 de fevereiro.

Informações com a Directoria no Convento do Carmo em S. Christovam.

Fonte: A Cruzada, n. 46, ano VIII, 09/05/1926

A educação acontece por meios institucionais que vão além da escola. Deste modo, a Igreja Católica desde os seus tempos primórdios utilizou este espaço conquistado para educar seus seguidores. E a iniciativa do jornal tinha este intuito muito

bem construído, fazendo, para tanto, uso das suas melhores mentes no processo de escrita. Há no catolicismo alguns preceitos incontestáveis como o batismo, a crisma, os casamentos. Este último repousa sobre a indissolubilidade do ato, consentido “até que a morte os separe”. Contudo, o século XX trouxe à tona a possibilidade do divórcio, que não foi admitido pela Igreja, que utilizou dos meios que possuía para advogar contra tal possibilidade.

O jornal católico sergipano não fugiria de debater tal tema, utilizando de sua capacidade institucional para ensinar aos seus leitores o que pensar sobre o divórcio. As ações demonstraram uma estratégia oscilante, que em momentos vinha em notas pequenas e em outros momentos em artigos de dimensões faraônicas. Tal modo de agir parece cercado por uma cautela de ensinar sobre o assunto, mas também de não mantê-lo sempre presente, a fim de não dar ideias ao seu público. Nas notas eram utilizadas as advertências dos prelados franceses. Nelas havia quase um tom premonitório e de advertência sobre os prejuízos aos esposos e aos filhos e o mal para a sociedade, uma vez que os prelados interpretavam a lei do divórcio como uma permissão jurídica do adultério.



Fonte: A Cruzada, n. 6, ano VIII, 12/07/1925

Este ataque ao meio jurídico demonstrava a insatisfação da Igreja e de alguns seguidores diante das novas possibilidades para exercer atos civis. A concepção do casamento como um contrato e a discussão da sua dissolução pelo divórcio abalavam a instituição base da Igreja: a família. O casamento estava sendo considerado válido em

celebrações civis e religiosas, o que gerava uma discordância por parte da Igreja e que foi informada aos leitores por meio de uma circular escrita pelo cônego Martins Ladeira e reproduzido na íntegra pelo jornal *A Cruzada*.

A circular de título “Os casamentos civil e o religioso” tinha um tom de instrução e aviso sobre os procedimentos a ser tomados contra aqueles que não o seguisse. Para a Igreja Católica, aqueles casados tão somente pelo meio civil não eram considerados casados, vivendo, portanto, em pecado mortal. Estes se tornavam indignos de absolvição sacramental, seus filhos seriam considerados ilegítimos e seria vedada à mulher a benção *Post Partum*. Sobre aqueles tivessem se separado a circular instava:

Escandalosos, dignos talvez de commiserção, mas ainda assim peccadores públicos ou notórios – é evidente que taes pessoas não podem e não devem ser acolhidos no seio das famílias catholicas, que aliás se tornariam cúmplice do pecado grave, estimulando-o com lamentável fraqueza justificando-o quase perante a sociedade, cobrindo-o com o esquecimento das nossas mais cara tradições de honra, austeridade e pureza. (A CRUZADA, n.6, ano VIII, 09/06/1926).

Ainda que não se referisse diretamente à mulher podemos notar que a circular estabeleceu o tom rígido de resposta àqueles que ousassem sair da norma de conduta cristã. À mulher que pedisse pela benção pós-parto haveria a negativa, como clara punição. O ostracismo social também seria o instrumento que traria, ainda que pelo sofrimento, as ovelhas desgarradas de volta ao rebanho. Todas essas ações foram formas de controle da família, desde a formação ao seu funcionamento. Podemos concluir que jornal era o espaço utilizado para educar de forma preventiva, mas também repressiva, mantendo assim os moldes do homem-provedor e esposa-dona de casa.

5.4 – Considerações acerca do posicionamento do jornal

Para que possamos tirar uma conclusão sobre o posicionamento do jornal *A Cruzada* é necessário relembrar-nos de que todo incômodo que nos leva à pesquisa parte do presente. Presente este que se prolongou prostrando-se segundo a segundo durante o tempo que esta pesquisa foi fazendo a si mesma através da *práxis*. Ainda que o olhar parta de um hoje seria incoerente analisá-lo aplicando os valores feministas da atualidade. Desse modo, não só o jornal, mas os homens que nele materializavam suas

ideias viviam nos primórdios do século XX, muitos, inclusive, nativos do século XIX. O homem, em uma via de mão dupla, atua e sofre a atuação dos pensamentos, sentimentos e ações de sua época. Somos, portanto, irrevogavelmente, sujeitos da história. E a história, cedo ou tarde, nos convoca a prestar contas do que fizemos, ainda que sob a influência do tempo.

É inevitável reconhecer que sim, havia no início do século XX uma corrente mundial majoritária que difundia a inferioridade feminina. Negá-la seria um contrassenso, uma vez que nós mulheres em pleno século XXI ainda temos que lutar por equidade, enfrentando homens machistas e mulheres reprodutoras do machismo. Contudo, são inegáveis as bases ideológicas desse pensamento e a sua origem na dominação de um ser, o ser Um masculino, em relação ao Outro feminino. Ainda que a massa populacional não pudesse perceber essa dinâmica do poder, o mesmo não poderá ser dito da elite intelectual, da qual os membros do jornal faziam parte. A corrente majoritária não era a única existente, podendo eles, enquanto cristãos, ter adotado posturas outras que pudessem influenciar positivamente na luta política feminina pela dignidade. Mas o poder, que ambiciona sempre mais poder, levou muitos homens a lançar mão de um repertório para identificar, perseguir e punir aquelas que ousassem divergir.

Dentro deste repertório de elementos, o discurso era o mais poderoso destes. Primeiro por sua base linguística, já marcada pela subalternidade histórica do feminino diante da presença masculina. Somado a isto temos a materialização e difusão do discurso através da mídia impressa, consumido por homens e mulheres, que de tão massivo chegava a cruzar fronteiras e adentrar mentes estrangeiras.

[...] O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Através do discurso, lançavam mão o poder do qual queriam se apoderar. Enchiam os jornais de ideias, moldando a imagem feminina como bem queriam, independente do que estas poderiam pensar sobre si, construindo opiniões pela manipulação da opinião pública.

A partir de 1918 houve formação de imagens outras do feminino, fruto justamente do debruçar da mulher sobre si, um verdadeiro exercício de construção, desconstrução e reconstrução do eu. Como resultado das subjetividades e interações, a imagem feminina tornou-se caleidoscópica. Diante de tantas clivagens, jogos de disputa tentavam definir qual imagem se sobreporia às outras. E diante de interesses em jogo, aqueles que detinham seu quinhão de poder não hesitaram em usá-lo para abafar, desde o nascimento, este movimento revolucionário.

Podemos compreender então, que em seus escritos, os homens do corpo editorial do jornal A Cruzada tencionavam manter o *status quo* de seu mundo. Nele havia o predomínio do homem, branco, heterossexual, católico e elitista. Nos exemplares aqui analisados pudemos perceber que estes utilizavam do alcance de seu poder em Sergipe, para sobrepor a imagem feminina diante de uma nova concepção formada aqui pelas mulheres já citadas. Ainda que estas fossem pouco inovadoras, para estes o pouco que elas propunham já lhes causava incômodo. Tal afirmação se confirma diante do perfil ao qual eles anelavam. O perfil de uma mulher cuja identidade existia em função dos seus deveres de mãe e esposa. Que devia ser obediente e submissa, recatada e do lar; virgem até o casamento, casta após este. E se não se casasse que se mantivesse pura para sempre, enquanto esposa de Jesus. O que se propunha era a morte de qualquer personalidade em prol da subserviência ao homem.

Considerações Finais

Ao iniciarmos este trabalho, partimos de um projeto inicial, fruto de inquietações que tinham base em questões pessoais. Comum entre os pesquisadores, tais inquietações lançam perguntas a serem respondidas em uma jornada de pesquisa. Aqui as questões de gênero circunscritas a Sergipe, menor estado do Brasil, foram pautadas na vontade de entender como as imagens do feminino foram se construindo lá. Assim como no mundo, no Brasil e em questões locais temos a sensação que as mulheres nunca haviam lutado por seus direitos antes do século XIX. Inclusive, a muitos parece até que elas não existem até este período. Há um vácuo inicialmente inexplicável.

Podemos dizer que é somente inicialmente inexplicável, pois há uma explicação e ela é muito simples. O outro, o belo sexo, o segundo sexo, todas essas construções colocaram a mulher mais como um adorno à narrativa do que propriamente uma agente da História. Sua participação na escrita para a posteridade foi reduzida e o pouco produzido foi, por vezes, destruído. E estiveram, assim, distantes de um controle da narrativa de suas próprias vidas, privadas da autonomia de decidir seus destino e ocupar o lugar que desejassem.

Oficialmente foram reconhecidas como menos. Menos inteligente, menos capaz, menos homem. Sim, menos homem, uma vez que até o século XVIII havia a ideia de um sexo único, sendo a mulher classificada como um homem defeituoso, que possuía a genitália masculina interiorizada. Todas essas percepções foram fruto de uma concepção androcêntrica pautada na superioridade frente às diferenças no outro.

Muitas vezes ao pegar em um livro de História nos perguntamos: onde estão as mulheres? Ao que muitos respondem: estão longe das grandes decisões, dentro de casa, as rainhas do lar. Não deixa de ser uma verdade de que as mulheres estiveram ligadas às atividades do lar e da criação dos filhos, tal distribuição de tarefa nos permitiu descobrir a agricultura e dar início ao sedentarismo. Mas há algo mais, que aqueles que escreveram a História parecem não querer revelar. O fato é que ao longo dos milênios nós não estivemos alheias e indiferentes ao mundo ao nosso redor. Estivemos nas

lavouras, nas minas, nas fábricas, nas escolas, nas universidades, nos exércitos, nas guerras e também ocupando espaços de liderança. Tivemos faraós, imperatrizes, rainhas, guerreiras, fundadoras de universidades. Mas isto não foi dito porque ao longo da História as mulheres foram subalternizadas, silenciadas e apagadas. As mulheres ao longo da História foram sumariamente subalternizadas, silenciadas e apagadas.

Mas então o que as levou a questionar séculos de dominação? Para compreender isto é preciso pensar que este foi um processo construído no decorrer do tempo. Ele não teve um estopim sem motivo no século XIX. Foi fruto de lutas individuais por educação e igualdade, que se tornaram uma ação política de grupos. Através das novas concepções de sociedade e família burguesa as mulheres começaram a ter cada vez mais papéis ativos na sociedade, estudando e praticando ações sociais em prol dos necessitados. Essas mudanças deram os meios para as mulheres começarem a romper as barreiras do espaço público, já que começaram a transitar por esse espaço.

Não há dúvida a esta altura da fundamental importância da educação para este processo. Foi somente através dela que a mulher pode se reconhecer em condição desfavorável e unir forças para subverter a ordem vigente e deixar de ser uma cidadã de segunda categoria. A educação também lhe permitiu ser independente economicamente, uma vez que muitas se tornaram professoras devido a desistência do público masculino em atuar nesta área. Todas essas mudanças deu a essas mulheres uma maior liberdade até mesmo para pensar sobre si e reinventar a imagem criada para elas, mas não por elas. Temos como marco deste período o surgimento da *femme nouvelle*.

Os resultados dessas mudanças na Europa foram sentidos aqui no Brasil, pois muitas das mulheres que viveram por um tempo lá voltaram com essas novas ideias. Não demorou para que logo se formassem grupos de mulheres para lutar pelos direitos da mulher. O grupo com maior destaque foi o de Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Estas mulheres possuíam ideais que não questionavam as questões de gênero, o que tornava este feminismo mais palatável do que outros mais contestadores. Havia seções espelhadas por todo o Brasil, inclusive por Sergipe, sendo este presidido por Maria Rita Soares.

Maria Rita Soares, Cezartina Regis, Quintina Diniz, Etelvina Siqueira e outras mulheres deram novos significados ao que era ser mulher em Sergipe. A partir de suas próprias histórias de vida, em que estudavam, se formavam e trabalhavam nas áreas de estudo, elas serviram de exemplo para as gerações futuras, abrindo caminhos e aumentando os horizontes. Elas estiveram envolvidas nas lutas pelos direitos femininos, algumas até mesmo ocupando cargos políticos. Suas histórias são o maior exemplo de como a educação foi crucial para modificar a realidade feminina. Muito embora estas mulheres tivesse construído uma imagem da mulher, essa era, em muitos aspectos, limitada pelos resquícios de patriarcado e conservadorismo.

Ainda que pouco inovadora, a imagem feminina e todas as suas novidades foram mal vistas por aqueles que desejavam que esta não se modificasse. Eles viam na feminista uma mulher feia, mal amada, que queria tomar o lugar do homem e humilhá-lo. Foram seus adversários homens importantes e de grande influência, com o poder de publicar e difundir suas ideias para os leitores sergipanos. Nesta ala conservadora e doutrinária temos as publicações do jornal A Cruzada.

Ao longo de quatro anos de publicações (1922-1926) e sessenta exemplares encontramos vinte e uma publicações que se encaixavam nas categorias: psique feminina, expressão de gênero e identidade. A partir das análises das publicações pudemos concluir que o jornal procurava influenciar negativamente seus leitores acerca das mulheres e as mudanças que estas operavam nas suas próprias vidas e no meio em que viviam. Para contrapor a essas novas imagens que iam despontando o jornal procurava reforçar através de estereótipos o comportamento, a estética e o pensamento feminino. Podemos concluir que neste período estavam sendo travados muitos jogos de imagens no cenário sergipano, no qual o jornal A Cruzada e as feministas são apenas um recorte selecionado.

Em 1932 veio a vitória feminista com a conquista do voto das mulheres. As primeiras eleições foram realizadas em 1934. Aqui em Sergipe, através de um manifesto com o apoio de Carmem Portinho e Bertha Lutz, Maria Rita e Cezartina apoiaram a campanha de Quintina Diniz à deputada federal. Conscientes da importância de seus votos, estas alertaram as companheiras para que não servissem apenas para aumentar

o quociente eleitoral dos homens. Como resultado Quintina foi eleita e se tornou a primeira deputada estadual do Estado de Sergipe. Infelizmente a situação não durou muito tempo devido a Era Vargas.

Após a conquista dos votos o movimento feminista arrefeceu. Isso não quer dizer que a luta tenha parado por uns anos. O feminismo foi concebido didaticamente em ondas justamente pelo fato de atingir uma culminância e ir reduzindo gradativamente. O aspecto mais tradicional deste período inicial postergou outras lutas a serem travadas nas ondas seguintes. Mas, sem dúvidas, a importância desse primeiro momento serviu de mola propulsora, pois as mulheres dessa primeira onda mostraram a todas nós que somos capazes e que a luta não acaba. E por isto, encerro:

Sou mulher

Sou mulher.

Muitas conquistas foram feitas

No decorrer do tempo ao meu gênero.

Muitos, inclusive, não veem o que há mais

A ser adquirido em matéria de direitos.

Mas se não há mais nada a ser conseguido,

Por que eu que sou mulher

Ando pelas ruas à noite com medo

De ser violentada?

Por que devo eu aprender a ser prendada?

Por que me dizem que devo ser frágil e maternal?

Por que não posso definir, enquanto dona de mim,

O que será feito do meu corpo?

E eu, que nada mais tenho a conquistar,

Percebo em ligeira reflexão

Que a luta acabou de começar. (ANDRADE, 2018, p. 48)

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. Observando o andar das mulheres no tempo: as pegadas do feminismo em Sergipe.

ANDRADE, Luciana Gama de; ANDRADE, Ruth Sales Gama de (org.). **Poeira das Estrelas**. Aracaju: IFS, 2018.

ANDRADE, Maria Rita Soares de. **A mulher na literatura**. Aracaju: Casa Ávila, 1929.

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARRETO, Luiz Antônio. "A epopéia dos 200 anos da imprensa (II)": A Ivan Valença, ao ensejo dos seus 50 anos de jornalismo". Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=72416&titulo=luis_Antonio_B

arreto. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

BARRETO, Luiz Antônio. "A epopéia dos 200 anos da imprensa (III)": A opinião de adesão decorre do uso político do jornalismo, para fins de conquista ou manutenção do

Poder. Muitos exemplos, deploráveis, fizeram dos jornais armas de grosso calibre.

Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=72416&titulo=luis_Antonio_B

arreto. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

BARRETO, Luiz Antônio. "A epopéia dos 200 anos da imprensa (IV)": Durante o século XX algumas revistas encantaram o Brasil com suas seções, textos, artes, contendo o peso de seus colaboradores. O Malho, Número, Careta, Edu Sei Tudo, Dom Casmurro, Ilustração Brasileira. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=72416&titulo=luis_Antonio_B

arreto. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

BARRETO, Luiz Antônio. "A epopéia dos 200 anos da imprensa (V)": Á memória de Arivaldo Fontes. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=72416&titulo=luis_Antonio_B

arreto. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

_____. "A epopéia do 200 anos da imprensa (II)": A Ivan Valença ao ensejo dos seus 50 anos de jornalismo". Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=72416&titulo=luis_Antonio_B

arreto. 2008.s/n.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOCK, Gisela. História, História das Mulheres, História do Gênero. **Penélope. Fazer e Desfazer História**, [s. l.], ed. 4, p. 158-187, 1989.

BONFIM, Cláudia. **A condição histórica da mulher: contribuição da perspectiva histórico-crítica na promoção da educação sexual emancipatória**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. ISBN 978-85-92592-91-2.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 05 jun. 2020.

BRASIL. Código Penal (1890). Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 05 jun. 2020.

BRASIL. Decreto Imperial 7.247 de 19 de abril de 1879. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm>. Acesso em 08 jun. 2020.

BITTONI, Dulcília. **Imprensa Feminina**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986.

CASAGRANDE, Rafaela Zanotto. **O sufrágio feminino e a primeira onda feminista**. Disponível em: <https://www.academia.edu/38334162/O_Sufr%C3%A1gio_e_a_Primeira_Onda_Feminista>. Acessado em: 7 de out. de 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, 1991.

COLLING, Ana Maria. O lastro jurídico e cultural da violência contra a mulher no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, nº 28, 2015, Florianópolis. Anais.

Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369_ARQUIVO_anpuh2015.pdf>. Acesso em 06 jun. 2020.

- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Global, 1989.
- FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. **Sinalizações das mulheres sergipanas a partir da biografia de Etelvina Amália de Siqueira Alves entre os séculos XIX e XX**. I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação V Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Ceará, 2006. Disponível em: <
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41748/1/2006_eve_msfigueiredo.pdf>. Acesso em 25 mar. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Malhas de poder**. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. 1981. p. 168-188
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **Microfísica do Poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas, SP: [s.n.], 2003.
- _____. **Educando mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências**. Disponível: <
<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1072/1/EducandoMulheresEmSergipe.pdf>>. Acessado em out. 2020.
- _____. **Propostas de educação feminina veiculadas pela revista Renovação, em Sergipe, no início da década de 30**. Disponível em: <
<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1073/1/PropostasDeEduca%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em jan. 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Claridade, 2011.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. et al. (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

KARAWCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1940)**. 398 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

_____. Sufragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima: poemas de luta e amor**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LEGATES, Marlene. **In their Time: a history of Feminism in Western Society**. Londres: Routledge, 2011.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Revista Educação e Realidade**. V. 20, n. 2: 101-132, 1995.

MACHADO, Gilka. **Mulher Nua**. Rio de Janeiro: Brazilianas, 1922.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 149-169, 1 sem. 2004

_____. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

_____. História das Mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/download/4503/3796>. Acesso em: out. 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea**. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu11.06.pdf>. Acessado em: 26 de set. 2018.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>>. Acesso em: set. 2020.

MENEZES, Magali Mendes de. A filosofia feminista desde os olhares da filosofia intercultural:: uma reflexão entre margens.. In: PACHECO, Juliana (org.). **A mulher & a filosofia**: as relações de gênero no pensamento filosófico. Porto Alegre: Editora Fi, 2015. p. 61-79.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere *et al.* A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.**, Santa Catarina, maio 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280303297_Brazilian_Federation_for_Women%27s_Progress_-_FBPF_and_Getulio_Vargas%27s_government_strategies_and_paradoxes_of_the_feminist_movement_in_the_1930%27s_A_Federacao_Brasileira_pelo_Progresso_Feminino_e_o_gove. Acesso em: 22 set. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

NAZARETH, Mariana Silvestre. **Mulheres da capa: a representação e a construção da imagem da mulher pelas revistas femininas**. Orientadora: Profª Dra. Beatriz Jaguaribe. Habilitação jornalismo. Escola de Comunicação, UFRJ, 2007.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil: 1549-1560. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, pp. 79-87.

NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PALLAMIN, Vera Maria. Espaço público e as lutas por reconhecimento. In: Espaço & Debates 46. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos** – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005. p. 55 a 61.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na História**. 1. ed. Aracaju: Segrase, 1994.

PINSKY, C. B. (Org.), PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

PINTO, Tereza; ALVAREZ, Tereza. História, História das Mulheres, História do Gênero. Produção e transmissão do conhecimento histórico. **Ex aequo**, [s. l.], ed. 30, p. 09-21, 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S08745560201400020002. Acesso em: 20 maio 2020.

PRADO, M. A. M. & MACHADO, F. V. (2008). **Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

Prêmio grandes educadores brasileiros: monografias premiadas. Brasília: INEP, 1984.

RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na historiografia brasileira. In: SILVA, Glaydson José da (Org.) **Dossiê Identidades Nacionais** N. 2 – outubro/novembro 2006. Disponível em: <http://unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/sexualidade_2.pdf>. Acessado em: 26 de set. 2018.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Transgressões, subversões e as margens do pensamento filosófico. In: PACHECO, Juliana (org.). **A mulher & a filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico**. Porto Alegre: Editora Fi, 2015. p. 33-60.

SANTOS, Thaís Souza dos. **Escola Normal em Sergipe: Formação e Profissionalização feminina (1870-1935)**. São Cristóvão: UFS, 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/232945234.pdf>>. Acessado em 25 mar. 2021

SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posse: a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe del Rey no século XVIII**. Fortaleza: Impreco, 2016.

SANTOS, JOSEILDE DE SANTANA. Educação Primária Feminina em Sergipe durante o Brasil Império. **V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH-SE**, Aracaju, 2016. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/53/1486576669_ARQUIVO_artigoanpuh2016.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

SCHUMACHER, S.; CEVA, A. **Mulheres no Poder – Trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20(2), jul/dez. 1995: 71-100.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4a edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. cap. 12, p. 399-429. ISBN 85-352-00155-6.

SOUZA, Clotildes Farias. Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Aracaju: SEGRASE, 2016.

SOUZA, Ezequiel de. Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ed. 108, p. 111-119, maio 2010.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

VALENÇA, Cristina de Almeida. Educação feminina na Escola Normal: entre normas e práticas. Aracaju. 1900-1932. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/22960578-Educacao-feminina-na-escola-normal-entre-normas-e-praticas-aracaju-1900-1932.html> >. Acessado em out. 2020

ZIRBEL, Ilze. **A caminhada do Movimento Feminista Brasileiro: das sufragistas ao Ano Internacional da Mulher**. Santa Catarina, 1998. Disponível em: < [https://www.academia.edu/3598910/A caminhada do Movimento Feminista Brasileiro das sufragistas ao Ano Internacional da Mulher](https://www.academia.edu/3598910/A_caminhada_do_Movimento_Feminista_Brasil_eiro_das_sufragistas_ao_Ano_Internacional_da_Mulher) >. Acesso em: 15 de out. de 2019.

Jornais:

A Cruzada, n. 14, ano V, 07/09/1922.

A Cruzada, n. 10, ano VI, 02/03/1924.

A Cruzada, n. 12, ano VI, 16/03/1924.

A Cruzada, n. 13, ano VI, 23/03/1924.

A Cruzada, n. 15, ano VI, 06/04/1924.

A Cruzada, n. 16, ano VI, 13/04/1924.

A Cruzada, n. 22, ano VI, 25/05/1924.

A Cruzada, n. 47, ano VII, 18/01/1925.

A Cruzada, n. 54, ano VII, 08/03/1925.

A Cruzada, n. 57, ano VII, 29/03/1925.

A Cruzada, n. 60, ano VII, 19/04/1925.

A Cruzada, n.61, ano VII, 26/04/1925.

A Cruzada, n. 62, ano VII, 03/05/1925.

A Cruzada, n.64, ano VII, 17/05/1925.

A Cruzada, n. 66, ano VII, 24/05/1925.

A Cruzada, n. 2, ano VIII, 15/06/1925.
A Cruzada, n. 3, ano VIII, 21/06/1925.
A Cruzada, n. 4, ano VIII, 30/06/1925.
A Cruzada, n. 5, ano VIII, 05/07/1925.
A Cruzada, n. 6, ano VIII, 12/07/1925.
A Cruzada, n. 7, ano VIII, 19/07/1925.
A Cruzada, n. 8, ano VIII, 26/07/1925.
A Cruzada, n. 9, ano VIII, 02/08/1925.
A Cruzada, n. 10, ano VIII, 09/08/1925.
A Cruzada, n. 11, ano VIII, 16/08/1925.
A Cruzada, n. 12, ano VIII, 23/08/1925.
A Cruzada, n. 13, ano VIII, 30/08/1925.
A Cruzada, n. 14, ano VIII, 06/09/1925.
A Cruzada, n. 15, ano VIII, 13/09/1925.
A Cruzada, n. 16, ano VIII, 20/09/1925.
A Cruzada, n. 17, ano VIII, 27/09/1925.
A Cruzada, n. 18, ano VIII, 04/10/1925.
A Cruzada, n. 19, ano VIII, 11/10/1925.
A Cruzada, n. 20, ano VIII, 18/10/1925.
A Cruzada, n. 22, ano VIII, 01/11/1925.
A Cruzada, n. 23, ano VIII, 08/11/1925.
A Cruzada, n. 24, ano VIII, 15/11/1925.
A Cruzada, n. 25, ano VIII, 22/11/1925.
A Cruzada, n. 26, ano VIII, 29/11/1925.
A Cruzada, n. 27, ano VIII, 04/12/1925.
A Cruzada, n. 28, ano VIII, 13/12/1925.
A Cruzada, n. 30, ano VIII, 27/12/1925.
A Cruzada, n. 31, ano VIII, 03/01/1926.
A Cruzada, n. 32, ano VIII, 10/01/1926.
A Cruzada, n. 33, ano VIII, 17/01/1926.
A Cruzada, n. 34, ano VIII, 24/01/1926.
A Cruzada, n. 35, ano VIII, 31/01/1926.
A Cruzada, n. 36, ano VIII, 07/02/1926.
A Cruzada, n. 37, ano VIII, 14/02/1926.

A Cruzada, n.38, ano VIII, 28/02/1926.
A Cruzada, n. 39, ano VIII, 07/03/1926.
A Cruzada, n. 40, ano VIII, 14/03/1926.
A Cruzada, n. 41, ano VIII, 24/03/1926.
A Cruzada, n. 42, ano VIII, 28/03/1926.
A Cruzada, n. 43, ano VIII, 11/04/1926.
A Cruzada, n. 44, ano VIII, 18/04/1926.
A Cruzada, n. 45, ano VIII, 02/02/1926.
A Cruzada, n. 46, ano VIII, 09/05/1926.
A Cruzada, n. 48, ano VIII, 23/05/1926.
A Cruzada, n. 49, ano VIII,, 30/05/1926.